

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CAMPUS HERÓIS DO JENIPAPO



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA
EM HISTÓRIA

Campo Maior (PI), março de 2023

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Governador do Estado

Rafael Tajra Fonteles

Reitor

Dr. Evandro Alberto de Sousa

Vice-Reitor

Dr. Jesus Antônio de Carvalho Abreu

Pró-Reitora de Ensino e Graduação – PREG

Dr. Mônica Maria Feitosa Braga Gentil

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação – PROP

Dr. Raurys Alencar

Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários – PREX

Dr^a Ivoneide Pereira de Alencar

Pró-Reitora de Administração e Finanças – PRAD

Dra. Fábria de Kássia Mendes Viana Buenos Aires

Pró-Reitor de Planejamento e Finanças – PROPLAN

Msc.. Lucídio Beserra Primo

CAMPUS HERÓIS DO JENIPAPO

Diretor(a)

Dr^a Maria Pessoa da Silva

**Coordenador(a) do Curso de Licenciatura Plena em História – Campo
Maior**

Drª Mara Lúgia Fernandes Costa

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:

Drª Mara Lúgia Fernandes Costa

Dr. Edmundo Ximenes Rodrigues Neto

Msc. Ernani José Brandão Junior

Msc. Fábio Nadson B. Mascarenhas

Dr. Francisco Chagas O. Atanásio

COLABORAÇÃO

Professores Efetivos do Curso

Msc. Felipe da Cunha Lopes

Msc. Reinaldo dos Santos Barroso Junior

Msc. Vanessa Soares Negreiros Farias

Drª Iraneide Soares da Silva

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I – DA INSTITUIÇÃO

1. APRESENTAÇÃO	02
2. CONTEXTO DE INSERÇÃO DA UESPI	05
3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	07

CAPÍTULO II – DO CURSO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	10
2. JUSTIFICATIVA PARA O CURSO	11
3. OBJETIVOS DO CURSO	17
4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	20
5. ESTRUTURA CURRICULAR	21
6. CONTEÚDOS CURRICULARES	21
7. METODOLOGIA.....	100
8. INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	107
9. POLÍTICAS DE APOIO AO DISCENTE	114
10. CORPO DOCENTE E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	118
11. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO	121
12. ESTRUTURA DA UESPI PARA OFERTA DO CURSO	123
13. PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO.....	126
14. REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL	128
15. POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	128
16. AVALIAÇÃO	128
17. ANEXOS	135

APRESENTAÇÃO

O curso de Licenciatura em História – Campus Heróis do Jenipapo em Campo Maior, cuja primeira turma ingressou no segundo semestre em 2006, nasce da necessidade de formar educadores capazes de construir, ministrar, promover e difundir o conhecimento histórico, nas várias modalidades de ensino previstas pela atual legislação educacional brasileira. O referido curso estar em constante diálogo com outras áreas de conhecimento e saberes comprometidos com a transformação social e efetivação da cidadania civil, social e política.

Sintonizado com esses propósitos e levando em conta a escuta dos estudantes e docentes no processo de ensino e aprendizagem, o Núcleo Docente Estruturante, a Coordenação e os (as) Docentes colaboradores (as) realizaram ajustes que visam atender as novas legislações vigentes e melhor estruturar o percurso formativo, atualizando o encadeamento temático, articulando conteúdos e práticas, incluindo a adoção da curricularização da extensão e uma redistribuição de carga horária com a finalidade de oferecer melhores condições de condução do curso.

Tal reformulação presente resulta, portanto, de um aprimoramento compreendido como necessário a partir da experiência vivida por professores e estudantes, justamente para melhor servir ao processo formativo proposto no contexto da especificidade do Curso de Licenciatura em História integrando-o de forma mais concreta a realidade regional.

CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO

1 APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual do Piauí - UESPI é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí, pessoa jurídica de direito público com CNPJ Nº 07.471.758/0001-57. Fundada através da Lei 3.967 de 16/11/84 e credenciada pelo Conselho Estadual de Educação para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação pelo Decreto Nº 9.844 de 08/01/1998. Através do Decreto-Lei Nº 042 de 9 de setembro de 1993, a UESPI foi instituída como uma Instituição Superior Multicampi, criando,

portanto, unidades em Teresina, Picos, Floriano e Parnaíba. Posteriormente foram criados novos *Campi*, distribuindo a UESPI nos 11 Territórios de Desenvolvimento do Piauí (SEPLAN, 2007). Possui *Campus* sede localizado na Rua João Cabral, 2231, Bairro Pirajá, zona Norte de Teresina – PI, CEP 64002-150.

A IES apresenta uma forte identidade regional, atendendo a uma demanda de formação de profissionais de nível superior com reconhecida competência. A UESPI assume o compromisso com o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural do estado do Piauí, o que é ratificado em suas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente encontra em funcionamento 109 (cento e nove) cursos de Graduação presencial e 07 (sete) na modalidade a distância. Sua Pós-Graduação está estruturada em 6 (seis) cursos *Lato sensu*, 7 (sete) cursos *Stricto sensu*, 02 (dois) cursos de Residências multiprofissional e 12 (doze) de Residências médicas.

Para viabilizar seu projeto Institucional, a UESPI pauta-se nos princípios básicos que se constituem nos referencias para o desenvolvimento de um projeto baseado no fortalecimento das relações de respeito às diferenças e no compromisso Institucional de democratização do saber, elementos fundamentais para a construção da cidadania.

A UESPI está integrada à comunidade piauiense para detectar a necessidade de ampliação da oferta de cursos, através da realização de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, que ofereçam oportunidades de desenvolvimento sócio-econômico, artístico, cultural, científico e tecnológico para a região. Nessa perspectiva, a IES estabelece parcerias com outras Instituições, fortalecendo o compromisso de apoio ao desenvolvimento e socialização do saber.

Para tornar sua missão factível, a UESPI investe na formação e contratação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com as demandas sociais regionais. Esses profissionais são capazes de se inserirem na comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população piauiense.

Na definição de seus princípios e objetivos, a UESPI levou em consideração o cenário onde se insere, observando as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento local, bem como as demandas educacionais resultantes desse momento. Para atender às novas exigências de qualificação profissional impostas pelo modelo econômico vigente, a IES definiu como seus objetivos:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimentos, para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de socialização do conhecimento;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa tecnológica geradas na instituição.

2 CONTEXTO DE INSERÇÃO DA UESPI

A UESPI está sediada no Estado do Piauí e distribuída em 12 (doze) *Campi*, 1 (um) Núcleo, 26 (vinte e seis) Polos de Educação a Distância – UAB, 120 (cento e vinte) Polos de Educação a Distância – UAPI e 26 Polos de oferta de cursos na modalidade PARFOR. O estado do Piauí está localizado na região Nordeste do Brasil e possui uma população estimada de 3.281.480 habitantes (IBGE, 2020). Limitado pelas margens do rio Parnaíba e pela Serra da Ibiapaba, exerce uma forte influência sobre os municípios dos vizinhos estados do Maranhão e Ceará. A população sobre a área de influência do Piauí oscila em torno de 4.650.000 habitantes, considerando os municípios do Maranhão e Ceará que se localizam a até 100 km das fronteiras do Piauí (IBGE, 2014).

Os dados da educação no Estado são bastante preocupantes. Segundo estimativas do IBGE, em 2015 um total de 132.757 piauienses possuíam curso superior completo, representando apenas 4,14% do contingente populacional do Estado. Mais grave ainda é que, do total estimado da população, apenas 0,18% dos que possuem curso superior completo são negros, evidenciando uma enorme desigualdade nas oportunidades de qualificação profissional no Estado (IBGE, 2015). Considerando-se ainda os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, apenas 9,12% dos piauienses estão matriculados na educação superior. Dados da pós-graduação revelam, igualmente, indicadores desfavoráveis ao desenvolvimento do Estado, já que apenas 1,63% dos piauienses possuem pós-graduação (IBGE, 2015).

O levantamento do último Censo da Educação Superior consolidado (INEP, 2014) mostrou que o Piauí possui 39 Instituições de Ensino Superior - IES. Dessas, apenas três são públicas – duas Federais e uma Estadual –. Essas IES ofertam 21.765 vagas anuais e possuem 113.069 alunos matriculados em 426 cursos de graduação. Desses, um total de 52.929 estão matriculados nas IES públicas, sendo 17.313 na UESPI. Nesse cenário, a UESPI teve em 2014 um total de 4.118 vagas para ingressantes e um total de 2.634 concluintes. Isso significa que a taxa de conclusão na Universidade Estadual está estabilizada em 63% - a maior do Estado do Piauí dentre todas as IES (PDI/UESPI, 2017-2021).

Outro desafio do Piauí, além de ampliar o acesso à educação superior, é combater a evasão escolar nos diferentes níveis. Em 2015, dados do IBGE apontavam para um total de 571.444 piauienses que frequentavam o Ensino Fundamental. Desse total, apenas 162.170 passavam a frequentar o Ensino Médio e 95.244 a Educação Superior. A taxa de evasão na Educação Superior é, também, bastante preocupante. Cerca de 37,8% dos piauienses que se matriculam na Educação Superior abandonam seus cursos antes de dois anos (IBGE, 2105). Vários fatores concorrem para isso, dentre eles: necessidade de contribuir para a renda familiar, incompatibilidade dos horários de estudo com o de trabalho, dificuldade de arcar com os custos da educação superior – IES privadas, falta de perspectivas da profissão escolhida na região de oferta.

Com efeito, a recomendação da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2015) – Emenda Constitucional No. 59/2009 – e do Plano Estadual de Educação (PEE, 2015) – Lei Estadual No. 6.733/2015 – é de prover, até o final da década, a oferta de Educação Superior para, pelo menos, 50% da população na faixa etária de 18 a 24 anos. Essa meta é extremamente desafiadora e faz parte do compromisso do Estado brasileiro em melhorar esse indicador que está longe da realidade de outros países da América Latina (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2011). Esse desafio torna-se ainda maior quando se analisa a realidade dos Estados das Regiões Norte e Nordeste. No caso do Piauí, a taxa líquida de jovens na Educação Superior é de 9,13% e o cenário se mostra favorável à UESPI que está apta a contribuir com a Estratégia 12.1 da Meta 12 do PNE e do PEE. Tal estratégia prevê a consolidação e ampliação de 40% de novas matrículas na Educação Superior até 2024. A UESPI, como já mencionado, possui uma grande capilaridade no Estado e atinge todos os Territórios de Desenvolvimento do Piauí.

Nesse cenário, a UESPI passa a ser um elemento governamental estratégico para que o Piauí cumpra a Meta 12 do PNE e do PEE, criando oportunidade de estudo e qualificação para uma significativa parcela da população piauiense que possui dificuldade de acesso às vagas no Ensino Superior. Isso está alinhado ao PNE 2015 e ao PEE 2015, que preveem como estratégias de ampliação da oferta de vagas para a Educação Superior a

otimização da estrutura e dos recursos humanos instalados, expansão e interiorização da rede pública de Educação Superior e ampliação da formação de professores da Educação Básica.

3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Estadual do Piauí – UESPI tem sua origem vinculada ao Centro de Ensino Superior – CESP, que foi criado em 1984 como entidade mantida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FADEP, criada pela Lei Estadual No. 3.967/1984 e pelo Decreto Estadual 6.096/1984. O CESP era o órgão da FADEP com o objetivo de formar Recursos Humanos de nível superior, impulsionando, apoiando e concretizando as ações acadêmicas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em 1986, o CESP realizou o primeiro vestibular, com a oferta de 240 vagas distribuídas nos cursos de Licenciatura em Pedagogia/Magistério, Licenciatura em Ciências/Biologia, Licenciatura em Ciências/Matemática, Licenciatura em Letras/Português, Licenciatura em Letras-Inglês e Bacharelado em Administração de Empresas. Do total de vagas ofertadas, apenas os referentes ao curso de Bacharelado em Administração de Empresas eram voltados à população em geral. As demais eram direcionadas a professores da educação básica.

Ao longo dos anos, o Poder Executivo Estadual proporcionou as condições necessárias à instalação e ao regular funcionamento do CESP como UESPI. Em 1993, através do Decreto Federal No 042/1993, de 25 de fevereiro (DOU-Seção 1 – 26/02/1993) foi autorizado o funcionamento da UESPI em estrutura multicampi, com sede em Teresina – Campus do Pirajá. Foram também instalados, nesse período, os Campi de Corrente, Floriano, Parnaíba e Picos.

A partir de então, a UESPI passou por uma fase de ajustamento, com um processo contínuo de interiorização e de ampliação dos cursos ofertados. Em 1º de dezembro de 1995, foi aprovado o novo Estatuto, criando a Fundação

Universidade Estadual do Piauí – FUESPI. Nessa mesma ocasião, passou a funcionar o Campus de São Raimundo Nonato.

Os demais Campi permanentes foram criados nos anos seguintes à aprovação do Estatuto: Bom Jesus (Decreto-Estadual nº 10.252, 17/02/2000), Oeiras (Decreto Estadual nº 10.239, 24/01/2000), Piri-piri (Lei Estadual nº 5.500/2005, 11/10/2005), Campo Maior (Lei Estadual nº 5.358/2003, 11/12/2003), Uruçuí (Resolução CONDIR no 005/2002) e o Campus da Região Sudeste de Teresina (Decreto nº 10.690, de 13/11/2001) – atualmente Campus “Clóvis Moura”.

O Estatuto da UESPI sofreu diversas alterações que visaram adequá-lo à ampliação determinada pela oferta de novos cursos, bem como à nova estrutura de 04 (quatro) Centros de Ciências no Campus “Poeta Torquato Neto”: Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Centro de Ciências da Educação (CCE), Centro de Ciências Biológicas e Agrárias (CCBA) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) e de 02 (duas) Faculdades: Ciências Médicas (FACIME), em Teresina, e Odontologia e Enfermagem (FACOE), em Parnaíba.

Em 2004, ocorreu o processo de discussão dos novos estatutos: da Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI e da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, com a participação de representantes de todos os segmentos universitários. Os Estatutos foram aprovados e oficializados mediante os Decretos Estaduais de 29/07/2005: nº 11.830 – FUESPI e nº 11.831 - UESPI, respectivamente.

O Estatuto aprovado pelo CONSUN, em 29/07/2005, confirmou a criação do CCHL (Centro de Ciências Humanas e Letras) e do CCSA (Centro de Ciências Sociais Aplicadas). Este novo Estatuto permitiu a realização, em novembro de 2005, da primeira eleição para Reitor(a) e Vice-reitor(a) da Instituição. A segunda eleição para Reitor(a) e Vice-reitor(a) foi realizada em 2009, tornando-se essa prática instituída no cotidiano da UESPI, com eleição também de Diretores(as) de Centro e de Campus e Coordenadores(as) de Curso, desde 2005.

De 2006 a 2009 foram efetivados novos ajustes na estrutura da UESPI, com a criação, no Campus “Poeta Torquato Neto”, do CCN (Centro de Ciências da Natureza), do CCECA (Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes), do CTU (Centro de Ciências Tecnológicas e Urbanismo), do CCA (Centro de Ciências Agrárias) em União. A FACIME recebeu a denominação de CCS (Centro de Ciências da Saúde).

Em 2005, a UESPI concorreu ao Edital do Ministério da Educação (MEC) para participar do Programa de Formação Superior Inicial e Continuada – Universidade Aberta do Brasil e passou a ser instituição cadastrada para ofertar Cursos à Distância, através do núcleo do EAD (Ensino a Distância), instituído em 2010. Em 2010, a UESPI concorreu ao Edital do MEC para participar do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), e foi credenciada junto à CAPES para ofertar cursos de Licenciatura em todo o Estado do Piauí. Ao participar deste programa, a UESPI confirma a sua vocação de formadora de educadores/as nas diversas áreas do conhecimento.

As realizações efetivadas nos últimos anos de existência da UESPI demonstram o compromisso da Instituição em disponibilizar para a sociedade cursos e serviços de qualidade, buscando a excelência, sempre com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do Estado do Piauí. A discussão e elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é uma medida que reflete a preocupação em traçar objetivos para o desenvolvimento desta instituição, no intuito de colaborar para que ela cumpra efetivamente a sua missão.

O Projeto de Lei Complementar, em tramitação no Poder Legislativo Estadual, propõe uma nova organização e gestão administrativa em atendimento às demandas aprovadas, para os territórios de desenvolvimento do Estado, apresentadas pela Lei Complementar N° 87/2007. Esta nova organização é o cerne do PDI apresentado para o quinquênio 2017-2021.

CAPÍTULO II - DO CURSO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Denominação: Licenciatura em História

1.2 Área: Ciências Humanas

1.3 Situação jurídico-institucional: O curso Licenciatura em História está autorizado/reconhecido pelo Decreto Estadual 19.303/2020 e pelo Parecer CEE/PI nº 062/2020.

1.4 Regime acadêmico

1.4.1 Regime de oferta e matrícula

- Regime seriado semestral

1.4.2 Total de vagas

- 40 vagas anuais

Carga horária total para integralização

- 3.520 horas

1.4.4 Tempo para integralização

- MÍNIMO: 8 semestres
- MÁXIMO: 16 semestres

1.4.5 Turnos de oferecimento

- Manhã / tarde / noturno

1.4.6 Quantidade de alunos por turma

- 40 alunos por turma durante a realização das aulas/atividades teóricas;
- 40 alunos por turma durante a realização das aulas/atividades práticas.

1.4.7 Requisitos de Acesso

Conclusão do Ensino Médio e Aprovação / classificação no SISU, em conformidade com o Regimento Geral e com os editais da IES;

Ingresso como portador de diploma de nível superior ou através de transferência intercampi e facultativa de outra IES, de acordo com o Regimento Geral da UESPI;

2 JUSTIFICATIVA PARA O CURSO

2.1 Contexto educacional

O Estado do Piauí está organizado em quatro macrorregiões (Litoral, Meio Norte, Semi-Árido e Cerrados), congregando 11 Territórios de Desenvolvimento, nos quais estão agrupados 26 Aglomerados de Municípios. A UESPI possui dentre suas unidades o Campus Heróis do Jenipapo, localizado na cidade de Campo Maior, na região no Território dos Carnaubais, na macrorregião Meio Norte. Campo Maior integra o quarto aglomerado de municípios, juntamente com Boa Hora, Cabeceiras do Piauí, Boqueirão do Piauí, Capitão de Campos, Cocal de Telha, Jatobá do Piauí, Nossa Senhora de Nazaré e Sigefredo Pacheco.

Campo Maior é uma das mais antigas cidades do Estado, situada a 78km da Capital, reconhecida por seu protagonismo na Batalha do Jenipapo, uma das lutas pela independência do Brasil em território piauiense. O IBGE (2021) estimou uma população de 46.950 pessoas, o que faz dela uma das cidades mais populosas do Estado. Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade foi avaliado em 0,656, devendo-se considerar que houve um crescimento significativo em relação ao ano 2000, onde o IDH municipal foi 0,500. A renda per capita em 2011 foi estimada pelo IBGE em R\$ 6.929,28.

Por ser o maior município do território, conta com uma rede de serviços de saúde, educação e comércio, a qual atende, ao menos parcial e esporadicamente, as populações circunvizinhas. Segundo o IBGE (2010), há

34 estabelecimentos de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde, incluindo um hospital regional. Quanto ao setor de serviços, em 2021, segundo o IBGE (2021), a cidade possuía 593 empresas atuantes, as quais empregavam 4.873, sendo 86,4% na condição de assalariados.

No setor educacional, a cidade conta com rede de ensino pública e privada em todos os níveis de ensino. O Censo Educacional 2021 (MEC, 2021) contabilizou 27 escolas de ensino infantil, 32 de ensino fundamental e 14 escolas de ensino médio nas redes públicas municipal e estadual e na rede privada, somando 8.985 matrículas.

Em relação ao ensino superior, a cidade sedia o referido campus da Universidade Estadual do Piauí e outro do Instituto Federal do Piauí (IFPI). Ainda, há parcerias entre a rede privada de ensino e fundações educacionais para a oferta de cursos de especialização.

Salienta-se que o município não abarca toda a demanda por formação superior da cidade, já que um número razoável dos universitários locais se dirige a Piri-piri e Teresina em busca de graduações não ofertadas no município, especialmente na área de saúde e Direito. Por outro lado, a cidade também agrega estudantes vindos dos municípios circunvizinhos, demonstrando seu potencial para se tornar um polo regional de ensino superior.

Neste contexto, a UESPI contribui para criar oportunidade de estudo e qualificação para a parcela da população que constitui um público potencialmente demandador de ensino superior no município e no Território. Cabe destacar que o Campus recebe, principalmente, alunos oriundos dos municípios do aglomerado do qual Campo Maior faz parte.

Atualmente, o Campus oferta, no período regular, os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em História, Licenciatura em Biologia e Licenciatura em Geografia, nos três turnos.

O Campus também oferta pesquisa e extensão, em consonância com os princípios da UESPI. Atualmente, possui, laboratórios de ensino e pesquisa. No que diz respeito à extensão, o campus sedia vários eventos nas áreas

contempladas por suas licenciaturas, como cursos de curta duração, seminários e atividades culturais.

Cabe destacar que esta unidade integra o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa Residência Pedagógica, financiados pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através de seis subprojetos: PIBID Biologia, PIBID História, PIBID Pedagogia, e Residência Pedagógica aos cursos de licenciaturas em Biologia, Licenciatura em História e Licenciatura em Pedagogia, estes estudantes atuam em escolas de rede pública estadual e municipal de Campo Maior.

A unidade, através das ações da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis e Comunitários (PREX) e do Núcleo de Programas Educacionais, integra os programas de estímulo à permanência do estudante na universidade. Atualmente, os alunos recebem auxílio alimentação, auxílio moradia e bolsa trabalho. A universidade também oferece monitorias remuneradas e não remuneradas, distribuídas entre os quatro cursos.

Quanto aos recursos humanos, o Campus Heróis do Jenipapo possui 25 professores efetivos, sendo dezoito doutores e sete mestres; seis servidores técnico-administrativos concursados e outros 17 funcionários contratados ou terceirizados.

O Campus também oferece ensino à distância através do Núcleo de Educação à Distância (NEAD)/Universidade Aberta do Brasil (UAB) e integra o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

A existência do Curso de Licenciatura em História do Campus Heróis do Jenipapo, se justifica baseado na necessidade-potencialidade do Território dos Carnaubais (PIAUÍ, 2007).

Devido ser entre os municípios do aglomerado o que possui maior proximidade do centro político-administrativo do Piauí, ter sido palco de lutas importantes na história do Brasil e do Estado e se destacar pelo tamanho de sua população urbana, Campo Maior se constitui um polo de desenvolvimento regional do referido Território. Cenário histórico, arqueológico e antropológico

caracterizado por registros de povos nativos que antecedem e demarcam a colonização, onde se travou lutas pela ocupação da terra e pela emancipação política, se exerceu e exerce práticas econômicas dos idos da colonização e se desenvolve manifestações culturais que promoveram e colaboram com a identidade piauiense.

Nesse sentido, formar professores-pesquisadores de Licenciatura em História neste Território de Desenvolvimento colabora com a promoção, preservação e uso sustentável do patrimônio histórico-cultural e ambiental dos municípios que os compõe atendendo demandas societais, culturais e econômicas que estão em consonância com a regulamentação da profissão (BRASIL, 2020) aos quais destacamos:

- Magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, desde que seja cumprida a exigência da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB quanto à obrigatoriedade da licenciatura;
- organização de informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História;
- planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica;
- assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica;
- assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins de preservação;
- elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos.

O Curso de Licenciatura em História de Campo Maior foi autorizado em 09 de setembro de 2005 (Resolução CONSUN nº 017/2007) entrando em funcionamento no segundo semestre de 2006, apresentando uma estrutura curricular dividida em oito módulos, com um tempo de funcionamento mínimo de quatro anos. Em 2012, nosso curso foi reconhecido pelo Decreto Estadual n.º 14849 de 5 de junho de 2012 (PIAUÍ, 2012) sendo renovado em 2020 (PIAUÍ, 2020) o que demonstra a sua consolidação.

O Curso de Licenciatura em História conta atualmente com nove professores efetivos selecionados pela UESPI através de concurso público: dois em regime TI-40h e sete DE-40h. A recente ampliação do seu quadro de docentes possibilitou a consolidação das atividades realizadas pelo Núcleo

Estruturante do Curso, aperfeiçoamento das atividades de ensino e realização de projetos de extensão e de pesquisa executados pelos próprios docentes.

Em termos de qualificação a equipe docente efetiva do Curso de Licenciatura em História possui pós-graduação em nível de mestrado e doutorado e é bastante diversificada, tanto no que diz respeito à área de conhecimento, já que possui profissionais pós-graduados nas áreas de História e Culturas, História do Brasil e Políticas Públicas, como no que se relaciona com a orientação teórica. Isso tem provocado um debate muito intenso entre os docentes e oportunizado ao corpo discente viver e presenciar uma experiência de crescimento teórico amplo e relevante no curso durante o processo de ensino-aprendizagem.

O curso de Licenciatura em História dispõe de uma coordenação com sala própria no campus, a qual possui um computador para os serviços internos burocráticos e uma impressora; as salas de aulas são equipadas com data-shows. O referido curso ocupa ainda duas salas de aula, com capacidade média para 40 alunos, durante os períodos manhã, tarde e noite, de segunda-feira à sexta-feira e, aos sábados, nos turnos manhã e tarde.

Também possui uma sala de pesquisa para desenvolvimento de atividades dos grupos de pesquisa do curso, uma sala de audiovisual e ainda uma sala de professores usada para as atividades do corpo docente. O campus Heróis do Jenipapo possui uma biblioteca de atendimento ao público geral, quadra poliesportiva e um auditório com capacidade para 150 pessoas e, ainda, áreas sanitárias de atendimento masculino e feminino.

Deste modo, a coletividade do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, partindo de preocupações que tem permeado as discussões centrais em torno da natureza e dos objetivos do Curso de História, como por exemplo, o de permitir aos seus discentes o entendimento de que a História é uma ciência social que tem por objeto de estudo a relação homem-tempo- espaço, sendo essencial para a compreensão do mundo contemporâneo, traz, a público, a proposta político pedagógica do Curso.

O instrumento de orientação teórico-metodológica busca focar a ciência História em uma prática pedagógica que favoreça o enriquecimento do

saber, utilizando-se de técnicas e recursos facilitadores da capacitação do futuro profissional como educador/pesquisador com potencial para adquirir, reelaborar e produzir conhecimentos fundamentais à formação de sujeitos críticos e reflexivos.

A proposta atual do Curso de Licenciatura em História procurou contemplar a base legal nacional atual assim como, a base definida como essencial ao ensino superior, a saber: ensino, pesquisa e extensão, pois conta com áreas de conhecimento voltadas especialmente para esses aspectos. As competências e habilidades objetivadas no decorrer do curso estão planejadas para serem alcançadas de forma gradual e contínua, levando em conta o atendimento das demandas sociais do mundo contemporâneo, a nossa realidade regional, bem como a realidade institucional.

O currículo ambiciona trabalhar com as dimensões de ensino e pesquisa, teoria e prática, prevendo uma articulação entre os diferentes aspectos na formação do Licenciado em História. A política de formação deste considera o domínio do processo de produção dos conteúdos bem como o processo de transposição didática deles como requisitos básicos para formar licenciados competentes, não perdendo de vista as necessidades da sociedade onde se insere o curso e o desenvolvimento recente da ciência histórica.

A proposta do projeto ajusta-se a um compromisso assumido pela comunidade do curso com relação aos objetivos nele definido: a qualificação do corpo docente no que toca às metas estabelecidas; ao perfil do corpo discente do Curso de Licenciatura em História dessa Instituição, caracterizado por um espírito de superação das dificuldades e pelo desejo da conquista que tem marcado a história desse curso ao longo de sua existência.

Esta proposta procura estar sintonizada com o estágio atual do desenvolvimento da ciência histórica e, ao mesmo tempo, ao incorporar as disciplinas específicas, busca-se a flexibilidade suficiente para acompanhar o desenvolvimento dessa ciência, o que determina o perfil do profissional que o curso pretende formar e a demanda social a ser atendida.

O Curso de Licenciatura em História possui como clientela em potencial, egressos do ensino médio da rede de ensino público e privado regional.

Pretendemos no decorrer da formação do discente discutir as transformações que atualmente estão ocorrendo no campo do conhecimento histórico e do ensino-aprendizagem, através de uma ampla revisão de literatura. Para tal, partimos de uma noção construtivista, na qual, o graduando seja um sujeito capaz de questionar a realidade que o cerca. Defendemos, então, uma educação que desperte essa capacidade nos alunos. Consideramos que a proposta para repensarmos a nossa prática docente é a pesquisa, a reelaboração do conhecimento por alunos e professores de forma cotidiana.

A educação contemporânea nos permite afirmar que o espaço da sala de aula no qual o futuro profissional vai atuar não cabe mais uma noção antiga de transmissão de conhecimentos posto que, os alunos devem ser estimulados continuamente a compreender, desenvolver habilidades e ampliar suas competências. Nesse caso, o licenciado em História estará pronto a atuar em um contexto educacional no qual se privilegia o aprender a aprender, criando possibilidades de saber, conhecer, fazer, viver junto e ser mais humano. Uma relação de ensino-aprendizagem em que todos construam e pensem a sala de aula e os demais ambientes de investigação como o lócus privilegiado para se perceber tensões, mas acima de tudo, um espaço onde se possa debater e construir respostas às questões do mundo contemporâneo.

Desta forma, o curso de Licenciatura em História possui como preocupação primordial a formação do profissional de História consciente e capaz do exercício da profissão atento para o fato de que o saber histórico é resultado de um trabalho produzido em tempo e espaços delimitados.

Por fim, ressaltamos ainda que parte significativa desses alunos formados já se encontram pós-graduados e atuando no mercado de trabalho com contrato temporário nas redes municipal e estadual de educação da região ou já foram aprovados em concursos públicos, demonstrando qualitativamente a viabilidade e o sucesso do curso no território dos carnaubais.

3 OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Licenciatura em História a luz da legislação vigente orienta a formação de profissionais capazes de analisar e compreender a História

considerando os distintos sujeitos, espaços e temporalidades através da construção do conhecimento histórico e de situações de aprendizado direcionadas ao exercício da cidadania e efetivação de direitos civis, sociais e políticos. Nesse sentido segue logo abaixo nossos objetivos:

3.1 Geral:

Formar profissionais capazes de dominar as teorias, abordagens, técnicas, metodologias e conteúdos da História, além de aplicá-los no processo de ensino-aprendizagem no âmbito educacional previsto na legislação vigente.

3.2 Específicos

O Curso de Licenciatura em História da UESPI se propõe a:

- Proporcionar o conhecimento para o discente das diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- Formar profissionais capazes de problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Capacitar o graduado ao exercício do trabalho de historiador em todas as suas dimensões, o que supõe o pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão.
- Promover ao licenciado o domínio do exercício de lidar com as temporalidades e o ofício de trabalhar com variadas fontes documentais, respeitando em cada caso os parâmetros sociais e culturais de seu contexto de formação época a época.
- Proporcionar diversas situações de ensino-aprendizado que possibilite aos futuros profissionais informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação;
- Desenvolver situações de ensino-aprendizado que proporcione os futuros profissionais a compreensão e apreensão do caráter interdisciplinar e transdisciplinar do conhecimento Histórico;

- Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão em diversos ambientes acadêmicos e não acadêmicos colaborando para a formação de professores-pesquisadores, técnicos e gestores do patrimônio histórico-cultural.

- Proporcionar situações de aprendizado no âmbito do ensino, pesquisa e extensão aos futuros profissionais proporcionando o exercício da problematização, construção, uso didático e científico das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

A formação do Licenciado em História na UESPI está alinhada ao disposto nas DCN para o curso e à legislação para a educação superior. O curso objetiva dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas visando atuar no campo profissional.

4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Competências e habilidades:

No que concerne à formação do docente, o perfil do profissional da área de História, aponta para competências e habilidades específicas que devem fundamentá-la conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de História (Pareceres CNE/CES 492/2001, Resolução CNE/CES 13 de 13/03/2002),

- Conhecer as teorias e abordagens no campo das Ciências Sociais em geral e da História em particular;
- Dominar técnicas e metodologias aplicadas à pesquisa e ao ensino da história, com ênfase nos aspectos relacionados à inovação tecnológica;
- Refletir criticamente sobre a realidade social concreta onde vai intervir como profissional e cidadão;
- Dominar os conteúdos específicos das diversas áreas do conhecimento histórico que compõem as Disciplinas do currículo, nos campos da História Geral, do Brasil e Piauí.
- Apropriar-se das questões inerentes ao processo ensino-aprendizagem na educação escolar, intervindo nesse processo como produtor do conhecimento;
- Dominar conteúdos básicos que são objetos do ensino Fundamental e Médio e dos conceitos, métodos e técnicas pedagógicas que regem a prática docente sob a égide dos Parâmetros Curriculares Nacionais e Base Nacional Curricular Comum.

Campo de atuação profissional:

As áreas de atuação do profissional de Licenciatura em História são amplas: no magistério, na pesquisa, nos arquivos públicos e privados, na preservação da memória e da cultura dos povos, nos museus, sítios arqueológicos e no turismocultural e ecoturismo.

O professor/pesquisador de História, como profissional de nível superior, é o indivíduo capaz de realizar, de forma crítica, a articulação entre teoria e prática; de assessorar programas culturais e de preservação do patrimônio

histórico, bem como de compreender a História enquanto processo permanente de construção e reconstrução dos fatos.

O curso de Licenciatura em História, objetiva ainda, a qualificação/formação de educadores para ministrar disciplinas na respectiva área, nas modalidades de ensino médio e fundamental, previstas pela atual legislação educacional brasileira.

5 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em História da UESPI se fundamenta na legislação educacional que tem como referências a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996 e suas alterações), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial de Professores para a Educação Básica (CNE/CP n.º2/2019) e Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de História (CNE/CES nº13/2002).

Resultado de consultas, diálogo com outros NDE (Teresina e Parnaíba) e amplo debate entre docentes e discentes a atual estrutura curricular reflete a preocupação da IES no currículo flexível, interdisciplinar, com carga horária compatível com os dispositivos legais e que articule teoria-prática. Dessa forma, ela contempla os seguintes aspectos:

Tal estrutura curricular reflete a preocupação da IES com a formação de um egresso com as características definidas em seu PPC. Dessa forma, ela contempla os seguintes aspectos:

- **Flexibilidade**: a estrutura curricular do curso de Licenciatura em História da UESPI – Campo Maior é bastante flexível. Essa flexibilidade é materializada pelo Estágio Supervisionado, Programa de Estágio Extra-Curricular, Programas de Nivelamento, Oferta de Disciplinas Tópicos Especiais, Monitoria e Atividades de Extensão, - todas normatizadas em um Regulamento próprio -, totalmente incorporadas à vida acadêmica.
- **Interdisciplinaridade**: as ações de interdisciplinaridade, no âmbito de curso, ocorrem através dos Programas de Extensão e Estágio

ofertados no curso, práticas pedagógicas, disciplinas integradoras, oportunidades nas quais, os (as) professores (as) supervisores (as) estimulam as discussões em grupos interdisciplinares.

- **Compatibilidade de carga horária**: A carga horária do curso de Licenciatura Plena em História – Campo Maior da UESPI é perfeitamente compatível com os dispositivos legais. Atualmente o curso possui 3.520 horas, integralizadas em oito semestres.
- **Articulação da Teoria com a Prática**: A articulação entre a Teoria e a Prática no âmbito do curso de Licenciatura em História – Campo Maior da UESPI se dá de forma precoce e constante. As diversas disciplinas contemplam em seus planos de curso, cronogramas de atividades práticas desenvolvidas em sincronia com as aulas Teóricas.

6 CONTEÚDOS CURRICULARES

Os conteúdos curriculares essenciais do Curso de Licenciatura em História da UESPI estão perfeitamente alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais(DCN) para a Formação inicial de Professores para a Educação Básica (CNE/CP n.º 2/2019), às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de História (CNE/CES n.º 13/2002), à lei de regulamentação da profissão de historiador (Lei 14.038/2020) e com as aprendizagens prescritas na Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (CNE/CP n.º 2/2017 e CNE/CP n.º 4/2018), cumprindo todos os requisitos legais para o devido andamento do curso.

Esses conteúdos estão relacionados com todo o processo educacional do cidadão, da família e da comunidade, integrando a realidade humanística, ambiental, tecnológica, ética e profissional, proporcionado a integralidade das ações do ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, os conteúdos curriculares do curso de Licenciatura em História da UESPI possibilitam o desenvolvimento do perfil do egresso, levando-se em consideração a atualização dos conteúdos curriculares proposta

no Núcleo Docente Estruturante - NDE, adequação das cargas horárias e a bibliografia, nos formatos físicos e virtual.

Levando em consideração o perfil profissional desejado para o egresso do curso de Licenciatura em História e a abordagem dos ensinamentos científicos e humanísticos, o curso de fundamenta em três áreas de conhecimento distribuídos em cinco componentes temáticos principais durante seus oito semestres letivos.

A distribuição das disciplinas por **Área do Conhecimento** visa facilitar a compreensão do novo fluxograma e corroborar com as diretrizes nacionais (CNE/CP n.º 2/2019) que determinam três grandes grupos de disciplinas, assim como permitir que discentes e docentes situem melhor sua atuação acadêmica.

Dessa forma **Área do conhecimento I** corresponde o Grupo de Disciplinas que compreende a aprendizagem dos conteúdos específicos da área de História para a apropriação teórico-metológica exigida pela profissão de historiador e ao mesmo tempo contemplando componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC visando o domínio pedagógico desses conteúdos. Tal área possui quatro componentes a saber: **i) História e Conteúdo (Eixos 1 e 2); ii) Teorias e Metodologias; iii) História e Pesquisa e iv) Tópicos Especiais em História;**

O componente **História e Conteúdo** no seu **Eixo temático I** abrange as disciplinas História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea I, História Contemporânea II, que de maneira interdisciplinar, trabalham a formação histórica das sociedades humanas em geral. Esta divisão adota a periodização convencional que é usada para separar a história da humanidade em períodos cronológicos com características em comum, destacando aspectos de cada época como mudanças consideradas significativas da humanidade no âmbito cultural, político, econômico e social. Considerando a possibilidade da periodização incorrer na centralidade de conteúdos relativos a História Europeia, neste mesmo eixo temático I, está contemplado a produção sobre a História da África e América I e II .

Já no **Eixo Temático II** da mesma Área temos os conteúdos da produção histórica relativo à História da América Portuguesa, Brasil nos seus períodos

monárquico e republicano. Destaque para duas disciplinas de História do Piauí que refletem o avanço das pesquisas e pós-graduações nas Ciências Humanas sobretudo em áreas de História, Sociedade e Ensino no estado. Segue logo abaixo a distribuição dos conteúdos conforme Área, componente e eixos temáticos:

ÁREA DO CONHECIMENTO I

COMPONENTE HISTÓRIA E CONTEÚDO

EIXO TEMÁTICO I

- ✓ HISTÓRIA ANTIGA
- ✓ HISTÓRIA MEDIEVAL
- ✓ HISTÓRIA MODERNA
- ✓ HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I
- ✓ HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II
- ✓ HISTÓRIA DA AMÉRICA I
- ✓ HISTÓRIA DA AMÉRICA II
- ✓ HISTÓRIA DA ÁFRICA

EIXO TEMÁTICO II

- ✓ HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA
- ✓ HISTÓRIA DO BRASIL MONÁRQUICO
- ✓ HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO I
- ✓ HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO II
- ✓ HISTÓRIA DO PIAUÍ I
- ✓ HISTÓRIA DO PIAUÍ II

O componente **História: Teorias e Metodologias** reúne as disciplinas que abordam o ofício do historiador, a epistemologia da história, a historiografia e suas questões teóricas-metodológicas. Saberes necessários para ao modo de identificar, selecionar, compreender, sistematizar ou interpretar fontes diversas, estabelecidos por métodos, técnicas, conceitos e princípios que permitem descrever e/ou explicar o objeto estudado no determinado campo ou

área da história. Nesse sentido, tendo como base as disciplinas de Introdução aos Estudos Históricos, Teoria da História I, Teoria da História II e Historiografia Brasileira darão o suporte conceitual e temático às teorias que subsidiam o curso.

COMPONENTE HISTÓRIA: TEORIAS e METODOLOGIAS

- ✓ INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS
- ✓ TEORIA DA HISTÓRIA I
- ✓ TEORIA DA HISTÓRIA II
- ✓ HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

O componente **História e Pesquisa** compreende o conjunto de disciplinas voltadas exclusivamente para a elaboração de um projeto pesquisa e produção de um relatório final de pesquisa em formato de artigo científico e/ou monografia avaliados publicamente por uma banca examinadora específica e em conformidade com RESOLUÇÃO CEPEX 003/2021 e as normas definidas no Colegiado do Curso.

COMPONENTE HISTÓRIA E PESQUISA

- ✓ METODOLOGIA CIENTÍFICA
- ✓ MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM HISTÓRIA
- ✓ TCC I
- ✓ TCC II

Os **Tópicos Especiais em História** são cinco disciplinas-temáticas, sendo três disciplinas com 60 horas e duas com 50h que abordarão conhecimentos e aprendizados correlatos a área 1 do curso, mas com um caráter mais delimitado e interdisciplinar. Nesse sentido, os Tópicos pretendem ampliar e/ou aprofundar determinados conteúdos e/ou saberes presentes transversalmente nas disciplinas previstas nos componentes História e Conteúdo; História: teorias e metodologias e, História e Pesquisa, já descrito

acima, colaborando para atender possíveis demandas de ensino, pesquisa ou áreas de interesses de professores e acadêmicos.

Os **Tópicos Especiais em História** serão aprovados pelo Colegiado do curso de Licenciatura em História sempre que for oferecido conforme previsto no fluxograma do curso, ou seja, no segundo, sexto, sétimo e oitavo bloco. Para garantir tal flexibilidade, os Tópicos são representados por uma ementa, cujas competências, cenários de aprendizado e bibliografia estão reunidas numa descrição discursiva que resume a proposta, permitindo assim a flexibilidade do conteúdo conceitual / procedimental do tema norteador escolhido para ser ministrado durante o bloco. O conjunto de temáticas com suas respectivas nomenclaturas estão reunidos no item específico que trata dos Tópicos Especiais em História neste PPC e serão atualizadas e/ou adequadas pelo NDE e aprovadas no Colegiado com base na necessidade prevista no planejamento docente e nas demandas dos discentes.

COMPONENTE: TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA

- ✓ TÓPICO ESPECIAL EM HISTÓRIA I
- ✓ TÓPICO ESPECIAL EM HISTÓRIA II
- ✓ TÓPICO ESPECIAL EM HISTÓRIA III
- ✓ TÓPICO ESPECIAL EM HISTÓRIA IV
- ✓ TÓPICO ESPECIAL EM HISTÓRIA V

A **área de conhecimento II** trata-se do Grupo de Disciplinas que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais (CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019). Está em consonância com as normas que regulamentam a oferta do Núcleo Pedagógico Comum nos Cursos de Licenciatura da UESPI (RESOLUÇÃO OCEPEX 008/2021).

Tal área de conhecimento está dividido aqui em dois componentes a saber: **i) História e os Fundamentos Pedagógicos; ii) Tópicos Especiais em Educação**; O Componente História e os Fundamentos Pedagógicos reúnem as disciplinas que permitirão os (as) discentes a se apropriarem de conhecimentos, saberes e aprendizados no âmbito da educação de forma

dialógica e articulada com a sociologia, antropologia, psicologia, filosofia, letras e história.

Nesse sentido, o componente engloba as disciplinas pedagógicas da base comum, exigidas pela Legislação Educacional Brasileira (LDB, N. 9.394/96) e seus entrelaçamentos com a história, buscando possibilitar aos discentes uma fundamentação pedagógica sólida para o processo ensino/aprendizagem.

Espera-se que a inter-relação entre estas disciplinas oportunizem aos (as) discentes a reflexão crítica e a construção de saberes e competências (conhecimento, reflexão-prática e engajamento) para a formação de docentes comprometidos com um ensino de história focado no enfrentamento da questão social e de suas mais variadas expressões (racismo, sexismo, exclusão, preconceito, autoritarismo social, desigualdade social, desemprego, exploração, dentre outras).

ÁREA DO CONHECIMENTO II

COMPONENTE HISTÓRIA E OS FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS

- ✓ FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO
- ✓ FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
- ✓ SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO
- ✓ HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
- ✓ POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
- ✓ PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
- ✓ DIDÁTICA
- ✓ METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA
- ✓ HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA
- ✓ LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS
- ✓ ENSINO DE HISTÓRIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

O **Componente Tópicos Especiais em Educação** abrange duas disciplinas-temáticas com 60 horas cada e uma com 50h que abordarão conhecimentos e aprendizados complementares e correlatos a área 2 do curso e que correspondem as DISCIPLINAS DO NÚCLEO PEDAGÓGICO COMUM OPTATIVAS previstas na RESOLUÇÃO CEPEX 008/2021. Tais disciplinas

serão aprovadas e ofertadas pelo colegiado do curso para o primeiro, terceiro e o quarto bloco.

COMPONENTE: TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO

- ✓ TÓPICO ESPECIAL DE EDUCAÇÃO I
- ✓ TÓPICO ESPECIAL DE EDUCAÇÃO II
- ✓ TÓPICO ESPECIAL DE EDUCAÇÃO III

Temos ainda **Área de Conhecimento III** que abrange dois componentes: o **Estágio curricular supervisionado** de ensino e as **Práticas pedagógicas**.

O Estágio é o momento da formação em que os alunos efetivam, sob a supervisão de profissionais experientes da escola e do curso de Licenciatura em História, o exercício da docência e as outras atividades ligadas ao ambiente escolar, tais como, diagnóstico escolar, participação nas reuniões de planejamento, projeto pedagógico da escola, observações de aulas, preparação de planos de ensino e planos de aula etc.

Esta é a ocasião para se desenvolver competências e habilidades exigidas na prática profissional, especialmente no que se refere à docência em história este componente é composto das disciplinas Estágio Supervisionado I (100horas), Estágio Supervisionado II (100horas) e Estágio Supervisionado III (200horas).

O Estágio Supervisionado I consiste na análise dos programas relativos às 6ª e 7ª anos do Ensino Fundamental e do planejamento e regência de classe nestas séries; o Estágio Supervisionado II abrangerá essas mesmas atividades, mas relativas às 8ª e 9ª anos do Ensino Fundamental; já Estágio Supervisionado III envolverá as mesmas atividades, referentes, porém, às 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio.

Compreende-se que a multiplicidade das estratégias para a prática de Estágio Supervisionado Obrigatório é ampla e diversificada, porém, dentre todos os currículos dos seis cursos de Licenciatura em História dessa instituição encontramos objetivos e carga horária comuns, regulados pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de Dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a

Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Desta feita, consideramos que tais disciplinas devem ser compatibilizadas e aproveitadas junto aos demais PPCs dos diversos cursos de licenciatura em História da UESPI, desde que sejam cursadas na em sua integridade. Isto é, caso o aluno transferido estiver cursando parcialmente as disciplinas de Estágio Obrigatório, no momento de sua transferência as horas parciais não poderão ser aproveitadas dado que ele deve se readaptar às estratégias pedagógicas empregadas no curso de destino. Porém, no caso do aluno transferido ter cursado as disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório em sua integridade, tais horas deverão ser aproveitadas, dado que todos os estágios estão de acordo com o artigo 7º, inciso VIII da resolução supracitada: dar-se à centralidade aos Estágios Obrigatórios que “enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio”.

COMPONENTE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

- ✓ ESTÁGIO SUPERVISIONADO I
- ✓ ESTÁGIO SUPERVISIONADO II
- ✓ ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

COMPONENTE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Por fim, chegamos ao Componente da Área do Conhecimento III, estruturada a partir das chamadas PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, que em nosso entendimento, contribui na complementação de competências e habilidades do professor/pesquisador do curso de licenciatura em história da UESPI.

Elas, embora não tenham caráter de disciplina, são indispensáveis para a conclusão do curso. A Resolução CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 estabelece o cumprimento das 400 horas das chamadas Práticas Pedagógicas, sem o qual o acadêmico não pode receber o Certificado de Conclusão do Curso.

Visando integrar-se com os componentes das áreas 1 (conteúdo específico) e 2 (fundamentos pedagógicos), as práticas pedagógicas foram distribuídas em 14 disciplinas, ou seja, para cada disciplina de conteúdo e/ou

de fundamentação pedagógica, 30 horas (treze disciplinas) e 10 horas (uma disciplina) serão dedicadas a atividades que articule teoria e a prática escolar no processo de formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos.

Os temas norteadores selecionados servirão de mediação entre o conteúdo da disciplina e as atividades propostas contemplando um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que estão inerentemente alicerçados na prática escolar.

Em termos de princípios, as práticas pedagógicas pretendem efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, pesquisa, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros modos, vivências e saberes necessários no processo de ensino-aprendizado coerente com a BNCC.

6.1 REQUISITOS LEGAIS

a) **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004)**

Em atenção ao que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004) quanto à formação de professores, o Curso de História do Campus Heróis do Jenipapo possui em sua matriz curricular a disciplina de História da África (bloco IV), - além da disciplina de História e Cultura Afrobrasileira e Indígena (bloco VI). Esta disciplina responde diretamente ao objetivo contido da Resolução nº 001/2004 do Conselho Nacional de Educação de reconhecer e valorizar a “identidade, história e cultura dos afrobrasileiros”, bem como “garantir o reconhecimento e a igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira” e das raízes indígenas.

As disciplinas referidas são oferecidas, em caráter obrigatório, reforçando seu caráter formativo elementar para o desenvolvimento das demais disciplinas, ainda que não expresso nas ementas. Ademais, o curso de licenciatura em história oferta ainda um Tópico Especial em História dedicado a temática Cultura Brasileira e outro com a nomenclatura História Indígena e do Indigenismo

Cumprido salientar que a educação das relações étnico-raciais é ainda contemplada de forma transversal nas disciplinas Tópicos Fundamentos Antropológicos da Educação, Sociologia da Educação (bloco V), História das Américas I e II (blocos III e IV), História da América Portuguesa (bloco III), História do Brasil Monárquico (bloco IV), História do Brasil Republicano I e II (bloco VI e VII), História do Piauí I e II (bloco V e VI), nas quais é possível contribuir para o desenvolvimento de “atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial”.

A educação das relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, indígenas e Africanas tem por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação plenamente democrática.

O currículo do curso de Licenciatura em História foi concebido como o objetivo de proporcionar ao aluno o conhecimento necessário para o gerenciamento adequado das funções que envolvem um profissional desta natureza.

b) Disciplina de LIBRAS

Em acordo com o estabelecido pelo Decreto federal nº 5.626/2005 e pela Lei federal nº 10.436/2002, o Curso de Licenciatura em História do Campus Heróis do Jenipapo oferta, no bloco II, a disciplina Língua Brasileira de Sinais (Libras), em caráter obrigatório. Tal inclusão representa o reconhecimento da necessidade de formar os futuros professores para receberem pessoas com deficiências auditivas em suas salas de aulas como um dos elementos fundamentais da construção de uma escola plural.

A disciplina de Libras não apenas oferece os fundamentos à superação das barreiras comunicativas entre pessoas com diferentes necessidades, como inicia os estudantes nas necessidades educacionais das pessoas com deficiência auditiva e problematiza o percurso educacional histórico centrado na oralidade como meio essencial de educar-se. Neste sentido, a perspectiva desta disciplina é distanciar-se da representação negativa dos sujeitos com problemas auditivos em favor dos conhecimentos culturais, linguísticos e pedagógicos necessários para a atuação docente junto a esses alunos.

c) Políticas de Educação Ambiental

Atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais, à Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e ao Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 no que diz respeito à Educação Ambiental, o curso de Licenciatura em História reconhece a importância da Educação Ambiental dedicando a possibilidade de a Temática ser acionada em Tópicos Especiais como nas disciplinas de Tópico Especial em Educação com a nomenclatura Educação ambiental e em Tópico Especial em História com a referência História e Meio ambiente.

Ademais, o curso incentiva a promoção de atividades contínuas e permanentes, em caráter transversal, em diversas disciplinas do curso. Para isso, são incentivadas, de forma contínua, as seguintes atividades:

1. Oficinas de atualização dos planos de curso para contemplar os conteúdos relacionados ao meio ambiente;
2. Incentivo ao desenvolvimento de atividades complementares relacionadas à educação ambiental;
3. Criação de projeto de extensão voltado à educação ambiental.

e) Educação e as novas tecnologias da informação e comunicação

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 2/2019 que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores(as) para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de

professores(as) da Educação Básica (BNC-Formação), o curso de Licenciatura em História oferta a disciplina Ensino de História e Tecnologias Educacionais (bloco V), viabilizando a competência geral docente número 5 (BNC-Formação Professor) que norteia a compreensão, utilização e criação de tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes. As TICs também poderão ser empregadas como ferramentas ao longo do curso no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

6.2 MATRIZ CURRICULARES

PRIMEIRO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica	Prática Pedagógica	
História Antiga	60h	30	90h
Metodologia Científica	60h	-	60h
Tópico Especial em Educação I	60h	-	60h
História da educação brasileira	60h	-	60h
Introdução aos Estudos Históricos	60h	30	90h
TOTAL DAS DISCIPLINAS			360h
Unidade Curricular de Extensão – Projeto			40h
TOTAL DO SEMESTRE			400h

SEGUNDO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica	Prática Pedagógica	
História Medieval	60h	30	90h
Tópico Especial em História I	60h	-	60h
Filosofia da Educação	60h	-	60h
Libras	60h	-	60h
Teorias e Metodologias da História I	60h	-	60h
Historiografia brasileira	60h	-	60h
TOTAL DAS DISCIPLINAS			390h
Unidade Curricular de Extensão - Projeto			40h
TOTAL DO SEMESTRE			430h

TERCEIRO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica	Prática Pedagógica	
História Moderna	60h	30	90h
Política Educacional e Organização da Educação	60h	-	60h
Historia da América Portuguesa	60h	30	90h
História da América I	60h	-	60h
Teorias e Metodologias da História II	60h	-	60h
Tópico Especial em Educação II	50h	-	50h
TOTAL DAS DISCIPLINAS			410
Unidade Curricular de Extensão – Projeto			40h
TOTAL DO SEMESTRE			450h

QUARTO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica	Prática Pedagógica	
História Contemporânea I	60h	30h	90h
Didática	60h	-	60h
História do Brasil Monárquico	60h	30h	90h
História da América II	60h	30h	90h
História da África	60h	-	60h
Tópico Especial de Educação III	60h	-	60h
TOTAL DA DISCIPLINAS			450h
Unidade Curricular de Extensão – Evento			40h
TOTAL DO SEMESTRE			490h

QUINTO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica	Prática Pedagógica	
História Contemporânea II	60h	-	60h
História do Piauí I	60h	30h	90h
Sociologia da Educação	60h	-	60h
Metodologia do Ensino de História	90h	-	90h
Psicologia da Educação	60h	-	60h
Ensino de História e Tecnologias Educacionais	60h	10h	70h
TOTAL DAS DISCIPLINAS			430h
Unidade Curricular de Extensão – Projeto			40h
TOTAL DO SEMESTRE			470h

SEXTO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica	Prática Pedagógica	
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	60h	30h	90h
História do Piauí II	60h	-	60h
História do Brasil Republicano I	60h	30h	90h
Métodos e Técnicas de Pesquisa em História	60h	30h	90h
Estágio Supervisionado I	30h	70h	100h
Tópico Especial em História II	60h	-	60h
TOTAL DAS DISCIPLINAS			490h
Unidade Curricular de Extensão – Projeto			40h
TOTAL DO SEMESTRE			530h

SÉTIMO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica	Prática Pedagógica	
Tópico Especial em História III	50h	-	50h
TCC I	60h	-	60h
Estágio Supervisionado II	30h	70h	100h
História do Brasil Republicano II	60h	30h	90h
Tópico Especial em História IV	50h	-	50h
TOTAL DAS DISCIPLINAS			350h
Unidade Curricular de Extensão – Projeto			40h
TOTAL DO SEMESTRE			390h

OITAVO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teórica	Prática Pedagógica	
Estágio Supervisionado III	60h	140h	200h
TCC II	60h	-	60h
Tópico Especial em História V	60h	-	60h
TOTAL DAS DISCIPLINAS			320h
Unidade Curricular de Extensão – Evento			40h
TOTAL DO SEMESTRE			360h

RESUMO	CARGA-HORÁRIA
Conhecimentos Científicos, Educacionais e Pedagógicos	800 h
Conhecimentos específicos da área	1.600h
Prática Pedagógica	400h
Estágio Supervisionado	400h
Atividades Curriculares de Extensão	320h
TOTAL	3.520h

6.2.1 FLUXOGRAMA

1º BLOCO	2º BLOCO	3º BLOCO	4º BLOCO	5º BLOCO	6º BLOCO	7º BLOCO	8º BLOCO
História Antiga (60H) +30H PPC	História Medieval (60H) +30H	História Moderna (60H) +30H PPC	História Contemporânea I (60H) +30H PPC	História Contemporânea II (60H)	História e Cultura Afrobrasileira e Indígena (60H) +30H PPC	Tópico Especial em História III (50H)	Estágio Supervisionado III (60H) +140H
Metodologia Científica (60H)	Tópico Especial em História I (60h)	Política Educacional e Organização da Educação(60H)	Didática (60H)	História do Piauí I (60H) +30H PPC	História do Piauí II (60H)	TCC I (60H)	TCC II (60H)
Tópico Especial em Educação I (60H)	Filosofia da Educação (60H)	História da América Portuguesa (60H) +30H PPC	História do Brasil Monárquico (60H) +30H PPC	Sociologia da Educação (60H)	História do Brasil Republicano I (60H) +30H PPC	Estágio Supervisionado II (30H) + 70H	Tópico Especial em História V (60H)
História da Educação Brasileira (60H)	Libras (60H)	História da América I (60H)	História da América II (60H) + 30h PPC	Metodologia do Ensino de História (90H)	Métodos e Técnicas de Pesquisa em História (60H) + 30h PPC	História do Brasil Republicano II (60H) +30H PPC	
Introdução aos estudos Históricos (60H) + 30h PPC	Teorias e Metodologias da História I (60H)	Teorias e Metodologias da História II (60H)	História da África (60H)	Psicologia da Educação(60H)	Estágio Supervisionado I (30H) + 70H (regência)	Tópico Especial em História IV (50H)	
	Historiografia Brasileira (60H)	Tópico Especial em Educação II (50 h)	Tópico Especial em Educação III 60 horas	Ensino de História e Tecnologias Educacionais (60H) + 10h PPC	Tópico Especial em História II (60h)		
UCE – Projeto -40	UCE - Projeto – 40h	UCE- Projeto –40h	UCE – 40h - Evento Total de ACE's 160 H integralizadas	UCE – Projeto 40h	UCE – 40h - Projeto	UCE – 40h – Projeto	UCE – Evento – 40h Total de ACE's 320H integralizadas
400h	430h	450h	490h	470h	530h	390h	360h
Prática como Componente Curricular - PPC : 400 horas			Atividades Curricular de Extensão – ACE's: 320 horas			Carga horária total do curso:	
3.520 horas							

6.3 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

Encontram-se relacionadas e descritas, a seguir, as disciplinas integrantes da matriz curricular do Curso de Licenciatura em História da UESPI – Campo Maior, com as respectivas ementas e bibliografias básica e complementar.

Considerando o desenvolvimento científico e tecnológico, as ementas aqui apresentadas poderão ser atualizadas, pelos professores responsáveis pelas disciplinas, desde que analisadas e aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante e homologadas pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em História.

Disciplinas do 1º Semestre - 1º BLOCO

História Antiga / Carga horária: 60h + 30h (prática pedagógica)

Ementa: As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização; Povos da Antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos). Grécia e Roma Antiga: cultura, política (interna e externa), formas de trabalho (livre e escravo) e sociedade (hierarquias entre o público e o privado).

Competências:

- Compreender as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade e analisar os significados dos mitos de fundação.
- Entender os processos que levaram à construção das primeiras civilizações (povos egípcios e mesopotâmicos) verificando nesta dinâmica a existência de uma série de características específicas, como instituições políticas, religiosas, hierarquização e diversificação social.
- Explicar a formação da Grécia Antiga, com ênfase na formação da pólis e nas transformações políticas, sociais e culturais.
- Caracterizar o processo de formação da Roma Antiga e suas configurações sociais e políticas nos períodos monárquico e republicano.
- Associar o conceito de cidadania a dinâmicas de inclusão e exclusão na Grécia e Roma antigas.
- Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica.
- Conceituar “império” no mundo antigo, com vistas à análise das diferentes formas de equilíbrio e desequilíbrio entre as partes envolvidas.
- Caracterizar e diferenciar escravidão, servidão e trabalho livre no mundo antigo.
- Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo.

Cenários de aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências previstas na disciplina e prática será utilizada a sala de aula, laboratório de ensino de história e aula de campo no Parque Nacional Serra da Capivara.

Bibliografia Básica:

DONADONI, Sergio (org.) O Homem Egípcio. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo.

Lisboa: Editorial Presença, 1994

DUBY, George; ARIÉS, Philippe (Orgs.) História da vida privada: do Império Romano ao Ano Mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ELÍADE, Mircea. Mito e realidade. São Paulo, Perspectiva: 1972

FINLEY, M. I. Grécia Primitiva. Idade do Bronze e Idade Arcaica. São Paulo: Martins Fontes, 1990

FINLEY, M. I. Mito e Sociedade na Grécia Antiga. Lisboa: Edições 70, 1992.

FINLEY, M. I. Os Gregos Antigos. Lisboa: Edições 70, 1984.

FLORENZANO, M. B. B.; HIRATA, E. F. V. (Orgs.). Estudos sobre a Cidade Antiga. São Paulo: EDUSP, 2009.]

GOODY, Jack. O roubo da História: Como europeus se apropriaram das ideias e invenções do oriente. São Paulo: Contexto, 2008.

HARARI, Yuval. Sapiens: uma breve história da humanidade. Porto Alegre, L&PM, 2018

PINSKY, Jaime. 100 textos de História Antiga. São Paulo: Contexto, 2009.

SAID, Edward. W. Orientalismo: O Oriente como uma invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TRABULSI, J.A. D. Ensaio sobre a Mobilização Política na Grécia Antiga. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2001

Bibliografia Complementar:

CABANES, Pierre. Introdução à história da antiguidade. Petrópolis: Vozes, 2009.

CAMPBELL, Joseph. O Egito Antigo. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FLORENZANO, Maria Beatriz B. Antiguidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos. Campinas: Unicamp, 2003.

FLORENZANO, Maria Beatriz B. O Mundo Antigo: Economia e Sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1998.

GRIMAL, Pierre. A civilização Romana. Lisboa: Edições 70, 2009.

NEARCO: Revista Eletrônica de Antiguidade e Medieval, 2021. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/nearco/issue/archive>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

Metodologia Científica / Carga horária: 60h

Ementa: O conhecimento, a ciência e o método científico; Aquisição das normas e habilidades técnica da produção e apresentação do trabalho científico; Instrumentalização: leitura e escrita.

Competências:

- Utilizar, em conformidade com os padrões de cientificidade, textos e outras fontes de informações do conhecimento;
- Elaborar resumos, textos, resenhas com análises críticas valorizando os conteúdos de diferentes disciplinas.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.

Bibliografia Básica:

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Miranda de Andrade. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

CERVO, Amando Luís. Metodologia Científica. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

HOICHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica. Petrópolis: Vozes, 2006.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Miranda de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 2007.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 2006.

SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Tópico Especial em Educação I / Carga horária: 60h

Ementa: Disciplina do Núcleo Pedagógico Comum optativa prevista na resolução CEPEX 008/2021;

Competências:

- Analisar os processos educativos a partir da abordagem sociológica, antropológica, ambiental e pedagógica de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação aos ambientes escolares e não-escolares.
- Compreender as várias formas de expressão da questão social visando seu enfrentamento no âmbito do ensino e da gestão educacional.

Cenários da Aprendizagem: Para o desenvolvimento da disciplina será utilizada a sala de aula e ambientes não-escolares.

Bibliografia Básica:

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana. (org.). Educar em Direitos Humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LAPLATINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007 ISBN: 978-85-11-07030-9.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

Bibliografia Complementar:

ABRAMOWICZ, Anete e SILVÈRIO, Valter Roberto. Educação como prática da diferença. Campinas-SP: Ed. Associados, 2006.

GUSMÃO, Neusa Ma. Mendes de (org.) Diversidade, cultura e educação: Olhares cruzados. São Paulo; Biruta, 2003.

LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

MORAN, J. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas, SP: Papirus, 2007.

KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

História da Educação Brasileira / Carga horária: 60h

Ementa: Concepções e práticas da educação brasileira estabelecidas historicamente nos contextos colonial, imperial e republicano; A educação no Piauí. Perspectivas sobre a educação brasileira na contemporaneidade. Desenvolvimento do processo educacional brasileiro: as práticas educativas, as ações pedagógicas e a organização do ensino nos períodos colonial, monárquico e republicano. A educação brasileira na contemporaneidade; A pesquisa em história da educação brasileira.

Competências:

Conhecer e compreender o processo educacional brasileiro e piauiense, organizando-os nos períodos colonial, monárquico e republicano até o contexto da contemporaneidade; Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Desenvolver a compreensão, a análise e a interpretação dos assuntos ligados à educação brasileira, desde os tempos coloniais, utilizando os conhecimentos históricos da educação, para construir uma visão crítica da situação da mesma na atual conjuntura; Reconhecer a educação e o ensino brasileiro enquanto acontecimentos contextualizados e característicos da época de que fazem parte. Compreender organização, as tendências e as práticas da educação e do ensino brasileiro como resultantes característicos da construção histórica do Brasil.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Bibliografia básica:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da Pedagogia: geral e Brasil. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. A educação brasileira no contexto histórico. Campinas: Editora Alínea, 2011.

GUIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. História da educação brasileira. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena C. (Orgs.) História e memória da educação no Brasil. Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2006.

Bibliografia Complementar:

Chizzo... São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 1989.

DI GIORGI, Cristiano. Escola nova. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

FÁVERO, Osmar (Org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. 2. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

FERRO, Maria do Amparo Borges. Pesquisa em história da educação no Brasil: antecedentes, elementos impulsionadores e tendência. In: CAVALCANTE, Maria Juraci (Org.). História da educação: instituições, protagonistas e práticas. Fortaleza: Editora UFC/LCR, 2005.

FREITAG, Barbara. Escola, estado & sociedade. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

GATTI JÚNIOR, Décio & PINTASSILGO, Joaquim (Orgs.). Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação. Uberlândia: EDUFU, 2007.

GONDRA, José Gonçalves (Org.). Pesquisa em história da educação no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LEAL, Maria Cristina & PIMENTEL, Marília Araújo Lima (Orgs.). História e memória da escola nova. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. 500anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Introdução aos estudos Históricos / Carga horária: 60h + 30h (Prática Pedagógica)

Ementa: Epistemologia das Ciências Sociais e o processo de conhecimento histórico: problema da verdade; da objetividade; da interdisciplinaridade. Sujeitos, objetos e problemas. O tempo histórico: historicidade do conceito de tempo. Narrativa e escrita do conhecimento histórico.

Competências:

- Identificar os diferentes elementos que caracterizam o conhecimento científico;
- Caracterizar a natureza do conhecimento histórico, aplicados aos Fundamentos Pedagógicos da Educação;
- Utilizar adequadamente os conceitos de fato histórico, tempo histórico e sujeito histórico.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.

Bibliografia Básica:

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BARROS, José D'Assunção. Teoria da História: os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARROS, José D'Assunção. Teoria da História: os paradigmas revolucionários. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Bibliografia Complementar

BARROS, José D'Assunção. Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

DOSSE, François. A história. São Paulo: UNESP, 2012.

SCHAFF, Adam. História e verdade. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 5. WHITE, Hayden. Meta-história: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 2008.

WEINSTEIN, Barbara. História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. História vol. 22 no.2 Franca, 2003.

Disciplinas do 2º Semestre - 2º BLOCO

História Medieval/ Carga horária: 60h + 30h (prática pedagógica)

Ementa: Estruturas e dinâmicas das sociedades medievais do Ocidente e do Oriente no período compreendido entre os séculos V e XV, com ênfase em suas manifestações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Competências:

- Problematizar a periodização sobre a História medieval alargando o âmbito geográfico a regiões e civilizações não-europeias.
- Compreender a fusão de elementos oriundos de diversas culturas antigas que permitiu a eclosão de uma nova civilização combinando heranças greco-romana com aportes dos povos “ditos” bárbaros realizada num contexto de difusão do cristianismo como religião hegemônica;
- Caracterizar as formas de organização do trabalho e da vida social em diferentes sociedades e períodos, com destaque para as relações entre senhores e servos.
- Analisar o papel da religião cristã na cultura e nos modos de organização social no período medieval;
- Compreender a condição feminina nas sociedades medievais, sobretudo, os papéis atribuídos e exercidos, as estratégias e resistências produzidas nas relações sociais, culturais, políticas e econômicas.
- **Cenários de Aprendizagem:** Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.

• **Bibliografia Básica:**

DUBY, Georges. O tempo das catedrais: arte e sociedade - 980/1480. Lisboa: Estampa, 1979.

ECO, Umberto. (org). Idade Média. Bárbaros, cristãos e muçulmanos. Lisboa: Dom Quixote, 2011.

FRANCO JR, Hilário. Idade Média: o nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LE GOFF, Jacques. Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

Bibliografia Complementar

ARIÈS, Philippe et DUBY, Georges. (Dir.) História da Vida Privada. Da Europa Feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ARMSTRONG, Karen. Maomé. Uma biografia do profeta. São Paulo: Cia das Letras, 2002

RICHARDS, Jeffrey. Sexo, desvio e danação. As minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LE GOFF, Jacques. Uma longa Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. Bruxaria e história: as práticas mágicas no Ocidente cristão. São Paulo: Edusc, 2004.

HUIZINGA, Johan. O declínio da Idade Média. Lisboa: Verbo, 2006.

DUBY, Georges. As três ordens ou o imaginário do feudalismo. Lisboa: Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques. O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval. Lisboa: Edições 70, 2010.

Tópico Especial em História I / Carga horária 60h

Ementa: Disciplina que aborda temática transversal presente no campo dos saberes históricos correspondentes aos componentes curriculares de: História e Conteúdo;

História: teorias e metodologias.

Competências:

- Compreender temáticas diversas no campo da história e historiografia internacional, nacional, local e regional;
- Compreender como a teoria e metodologia da história pode abranger diversas dimensões da vida humana no tempo presente e explicá-las a partir de fontes e problemáticas históricas;
- Desenvolver uma visão crítico-reflexiva sobre diversas expressões da questão social como violência, meio-ambiente, questão de gênero, movimentos sociais em diversos contextos sociais, políticos, culturais, antropológicos, arqueológicos e econômicos numa perspectiva histórica;
- Compreender conceitos e categorias diversas ao campo de estudo e a linhas de pesquisa em História;

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da história. Bauru/SP:EDUSC, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da História.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993

Bibliografia Complementar

DOSSE, François. A História em Migalhas. **Dos Annales à Nova História.** Campinas: Unicamp, 1992. LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história.** São Paulo: Contexto, 2020.

RICOUER, Paul. **História e Verdade.** Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1968

CAMPOS, Pedro Moacyr. **Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX.** In: GLÉNISSEON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, p. 250-293.

WEINSTEIN, Barbara. História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. História vol. 22 no.2 Franca, 2003.

Filosofia da Educação / Carga horária: 60h

Ementa: A educação e a filosofia: gênese, conceitos, caracterizações; O educar e o filosofar; As relações entre Filosofia e Educação; Filosofia como fundamento e crítica da Educação; Elementos básicos constituintes das teorias filosóficas da educação: antropológico, axiológico e epistemológico; Contribuições das concepções de educação da filosofia antiga (Sócrates, Platão, Sofistas, Aristóteles) para a modernidade ocidental; Concepções de educação na filosofia moderna (Kant, Karl Marx); Concepções de educação na filosofia contemporânea: Teoria crítica da educação (Adorno, Horkheimer, Marcuse); Reconhecimento moderno ético como educação dos afetos (Honneth, Charles Taylor); Ética das virtudes como pedagogia da resistência (MacIntyre); Educação na perspectiva de colonial (Paulo Freire, Catherine Walsh). **Competências:**

- Pesquisar o campo de estudo e definir a filosofia da educação e sua relação com os cursos de licenciaturas; Identificar as principais questões da filosofia da educação; compreender as tendências filosóficas;
- Desenvolver uma visão crítico-reflexiva no contexto dos cursos de licenciaturas com base nas contribuições filosóficas da educação.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Bibliografia Básica: DALBOSCO, Cláudio A.; CASAGRANDA, Edison A.; MÜHL Eldon H. (Orgs). Filosofia e pedagogia :aspectos históricos e temáticos. Campinas: Autores Associados, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GALLO, Silvio. Subjetividade, Ideologia e Educação. 2ªed. Campinas: Alínea, 2019.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2018

Bibliografia Complementar

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AQUINO, Julio Groppa; REGO, Teresa Crisna (orgs). **Deleuze pensa a educação: a docência e a filosofia da diferença**. São Paulo: Editora Segmento, 2014. ARANHA, Maria L. de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006. MÉSZAROS, István. **A Educação para além do Capital**. Tradução Isa Tavares. São Paulo, São Paulo: Boitempo, 2005.

PORTO, Leonardo Sartori. Filosofia da educação. Coleção Passo-a-passo. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS / Carga horária: 60h

Ementa: Conceito de LIBRAS; Aquisição e profilaxia da surdez; Parâmetros da LIBRAS; História da educação de surdos; Identidade e cultura surda; Legislação específica para LIBRAS; Pedagogia Surda; VOCABULÁRIO BÁSICO DA LÍNGUA DE SINAIS:

Datilologia, Números, Saudações, Pronomes, Advérbios, Calendário (dias da semana e meses do ano), Alimentos, Cores, Verbos básicos, Sinais relacionados à Educação: disciplinas

escolares, espaços escolares, materiais escolares; Estados brasileiros. Sinais específicos de acordo com a Licenciatura do curso estudado.

Competências:

- Compreender o contexto linguístico, sociológico, histórico-cultural da LIBRAS, por meio de debates e informações gerais;
- Conhecer o atual cenário de políticas públicas e programas para a população surda;
- Compreender as especificidades do indivíduo surdo (produção linguística do surdo);
- Desenvolver conhecimentos básicos e práticos no que se refere ao aprendizado da Língua Brasileira de Sinais Libras.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento de tais competências será utilizado a sala de aula, a biblioteca, o laboratório de informática e os espaços da Escola receptora do estagiário.

Bibliografia básica

ALMEIDA, WG., org. Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, 197 p. ISBN 978-85-7455-445-7. Available from SciELO Book.(disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/m6fcj/pdf/almeida9788574554457.pdf>)

- ARANTES, V. A. (Org.). Educação de surdos: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.
- BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002
- FELIPE, T. A. Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Estudante / Tanya A. Felipe. 8a. edição- Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007. (disponível em: <https://docgo.net/libras-em-contexto-tanya-felipe-pdf>)
- HONORA, Márcia. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
- LIMA, M.S.C. Surdez. Bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito. Campinas/SP: IEL/UNICAMP, 2004. 261 p. (Tese de Doutorado). (disponível em: https://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/dito_preten_dido.pdf)
- QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- QUADROS, R. M. Estudos surdos I / Ronice Müller de Quadros (org.). – [Petrópolis, RJ]: Arara Azul, 2006. 324 p.: 21cm ISBN 85-89002-18-7 (disponível em: <https://www.editora-arara-azul.com.br/ParteA.pdf>)
- QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. Legislação de Libras. Lei no 10.436., de 24 de abril de 2002.
- BRASIL. Legislação de Libras. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005.
- BRASIL. Legislação de Libras. Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011.
- CAPOVILLA, Fernando C. (org.) Manual ilustrado de sinais e sistema de comunicação em rede para surdos. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- FREMAN, Roger D.; CARBIN, Clinton F.; BOESE, Robert J. Seu filho não escuta? Um guia para todos que lidam com crianças surdas. Brasília: MEC/SEESP, 1999.
- MEDEIROS, D. Políticas Públicas e Educação de Surdos: na territorialidade das negociações. Revista de Negociação do IDEAU, v. 10, n. 21, jan jul, 2015.
- SKILIAR, Carlos. Atualidade da educação bilíngue para surdos. Rio Grande do Sul: Meditação, 2004.

Teorias e Metodologias da História I / Carga horária: 60h + 30h (Prática Pedagógica)

Ementa: Estudo das múltiplas correntes historiográficas e seus referenciais teórico-metodológicos: Positivismo, Historicismo, Materialismo Histórico e História Social Inglesa. A Escola dos Annales e seus desdobramentos.

Competências:

- Identificar as principais obras e características das múltiplas correntes historiográficas compreendendo neste processo o impacto da Escola dos Annales.
- Entender a produção historiográfica à luz das teorias pós-estruturalistas.

Cenários de aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas será utilizada a sala de aula.

Bibliografia Básica:

BURKE, Peter. A Escola dos Annales. São Paulo: UNESP, 2003.

DOSSE, François. A história em migalhas: dos Annales à Nova história. Bauru: EDUSC, 2003.

HOBSBAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Bibliografia Complementar:

CERTEAU, Michel. A escrita da História. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CHARTIER, Roger. História Cultural - entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1990.

DUBY, Georges. A história continua. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/UFRJ, 1993.

GINZBURG, Carlo. Mitos, Emblemas, Sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WEINSTEIN, Barbara. História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. História vol. 22 no.2 Franca, 2003.

Historiografia Brasileira / Carga horária: 60h

Ementa: Reflexão acerca da produção historiográfica brasileira no século XIX e XX; Discussão sobre as recentes tendências historiográficas no Brasil.

Competências:

- Discutir aspectos da história social, econômica, política do Brasil entre os séculos XVI e XIX;
- Esclarecer os diferentes posicionamentos teóricos dos autores de trabalhos incluídos na bibliografia;
- Discutir a questão das fontes de pesquisa sobre História do Brasil.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala com recurso multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, Luís Felipe de. O trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à Colônia. São Paulo: EDUNESP. 1999.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Sezala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

Bibliografia Complementar:

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial: século XVI/XVIII**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.

NIZZA DA SILVA, M^a Beatriz (coord.). **Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: verbo, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Disciplinas do 3º Semestre - 3º BLOCO

História Moderna / Carga horária: 60h + 30h (Prática Pedagógica)

Ementa: A crise do feudalismo e os séculos XIII A XVII. Renascimento e Reforma: novos cenários citadinos, novas visões do mundo e promoção do Ocidente. Formação do Estado Moderno. Expansão europeia e a formação dos impérios ultramarinos. Revoluções na Inglaterra no século XVII - Iluminismo - Revolução Francesa. Primeira fase da Revolução Industrial e a emergência da questão social-urbana.

Competências:

- Compreender a construção da ideia de modernidade, suas lógicas de inclusão e exclusão, seus impactos na concepção de História.
- Identificar as principais características dos Humanismos e dos Renascimentos e analisar seus significados.
- Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno na Europa e na América.
- Descrever os processos de formação e consolidação das monarquias e suas principais características com vistas à compreensão das razões da centralização política, constituição e instituição do Estado moderno.
- Caracterizar a ação dos europeus e suas lógicas mercantis visando ao domínio no mundo atlântico.
- Discutir as razões da passagem do mercantilismo para o capitalismo.
- Compreender as particularidades político-sociais da Inglaterra do século XVII e analisar os desdobramentos posteriores à Revolução Gloriosa.
- Problematicar a questão social e urbana como expressão das contradições sociais e econômicas advindos de transformações no modo de produção, a exemplo do impacto da Revolução Industrial e relacionar com os desafios do trabalho e viver nas cidades no tempo presente.
- Analisar os impactos da expansão marítima comercial e a Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos e culturas refletindo sobre as contradições do processo de globalização intensificado no período moderno.
- Compreender os principais aspectos conceituais do iluminismo e do liberalismo e discutir a relação entre eles e a organização do mundo contemporâneo
- Compreender e relacionar os processos da Revolução Francesa e seus desdobramentos na Europa e no mundo.

Cenários de aprendizagem: As competências desejadas serão alcançadas utilizando a sala de aula, aula passeio em fábricas ou setores de serviço para analisar situação dos trabalhadores, aula passeio em áreas urbanas para verificar situação de moradia e práticas aplicadas em escolas.

Bibliografia básica:

ANDERSON, Perry. Linhagens do estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 1989.

CIPOLLA, Carlo. História Econômica da Europa Pré-Industrial. Lisboa: presença, 2000. 2-

POLANY, Karl. A Grande Transformação - As Origens de Nossa Época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

Bibliografia Complementar:

DAVIS, Natalie – Culturas do Povo – sociedade e cultura no início da França Moderna. Tradução. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

DAVIS, Natalie – Histórias de perdão - E seus narradores na França do século XVI. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

FURET, François. Pensando a Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

HILL, Christopher. A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HILL, Christopher. A revolução inglesa. Lisboa: Presença. 1990.

STONE, Lawrence. Causas da Revolução Inglesa 1529-1642. Bauru: Edusc, 2000. 9-

THOMPSON, E. P. Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis de. O Antigo Regime e a Revolução. São Paulo: Hucitec, 1989.

Política Educacional e Organização da Educação/Carga horária:60 h

Ementa: Estudo analítico das políticas educacionais no Brasil com destaque para: direito à educação; a política educacional no contexto das políticas públicas; organização dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais, os contextos e a legislação de ensino; o financiamento; a organização da educação básica e da educação superior na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº. 9.394/96) e na legislação complementar.

Competências:

- Conhecer e entender as políticas educacionais do Brasil.

Cenários da Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Bibliografia básica:

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (Orgs.). Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

BRZESZINSKI, Íria. LDB/1996: Uma década de perspectivas e perplexidades na formação de profissionais da educação. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2014.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, argo a argo. 17. ed. Atualizada. Petrópolis. 24ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CÁSSIO, F. L. (org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

Bibliografia complementar

BRZESZINSKI, Íria. (Org.). LDB vinte anos depois: projetos educacionais em disputa. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

KRA WCZYK, Nora (Org.). Escola pública: tempos difíceis, mas não impossíveis. Campinas-SP: FE/UNICAMP; Uberlândia-MG: Navegando, 2018.

LIMA, Antonio Bosco de; PREVIT ALI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos (Orgs.). Em defesa das políticas públicas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli; RODRIGUES, Cibele Maria Lima (Orgs.). A política educacional em contexto de desigualdade: uma análise das redes públicas de ensino da região Nordeste. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2019.

SA VIANI, Dermeval. Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes. Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os obstáculos ao direito à educação básica. Educ. Soc., Set 2013, vol.34, n°.124, p.761-785. ISSN 0101-7330

OLIVEIRA, R. L. P.; ADRIÃO, T. Os 25 anos da Constituição de 1988. In: Leite, Yoshie; Militão, Silvio; Lima, Vanda. (Org.). Políticas Educacionais e qualidade da escola pública. 1ed. Curitiba: CRV, 2013, v. 1, p. 29-42.

OLIVEIRA, R.L. P. – Direito à educação. In: OLIVEIRA, R. & ADRIÃO, T. (orgs). Gestão, financiamento e direito à educação. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

SAVIANI, Demerval. A educação na Constituição Federal de 1988: Avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação– RBPAE. Recife: ANPAE, 2013 – V. 29, n.2 (maio/agosto – 2013).

História da América Portuguesa/ Carga horária 60h + 30h (Prática Pedagógica)

Ementa: Sociedade e culturas na América Pré-cabraliana. A história da colonização portuguesa na América: tendências e perspectivas historiográficas. A formação do Brasil no quadro da expansão marítima europeia. A inserção do Brasil no sistema colonial mercantilista do estado absolutista português. As estruturas de poder e as dinâmicas socioculturais. A administração portuguesa. A ocupação, a defesa e a integração do território. Os diferentes estados na América Portuguesa. Uma sociedade escravista colonial. O “Brasil Colonial” nos livros didáticos.

Competências:

- Identificar as contribuições das sociedades nativas na formação do Brasil colonial;
- Conhecer as formas de organização militar, administrativa e política portuguesa na organização do império ultramarino português;
- Analisar as a formação da sociedade escravocrata durante o período colonial;
- Compreender o contexto sociopolítico e econômico que deu suporte à emergência de revoltas nativistas durante o período colonial, bem como de movimentos emancipatórios
- Perceber as transformações ocorridas na colônia com a vinda da Família Real Portuguesa;
- Analisar, à luz da historiografia atual, o papel da Igreja e das mulheres no contexto do Brasil Colonial.

Cenários de aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e sala de multimeios com acesso à internet uma vez que tal ferramenta pode ser utilizada nas visitas virtuais realizadas em museus que disponibilizam seus acervos online, além da visualização e análise de imagens em formato audiovisual. Quando possível a realização de aulas de campo/viagens por cidades brasileiras possa ter relações práticas com as aulas teóricas ocorridas em salas de aulas da UESPI.

Sugestões de Filmes: Caramuru (Guel Arraes), Desmundo (Alain Fresnot), Hans Staden (Luis Alberto Pereira), Descobrimento do Brasil (Humberto Mauro), Quilombo (Carlos Diegues), Xica da Silva (Carlos Diegues), Brava Gente Brasileira (Lucia Murat), Aleijadinho – paixão, glória e suplício (Geraldo Santos Pereira).

Bibliografia básica:

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NOVAIS, Fernando A. e Souza, Laura de Mello (Orgs.). História da vida privada no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 2006.

Bibliografia complementar

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ANTONIL, André. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. São Paulo: Edusp, 2007

ARAUJO, Emanuel. O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: J. Olympio, 1997.

FLORENTINO, Manolo. Em costas negras. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

JANCSÓ, István e KANTOR, Iris. (orgs.). Festas: cultura & sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec/Edusp/FAPESP/Imprensa Oficial, 2001, 2vols.

MONTEIRO, John. Negros da terra. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

História da América I / 60h

Ementa: As sociedades indo-americanas antes da conquista europeia. A conquista europeia e seu impacto sobre as sociedades indo-americanas. As Américas durante o período colonial (séculos XVI ao XVIII): estrutura e dinâmica dos sistemas coloniais. Dimensões econômicas políticas e socioculturais. As relações e especificidades das experiências hispano-americana e anglo-saxã. Crise dos sistemas coloniais. Processo de independência política da América anglo-saxã.

Competências:

- Problematizar o campo teórico da história e sua interlocução com a ideia de uma História das Américas enquanto processo de construção histórica.
- Conhecer e problematizar a questão do outro durante o processo de Expansão Marítima Europeia e a Colonização da América Espanhola;
- Identificar os diversos saberes que construíram uma história para as Américas para, a partir de então utilizar os mesmos para compreender a relação que tais saberes tem com o passado e o presente histórico do qual fazemos parte no mundo contemporâneo;

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizadas a sala de aula da UESPI e quando possível a realização de aulas de

campo/viagens por cidades brasileiras possam ter relações práticas com as aulas teóricas ocorridas em salas de aulas da UESPI.

Bibliografia Básica:

TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América- a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes:1983.

PRADO, Maria Lígia. A Formação das Nações Latino-Americanas. São Paulo: Atual. 1994.

FERREIRA, Jorge Luiz. Incas e Astecas: Culturas Pré-Colombiana. Ática, SP. 1995.

Bibliografia Complementar:

LOPPEZ, Luiz Roberto. História da América Latina. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.

PEREGALLI, Enrique. A América que os europeus encontraram. SP. Atual. 1987.

PINSKY, Jaime. História da América através de Textos. Contexto. SP, 1989.

BETHELL, L. (org.) História da América Latina. São Paulo/Brasília: Edusp/Fundação Alexandre Gusmão, 1997. vols. 1 e 2.

CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

BERNARD, C.. História do Novo Mundo. São Paulo: Edusp, 1997. 5- GRUZINSKI, S.. A colonização do imaginário. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RESTALL, Matthew. Sete mitos da conquista espanhola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BETHEL, Leslie. (Org.) História da América Latina. São Paulo: EDUSP/Fundação Alexandre de Gusmão, Crítica, 1999.

CARDOSO, Ciro F.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. História econômica da América Latina. Rio de Janeiro: Graal, 1983

LAS CASAS, Bartolomé de. O paraíso destruído. Brevíssimo relato da destruição das Índias. Porto Alegre: LP&M, 1984.

MAHN-LOT, Marianne. A Conquista da América Espanhola. Rio de Janeiro: Fundação Universitária José Bonifácio: UFRJ, 1992.

ROMANNO, Ruggiero. Mecanismos da conquista colonial. São Paulo: Perspectiva, 1982.

Teorias e Metodologias da História II / Carga horária 60h

Ementa: História e memória; História Oral; Ofício do Historiador na contemporaneidade; História e Imagem; História e Gênero; História e Literatura; História e Cidade; Campos da História. A História enquanto problemática político-social: linguagens, (re) apropriações e disputas de sentidos;

Competências:

- Compreender os atuais dilemas e perspectivas do processo da produção do conhecimento histórico: objetivos, fontes e métodos e aplicação na pesquisa.
- Adquirir conhecimentos sobre os principais recursos da pesquisa histórica sobretudo em relação a diversidade, uso, construção e análise das fontes por meios orais, imagéticos, materiais e escritos.
- Desenvolver uma atitude reflexiva e crítica sobre a produção historiográfica;

Cenários de aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratórios de multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

BARROS, José D' Assunção. Teoria da História – volume I. 2a. ed. Petrópolis: Edi-tora Vozes, 2011.

BEMJAMIM, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo : Brasiliense, 1994.

BLOCH, MARC. Apologia da História, ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

Bibliografia Complementar:

ABRÃO, Janete. Pesquisa & História. Edipucrs, Porto Alegre, 2002.

ARÓSTEGUI, Júlio. A Pesquisa Histórica: teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

BURKE, Peter (org) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2002.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro ; Difel, 1990..

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Sete Aulas Sobre Linguagem, Memória e História. Imago, Rio de Janeiro, 1997.

GINZBURG, Carlo. Mitos, Emblemas, Sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HOBBSAWN, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro : contrapondo ; Ed. Puc – Rio, 2006.

LEGOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976.

LÖWITH, Karl. O Sentido da História. Edições 70, Lisboa, 1991.

Tópico Especial em Educação II / Carga horária: 50h

Ementa: Disciplina do Núcleo Pedagógico Comum optativa prevista na resolução CEPEX 008/2021;

Competências:

- Analisar os processos educativos a partir da abordagem sociológica, antropológica, ambiental e pedagógica de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação aos ambientes escolares e não-escolares.
- Compreender as várias formas de expressão da questão social visando seu enfrentamento no âmbito do ensino e da gestão educacional.
-

Cenários da Aprendizagem: Para o desenvolvimento da disciplina será utilizada a sala de aula e ambientes não-escolares.

Bibliografia Básica:

CANAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana. (org.). Educar em Direitos Humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LAPLATINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007 ISBN: 978-85-11-07030-9.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

Bibliografia Complementar:

ABRAMOWICZ, Anete e SILVÈRIO, Valter Roberto. Educação como prática da diferença. Campinas-SP: Ed. Associados, 2006.

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1986.

GUSMÃO, Neusa Ma. Mendes de (org.) Diversidade, cultura e educação: Olhares cruzados. São Paulo; Biruta, 2003.

LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

Disciplinas do 4º Semestre - 4º BLOCO

História Contemporânea I / Carga horária: 60h + 30 (prática pedagógica)

Ementa: Revolução Industrial, suas consequências para a vida econômica, social e cultural. Destacando aspectos da vida pública e privada da população europeia dos

séculos XIX e XX, além do impacto das revoluções burguesas de 1830 e 1848 para o mundo ocidental, desembocando anos mais tarde no imperialismo e na 1ª Guerra Mundial.

Competências:

- Analisar como se instituiu o marco inaugural do período contemporâneo, dado pelo paradigma das Revoluções Burguesas;
- Problematizar como a historiografia vem revisitando esse paradigma ao incorporar no debate das revoluções outras dimensões da política, as questões do mundo do trabalho e as mentalidades;
- Problematizar a questão social e urbana como expressão das contradições sociais e econômicas advindas de transformações no modo de produção, a exemplo do impacto da Revolução Industrial e relacionar com os desafios do trabalho e viver nas cidades no tempo presente.
- Discutir e analisar os fatos, fenômenos e processos históricos que definiram ou caracterizaram a história mundial ao longo dos séculos XVIII, XIX e início do XX. Analisar as relações econômicas, políticas, culturais e ideológicas das sociedades ocidentais nos séculos XVII, XIX e início do século XX.

Cenário de aprendizado: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula, laboratório de multimídia, aula passeio em fábricas ou setores de serviço para analisar situação dos trabalhadores, rodas de conversas com líderes sindicais, aula passeio em áreas urbanas para verificar situação de moradia.

Bibliografia básica:

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**. Rio de Janeiro: Record, 2002. FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Bibliografia Complementar:

BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contra-ponto, 2000.

HOBBSBAWM, Eric. **Ecos da Marselhesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JAMESON, Frederic. **Pós Modernismo**. São Paulo: Ática, 1996. KURZ, Robert. O colapso da modernização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Biotempo Editorial; UNI-CAMP, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. SP: Cia as letras, 1998. p.267-304.

Didática / Carga horária: 60 horas

Ementa: Fundamentos epistemológicos da Didática; - A importância da Didática na formação do/a professor/a; Formação e identidade docente; Tendências pedagógicas da prática escolar; O planejamento de ensino e a organização do processo ensino-aprendizagem.

Competências:

- Compreender os fundamentos da Didática enquanto pressupostos básicos na formação do professor para o exercício da docência;
- Analisar criticamente o processo do planejamento de ensino e seus componentes didáticos.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Bibliografia básica

HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. São Paulo: Áca, 2007. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1991. 4. ed. Campinas- SP: Papirus, 2008. VEIGA, I. P. A. A prática pedagógica do professor de didática. 11. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo :Paz e Terra, 2002.

Bibliografia Complementar:

BEHRENS, Marilda Aparecida et al. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Curitiba: Champagnat, 2003. CANDAU, Vera Maria F. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 2009. _____. Rumo a uma nova didática. Petrópolis: Vozes, 2008. MARLI E. D. A. de André; Maria Rita Neto S. Oliveira (orgs.). Alternativas do Ensino de Didática. Campinas: Papirus, 1997. PARRA, Nélio. Caminhos do ensino. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002. SAN'TANNA, Ilza Martins. Didática: aprender e ensinar. São Paulo: Loyola. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Editora Vozes Limitada, 2012. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Técnicas de Ensino: por que não? Campinas: Papirus, 1991.

História do Brasil Monárquico / Carga horária: 60h + 30h (Prática Pedagógica)
--

Ementa: Formação e dinâmica do Brasil monárquico: economia, política, cultura e sociedade.

Competências:

- Analisar o processo de construção do Estado nação durante o período da monarquia no Brasil e nele como se efetivou a elaboração de uma memória histórica nacional.
- Identificar articulações entre as representações identitárias e de poder durante o Império;
- Reconhecer a história piauiense em processo no contexto da história brasileira durante monarquia.

Cenários de Aprendizagem: A disciplina caracteriza-se por atividades em sala de aula de caráter teórico e prático. Propõe a análise acerca de teorias sobre o Estado brasileiro, com foco na análise de livros didáticos de História para o ensino básico, com fito de possibilitar ao discente a apropriação de novas metodologias e abordagens para a construção do conhecimento sobre a História brasileira. As atividades em sala de aulas serão: aulas expositivas; leitura e debate em grupo; exposição de videodocumentários como aporte teórico e técnico na construção de saberes. A proposta contempla ainda a produção de relatórios, ensaios e artigos: nascidos da prática em sala.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial; Teatro de Sombras: A Política Imperial/ José Murilo de Carvalho. 2 ed. Ver. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: Momentos decisivos/Emilia Viotti da Costa. 7 ed. SP. Fundação Editora da UNESP, 1999.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 10 ed. SP. Globo, 1956. V 1.

Bibliografia Complementar:

COSTA, F. A. Pereira da. Cronologia Histórica do Piauí. 2. ed. Rio de Janeiro: Arte-nova, 1981

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). O Brasil Imperial. Vol. 2 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SALLES, Ricardo. Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de História do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. V. 1 e 2.

História da América II / Carga horária: 60 horas + 30 h (prática pedagógica)

Ementa: As Américas hispânica e anglo-saxã no século XIX: dimensões econômicas, políticas e socioculturais. Os processos de emancipação política das colônias espanholas. A formação dos estados nacionais nas Américas: especificidades ao norte e ao sul. As relações interamericanas no século XIX e XX: conflitos, interdependências e ideologias. Culturas e identidades nas Américas no século XIX e XX.

Competências: Problematizar os diversos saberes que construíram a história das Américas nos séculos XIX e XX utilizando os mesmos para compreender o mundo contemporâneo, sobretudo, os padrões de relações de poder político e cultural desenvolvidas entre as Américas e o impacto destas nas sociedades americanas.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula da UESPI e em ambientes virtuais;

Bibliografia básica

CHAUNU, Pierre. **História da América Latina**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1971.

DONGHI, T. Halperin. **História contemporânea da América Latina**. Madrid: Aliança, 1993.

FICO, Carlos e outros (orgs.). **Ditadura e Democracia na América: balanço histórico e perspectivas**. FGV Editora, 2008.

MORSE, Richard. M. **O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Bibliografia complementar

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX**. Tramas, Telas e Textos. São Paulo: EDUSP; Bauru: UNISC, 1999.

ANNI, Octávio. **A Formação do Estado Populista na América Latina**. SP: Ática, 1989.

PADROS, Enrique Serra. **Ditaduras Militares e Neoliberalismo: Relações explícitas nos descaminhos da América Latina**.

ANDREWS, George Reid. **América afro-latina**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

SCHOUTLS, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

História da África: carga horária 60h

Ementa: Perspectivas teóricas e metodológicas sobre História da África. África Antiga. Reinos e Impérios. Escravidão. Comércio interno e tráfico transaariano. A invasão islâmica. Diáspora africana. A Partilha da África. Colonização e descolonização. Constituição dos estados-nação independentes. Nacionalismos em África.

Competências

- Analisar os diferentes discursos historiográficos construídos em torno do continente africano;
- Compreender a história africana e seus desdobramentos no tempo presente;
- Fomentar a prática de ensino da história da África e sua intersecção na cultura brasileira, tendo como base uma exigência legal (LDB).
- Aprofundar conhecimentos acerca da realidade histórica da África e suas possíveis inter-relações com o ocidente nos diferentes campos (cultura, História e demais);

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e demais recursos.

Bibliografia Básica:

APPIAH, Kwame Anthony. Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

KI-ZERBO, J. (org.). Coleção História Geral da África em português. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010.

SEGRILLO, Angelo (org). História Revisionista da Ásia e Outros Ensaio do Laboratório de Estudos da Ásia da USP. Cenegri Edições, 2013.

Bibliografia complementar

NASCIMENTO, Elisa Larkin. A matriz africana no Mundo. São Paulo: Selo Negro, 2008.

MACEDO, José Rivair. História da África. São Paulo: Contexto, 2013.

THORNTON, John. A África e os africanos na formação do mundo atlântico – 1400-1800. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COSTA E SILVA, Alberto da. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. 2ª edição Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

HERNANDEZ, Leila Leite. A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

YAMASHIRO, José. Pequena História do Japão. Editora Herder. São Paulo, 1964.

SAID, Edward. Orientalismo - o Oriente como invenção do Ocidente. Trad. Rosaura Eichenberg. Coleção Companhia de Bolso. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Tópico Especial em Educação III / Carga horária 60h

Ementa: Disciplina do Núcleo Pedagógico Comum optativa prevista na resolução CEPEX 008/2021;

Competências:

- Analisar os processos educativos a partir da abordagem sociológica, antropológica, ambiental e pedagógica de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação aos ambientes escolares e não-escolares.
- Compreender as várias formas de expressão da questão social visando seu enfrentamento no âmbito do ensino e da gestão educacional.

Cenários da Aprendizagem: Para o desenvolvimento da disciplina será utilizada a sala de aula e ambientes não-escolares.

Bibliografia Básica:

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana. (org.). Educar em Direitos Humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LAPLATINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007 ISBN: 978-85-11-07030-9.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

Bibliografia Complementar:

ABRAMOWICZ, Anete e SILVÈRIO, Valter Roberto. Educação como prática da diferença. Campinas-SP: Ed. Associados, 2006.

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1986.

GUSMÃO, Neusa Ma. Mendes de (org.) Diversidade, cultura e educação: Olhares cruzados. São Paulo; Biruta, 2003.

LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

Disciplinas do 5º Semestre - 5º BLOCO

História Contemporânea II / Carga horária: 60 h + 30 h (Prática Pedagógica)

Ementa: História do Tempo Presente. A crise da economia e democracia liberal. Nazifascismo e Comunismo. A Segunda Guerra Mundial e as origens da Guerra Fria. A pax americana e o socialismo real. Anos 1960: política e cultura de massas/intelectuais e política. A Guerra Fria, da bipolaridade ao policentrismo. Descolonização e Terceiro Mundo, pós-colonialismo e multiculturalismo. Reestruturação produtiva, Crise do Estado de bem-estar social e Neoliberalismo.

Competências

- Problematizar a Era Contemporânea sob o impacto da modernidade, da ocidentalização, de suas contradições e de seu projeto de superação.
- Analisar as configurações globais (guerras e movimentos sociais) constituídas no decorrer do século XX na perspectiva da unidade e suas reações à fragmentação.
- Discutir os movimentos de contestação pós- segunda Guerra identificando seus avanços e limites.
- Analisar o conflito de ideologias presentes no contexto da Guerra Fria e os motivos que proporcionaram o esfacelamento de URSS.
- Apreciar as novas sensibilidades do final do século XX e início do século XXI, oriundas da passagem do segundo modernismo para o pós-modernismo (globalização, Era Digital e os novos movimentos sociais).

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratório de multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.
 EKSTEINS, Modris. Ritos de Guerra. In: A sagração da Primavera: a grande guerra e o nascimento da era moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
 HOBBSBAWN, Eric. A Era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1999.
 BEY, Hakim. Caos: terrorismo poético e outros crimes exemplares. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

FRIEDMAN, Thomas. O mundo é Plano: o mundo globalizado no século XXI. Rio de Janeiro: objetiva, 2009.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6ª ed. São Paulo: ed. Loyola, 1992.

MAGNOLI, Demétrio (org). História das guerras. São Paulo: contexto, 2006.

História do Piauí I / Carga horária: 60h + 30h (Prática Pedagógica)

Ementa: Processo de formação da sociedade piauiense: as questões políticas, religiosas, econômicas e culturais no período colonial e imperial.

Competências:

- Apresentar e concentrar sucintamente uma visão geral da formação histórica piauiense;
- Desenvolver uma visão crítica da história do Piauí inserida no contexto nacional;
- Compreender a formação social e econômica do Piauí;
- Avaliar criticamente a sociedade piauiense no contexto das lutas pela independência;
- Discutir a questão indígena e a escravidão no Piauí;
- Buscar temas, abordagens e fontes que possam contribuir para a emergência de novos estudos sobre o Piauí.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula, laboratórios com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, TÂNIA M. Brandão. A elite colonial piauiense. Família e Poder. Teresina: FCMC, 1995.

CHAVES, Mons. Joaquim. Obra Completa. Teresina: fundação Mons. Chaves, 1998.

CHAVES, Mons. J. O Piauí nas lutas da independência do Brasil. Teresina, FUDAP, 2006.

DIAS, Claudete M. Miranda. Balaios e bem-te-vis: Guerrilha sertaneja. Teresina: Fundação Mons. Chaves, 1996.

Bibliografia Complementar:

FALCI, Miridan Brito Knox. O Piauí na primeira metade do séc. XIX. Teresina: Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo (Projeto Petrônio Portela) 1986.

MELO, Pe. Cláudio. As sesmarias da Casa da Torre no Piauí. Teresina: IHGP, 1995.

NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí. S.d. RJ: Arte nova, 1975, volumes: 1,2,3 e 4.

ARAÚJO, M. Malfada B. de. O poder e a seca (1877-1879) no Piauí. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991.

MARTINS, A. de S. [Et. Al]. Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento. Teresina: Fundação CEPRO. 2ª Edição.

Sociologia da Educação / Carga Horária:60h

Ementa: Contextualização histórica da sociologia; a sociologia e as diferentes abordagens teóricas, conceituais e metodológicas da educação: clássicos e contemporâneos. Escola, ensino, prática docente no mundo contemporâneo e no contexto brasileiro. A escola, os grupos, a família e a socialização. A pesquisa sociológica como estratégia de ensino. Temas contemporâneos em sociologia da Educação: juventudes, gênero e diversidade sexual, raça/etnia.

Competências:

- Analisar processos educativos a partir das abordagens sociológicas de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando
- diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas no tripé conhecimento, prática e engajamento profissional.
- Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários e dos Direitos Humanos.

Cenários da Aprendizagem: Articulação entre a teoria e a prática de modo interativo, fundada nos conhecimentos científicos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado.

Bibliografia básica

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. A reprodução. Petrópolis: Vozes, 2008.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. 12ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

RODRIGUES, A. T. Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2007.

Bibliografia complementar

ABRAVOMOWICZ, Anete e GOMES, Nilma Lino. Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.

FERNANDES, Danielle; HELAL, Diogo (orgs.). As cores da desigualdade. Belo Horizonte: FinoTraço, 2011.

MIRANDA, José da Cruz Bispo e Silva, Robson Carlos da. Entre o Derreter e o Enferrujar: os desafios da educação e da formação profissional. Fortaleza: Ed UECE, 2015.

OLIVEIRA, Marcia Adriana Lima de. Reflexões sobre sociologia aplicada à educação. Teresina: UAB/FUESPI/NEAD, 2012.

REGO, Teresa Crisna (Org.). Educação, escola e desigualdade. Petrópolis-RJ / São Paulo-SP: Vozes / Segmento, 2011. (Coleção Pedagogia Contemporânea, Vol. 1)

Metodologia do ensino de História / Carga horária: 90h

Ementa: História do ensino de História no Brasil; Ensino de História e educação; o professor, o aluno, a escola, os conselhos de educação e o ensino de História; ensino de História e Teoria; métodos e técnicas do ensino de História.

Competências:

- Problematizar o campo teórico da história e sua interlocução com os métodos, a metodologia, o ensino e a prática da disciplina História enquanto processo de construção histórica;
- Conhecer e problematizar a própria definição de uma metodologia de ensino modelo para a disciplina história a partir, inclusive, de uma “reflexão da prática” em sala de aula como primeiro discurso construtor da ideia de uma “metodologia de ensino da História também passa pela compreensão da ideia de quem é o EU (professor) e de quem é o OUTRO (aluno);
- Identificar os diversos saberes que construíram uma história para a Metodologia do Ensino de História no Brasil e no Piauí para, a partir de então, utilizar os
- mesmos para compreender a relação que tais saberes tem com o passado e o presente histórico do qual fazemos parte no mundo contemporâneo;

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula da UESPI e quando possível a realização de aulas de campo nas escolas do Município ou do Estado que possam ter relações práticas com as aulas teóricas ocorridas em salas de aulas da UESPI.

Bibliografia Básica:

BITTENCOURT, Circe (org). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco et al. O ensino de História. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CABRINI, Conceição et al. O ensino de História: revisão urgente. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Bibliografia Complementar:

DAYRELL, Juarez. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

FONSECA, Selva Guimaraes. Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus.

FONTANA, Josep. Reflexões sobre a História, do além do fim da História. In: -----, História: análise do passado e projeto social. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

FERREIRA, Marieta. Aprendendo História: reflexão e ensino. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MARTINS, Ana Rita. O ontem e o hoje, juntos, para ensinar. In: Revista Nova Escola. São Paulo: Fundação Vitor Civita, edição especial nº23, maio de 2009. p.46-51.

Psicologia da Educação / Carga horária: 60 horas

Ementa:

Psicologia como ciência; A Psicologia da Educação na formação docente; Principais concepções teóricas sobre desenvolvimento e aprendizagem: implicações pedagógicas. Dificuldades de aprendizagem e contextos de ensino-aprendizagem.

Competências:

- Conhecer as contribuições da Psicologia no processo educacional durante as diferentes fases do desenvolvimento.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Bibliografia básica

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odaír; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: Introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008.

BARONE, Leda Maria Codeço; MARTINS, Lílian Cássia Baicich; CASTANHO, Maria Irene Siqueira. Psicopedagogia: teorias da aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos. Fortaleza: Liber Livro, 2008.

Bibliografia complementar

BARBOSA, Laura Monte Serrat. Psicopedagogia: um diálogo entre a Psicopedagogia e a educação. Curitiba. 1ª ed. Base de livros, 2017.

FÁVERO, Maria Helena. Psicologia e conhecimento: subsídios da psicologia do desenvolvimento para a análise do ensinar e aprender. Brasília: UNB, 2005.

TAILLE, Y DE LA; OLIVEIRA, M.K.; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky e Wallon – teorias psicogenéticas em discussão. 28ª. ed. São Paulo: Summus, 2019.

NUNES, Ana Ignez Belém; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. Psicologia do Desenvolvimento: teorias e temas contemporâneos. Fortaleza: Liber Livro, 2008.

WOOD, D. Como as crianças pensam e aprendem. São Paulo: Loyola, 1996.

**Ensino de História e Tecnologias educacionais / Carga Horária: 60h + 10h
(Prática Pedagógica)**

Ementa: Novas Tecnologias de Informação e Comunicação: história e caracterizações. A Cultura Digital na perspectiva da BNCC. Competências digitais docentes. Ensino de História e Metodologias Ativas a partir do uso das TIC's. Ciberética, ações de segurança eletrônica, política de combate aos vícios digitais. Ensino de História e as Fake News;

Competência:

- Proporcionar fundamentação histórico-teórico-prático das tecnologias aplicadas à Educação;
- conhecer e experienciar as principais estratégias de metodologias ativas aplicadas ao ensino de história;
- Analisar a BNCC na perspectiva da cultura digital;
- Conhecer e utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética no processo de ensino aprendizagem disseminando informações, produzindo conhecimento e resolvendo problemas;
- Reconhecer as tecnologias digitais como recurso desencadeador de novas estratégias de aprendizagem, capaz de contribuir de forma significativa para o processo de construção do conhecimento e desenvolvimento da cultura digital.
- Conhecer práticas e atitudes direcionadas para o acompanhamento e desenvolvimento de uma cultura ciberética e de e-Segurança no contexto escolar, bem como de combate aos vícios digitais.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula (presencial e virtual), o laboratório de informática do campus, metodologias ativas e dialógicas, por meio de estratégias de Leitura e discussão de textos, experientiação, exploração e elaboração de materiais multimídias, participação em debates, seminários, interação e apresentação de trabalhos, produzindo novas formas didáticas para melhor construção do conhecimento.

Bibliografia básica

GABRIEL, M. Educar: a (r)evolução digital na educação. São Paulo: Saraiva, 2013.

NOGUEIRA, R.N. Práticas pedagógicas e uso da tecnologia na escola. São Paulo: Editora Érica, 2014.

ZEDNIK, H. Taxonomia das tecnologias digitais na Educação: aporte à cultura digital na sala de aula. Sobral: Sertão Cult, 2020.

Bibliografia complementar

KLAMMER, C. R. Tecnologias da informação e comunicação. Curitiba/PR: Editora Appris, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2018.

CASTELLS, M. Sociedade em rede: do conhecimento à política. In: Sociedade em rede: do conhecimento à ação política (Org.), Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.

FAVA, Rui. Educação 3.0. 1ª. Edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

KLAMMER, C. R. Tecnologias da informação e comunicação. Curitiba/PR: Editora Appris, 2016.

LIBÂNEO, J. C. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko (Orgs.). Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. Campinas: Alínea, 2005. p. 19-63

SANTOS, C.A. As tecnologias digitais da informação e comunicação no trabalho docente. Curitiba/PR: Editora Appris, 2016.

SOUZA, R. P. Tecnologias digitais na educação. SciELO – EDUEPB, 2011.

BACICH, L. Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. Porto Alegre-RS: Editora Penso, 2015

BACICH, L.; MORARI, J. Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-Prática. Porto Alegre-RS: Editora Penso, 2017.

Disciplinas do 6º Semestre - 6º BLOCO

História e Cultura Afro-brasileira e Indígena / Carga horária 60H +30H (Prática Pedagógica)

Ementa: Raça e Etnicidade. Diversidade e Multiculturalismo. Povos indígenas e Ensino de história indígena. A questão indígena. Os descendentes de indígenas e de africanos no Brasil. Relações raciais. Ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira. Educação para as relações étnico-raciais. Racismo. Políticas de ação afirmativa.

Competências:

- Proporcionar aos alunos estudos e reflexões (a partir de diferentes abordagens sobre os afro-brasileiros e indígenas, suas lutas contra a escravização e as desigualdades na sociedade capitalista brasileira e piauiense) sobre os diferentes
- pontos de vista, gênero e temáticas das culturas africanas e indígenas e suas contribuições para os contextos mundial, brasileiro e piauiense.

Cenários da Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários das salas de aula, auditório e biblioteca do campus, escolas e instituições sociais e /ou culturais públicas, comunidades quilombolas mapeadas na região territorial do Município.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Alfredo W.B. Quilombo e as novas Etnias. Manaus: UEA Edições, 2011.

BARROS, Zelinda. "Raça ou Etnia? Notas acerca de uma confusão persistente". In: Educação e Relações Étnico-raciais. Ministério da Educação. Secretaria de Educação continuada, alfabetização e diversidade. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2010.

BANIWA, Gerssem dos Santos Luciano. Os índios do Brasil: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ LACED/ Museu Nacional, 2006.

CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. Os índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claroenigma, 2012.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

RABELO, Diego Fernando Silva. Repertório Pedagógico sobre a temática indígena. São Luis: PPGHIST/UEMA, 2020.

Bibliografia complementar

- FANON, Frantz. Colonialismo e alienação. Lisboa: Ulmeiro, 1976.
- MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. Origens africanas do Brasil contemporâneo: Histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Ed. Global, 2009.
- SANTOS, Ynaê Lopes do. História da África e do Brasil afrodescendente. Rio de Janeiro: Ed.Pallas, 2017.
- COSTA, João Paulo Peixoto. A farsa do extermínio: contribuições para uma nova história dos índios no Piauí. In: PINHEIRO, Áurea; GONÇALVES, Luís Jorge; CALADO, Manuel. (Org.). Patrimônio arqueológico e cultura indígena. 1ed.Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2011, v. 1, p. 139-161.
- CARVALHO. Renôr F. de Carvalho. Resistência Indígena no Piauí Colonial – 1718/1774.Teresina: EDUFPI, 2008.
- DONATO, Hernâni. Os povos indígenas no Brasil. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2015.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva et. al. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- GOMES, Ana Beatriz Souza; CUNHA Jr., Henrique. Educação e afrodescendência no Brasil. Fortaleza: EDUFC, 2008.
- LIMA, Solimar Oliveira. Historiografia da escravidão negra no Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.
- MOREIRA, Adilson. Racismo recreativo. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- CUNHA, M. C. da (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- MONTEIRO, John M. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- OLIVEIRA, João Pacheco. O Nascimento do Brasil e outros Ensaio: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.
- SILVA, Mairton Celestino da. Índios, africanos e agentes coloniais na Capitania de São José do Piauí, 1720-1800. In: Revista Fronteiras & Debates. Macapá, v. 3, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras/article/view/3411>

História do Piauí II / Carga horária: 60h

Ementa: O Piauí e as questões sociais, políticas, religiosas, econômicas e culturais nos períodos republicanos.

Competências:

- Problematizar a questão social e suas mais variadas expressões políticas, culturais, religiosas, urbanas, econômicas durante os diversos contextos e períodos vigentes durante o regime republicano no Piauí;
- Desenvolver uma visão crítica da história do Piauí inserida no contexto republicano nacional;
- Compreender os vários padrões includentes e excludentes durante o processo de modernização urbana nas principais cidades do Piauí;

Cenários de aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários das salas de aula e cenários urbanos citadinos.

Bibliografia básica

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A Revolução de 1930 no Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

DE SOUSA, Ana Cristina Meneses. Escrita de si, intelectualidade e distinção em A, Tito Filho. 1. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2018. v. 01. 296p.

Bibliografia complementar

DA SILVA FONTINELES, Cláudia Cristina. A autoestima piauiense, os usos políticos e as repercussões na memória. Revista Tempo e Argumento, v. 13, n. 33, p. e0210-e0210, 2021.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina: 1937-1945. Teresina: Fundação Cultural. Monsenhor Chaves, 2002.

PINHEIRO, Áurea Paz. As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

MEDEIROS, A. J. Movimentos sociais e participação política. Teresina, CEPAC, 1996.

FARIAS, V. S. N. . Em busca da Geração Perdida. 1º. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

História do Brasil Republicano I / Carga horária: 60h + 30h (Prática Pedagógica)

Ementa: Da Primeira República, Revolução de 1930 e Estado Novo: sociedade, cultura, política, economia e inserção internacional.

Competências:

- Prover subsídios que possibilitem identificar os principais debates historiográficos acerca do período da Primeira República.
- Constituir pressupostos fundamentais para a apreensão da história cultural, social, econômica e política do Brasil entre 1889 a 1945.
- Viabilizar a discussão e a compreensão dos seguintes processos históricos: passagem da monarquia à república; projetos republicanos; consolidação e dissolução do sistema oligárquico; movimentos sociais no campo e na cidade;
- Compreender a crise dos anos 1920, a Revolução de 1930, a emergência e crise do Estado Novo e seus impactos na vida política, cultural, social e econômica do país.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratórios de multimídia

Bibliografia básica:

CARVALHO, J. M. de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: __. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, pp. 102-117

CARVALHO, José Murilo. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi, São Paulo: Cia das Letras, 1989.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília N. (orgs.) O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Angela M. de C. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988.

LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. (Cap. 1, pp. 21-39).

LESSA, Renato. A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice, 1988. (col. Formação do Brasil).

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república. 4ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1995.

Bibliografia Complementar:

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____. Trabalho, lar e botequim. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DE DECCA, Edgar Salvadori. 1930, O silêncio dos vencido: memória, história e revolução. (6ª ed.) São Paulo: Brasiliense, 2004.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930: historiografia e história. (10ª ed.) São Paulo: Brasiliense, 1986.

Métodos e Técnicas de Pesquisa em História / Carga horária: 60h + 30h (Prática Pedagógica em Pesquisa)

Ementa: Fontes e métodos de pesquisa em História; Fundamentos do Projeto de pesquisa em História; Elaboração do Projeto de Pesquisa.

Competências:

- Discutir as conexões as teorias, os métodos, as técnicas e as fontes na pesquisa em História;
- Entender os procedimentos fundamentais para a elaboração de um projeto de pesquisa em História;
- Elaborar definitivamente o projeto de pesquisa;
- Elaborar a estrutura lógica de monografia;
- Elaborar relatório de pesquisa com as respectivas conclusões parciais

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratórios de multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

BARROS, José D'Assunção. Projeto de Pesquisa em História. Petrópolis: Vozes, 2005.

PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2012.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2008.

Bibliografia Complementar:

BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

GLENISSON, Jean. Iniciação aos Estudos Históricos. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion S., BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os métodos da história. Trad. João Maia. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MINAYO, M. C. de S.(org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I (100hs)

Ementa: Estudo da LDB e PCN; Análise dos programas relativos a 6ª e 7ª série do ensino fundamental; Planejamento e regência de classe nestas séries.

Competências:

- Discutir o ensino de história sob a perspectiva das mudanças produzidas pelas tendências pedagógicas centradas no aluno como sujeito ativo e produtor de conhecimento;
- Aprimorar as habilidades e competência para a prática no ensino de história no nível fundamental;
- Exercitar a regência em História com alunos do Ensino Fundamental

Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas, microaulas e a regência na escola campo.

Bibliografia Básica:

FREITAS, L. C. de. Crítica da organização do trabalho Pedagógico e da Didática.

Campinas: Papyrus, 1995.

HARPER, Babette et al. Cuidado, Escola!: desigualdade, domesticação e algumas saídas. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LIBÂNEO, Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar:

MACHADO, N. J. Epistemologia e Didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. São Paulo: Cortez, 1995.

MASETTO, M. Didática: a aula como centro. São Paulo: FTD, 1997.

MORAN, J.M.; MASSETO, M. e BERHENS, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papyrus, 2000.

PASSOS, C. M. B. Didática: breve incursão histórica em busca da identidade. Forta-leza. 2006. Notas de aula.

KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

Tópico Especial em História II / Carga horária 60h

Ementa: Disciplina que aborda temática transversal presente no campo dos saberes históricos correspondentes aos componentes curriculares de: História e Conteúdo; História: teorias e metodologias.

Competências:

- Compreender temáticas diversas no campo da história e historiografia internacional, nacional, local e regional;
- Compreender como a teoria e metodologia da história pode abranger diversas dimensões da vida humana no tempo presente e explicá-las a partir de fontes e problemáticas históricas;
- Desenvolver uma visão crítico-reflexiva sobre diversas expressões da questão social como violência, meio-ambiente, questão de gênero, movimentos sociais em diversos contextos sociais, políticos, culturais, antropológicos, arqueológicos e econômicos numa perspectiva histórica;
- Compreender conceitos e categorias diversas ao campo de estudo e a linhas de pesquisa em História;

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da história. Bauru/SP:EDUSC, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da História.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993

Bibliografia Complementar

DOSSE, François. A História em Migalhas. **Dos Annales à Nova História.** Campinas: Unicamp, 1992. LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história.** São Paulo: Contexto, 2020.

RICOUER, Paul. **História e Verdade.** Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1968

CAMPOS, Pedro Moacyr. **Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX.** In: GLÉNISSON, Jean. Iniciação aos estudos históricos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, p. 250-293

WEINSTEIN, Barbara. História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. História vol. 22 no.2 Franca, 2003.

Disciplinas do 7º Semestre - 7º BLOCO

Tópico Especial em História III / Carga horária 50h

Ementa: Disciplina que aborda temática transversal presente no campo dos saberes históricos correspondentes aos componentes curriculares de: História e Conteúdo; História: teorias e metodologias.

Competências:

- Compreender temáticas diversas no campo da história e historiografia internacional, nacional, local e regional;
- Compreender como a teoria e metodologia da história pode abranger diversas dimensões da vida humana no tempo presente e explicá-las a partir de fontes e problemáticas históricas;
- Desenvolver uma visão crítico-reflexiva sobre diversas expressões da questão social como violência, meio-ambiente, questão de gênero, movimentos sociais em diversos contextos sociais, políticos, culturais, antropológicos, arqueológicos e econômicos numa perspectiva histórica;
- Compreender conceitos e categorias diversas ao campo de estudo e a linhas de pesquisa em História;

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da história. Bauru/SP:EDUSC, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da História.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993

Bibliografia Complementar

DOSSE, François. A História em Migalhas. **Dos Annales à Nova História.** Campinas: Unicamp, 1992.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história.** São Paulo: Contexto, 2020.

RICOUER, Paul. **História e Verdade.** Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1968

CAMPOS, Pedro Moacyr. **Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX.** In: GLÉNISSON, Jean. Iniciação aos estudos históricos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, p. 250-293

WEINSTEIN, Barbara. História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. História vol. 22 no.2 Franca, 2003.

Trabalho de Conclusão de Curso I / Carga horária: 60 h

Ementa: Análise da teoria e metodologia: coleta e análise de dados relacionada ao tema monografia; Estrutura lógica da monografia/artigo e orientação do desenvolvimento de capítulo monográficos e/ou de artigo científico.

Competências:

- Refletir na construção teórica, metodológica e estrutural da pesquisa;
- Planejar e desenvolver a pesquisa, utilizando o conteúdo do ensino de História em acordo com os objetivos definidos no projeto de pesquisa;
- Utilizar adequadamente conceitos, princípios e teorias na organização da expressão oral e escrita;
- Formatar a estrutura de capítulos da monografia e/ou do artigo científico;
- Discutir as fontes pesquisadas para construção do TCC;

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratório de multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

BURKE, Peter. A Escrita da História. Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flammarion e BRIGNOLI, Hector Pérez. Os Métodos da História. Introdução aos problemas, Métodos e Técnicas da História demográfica, econômica e social. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1975.

CADIOU, François; COULOMB, Clarisse; LEMONDE, Anne, SANTAMARIA, Yes. Como se faz História – Historiografia, método e pesquisa. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar:

FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. 3 ed. São Paulo: Editora Saraiva 2001.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org) Fontes Históricas. São Paulo: contexto, 2004.

REIS, José Carlos. Escola de Annales. A inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

TUPY, Ismênia S. Silveira; SAMARA, Eni de Mesquita. História & Documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. (Col. História & Reflexões).

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II (100hs)

Ementa: Estudo da LDB e diretrizes curriculares nacionais relativos a 8º e 9º anos do ensino fundamental; planejamento e regência de classe nessas séries.

Competências:

- Construir um base teórico-metodológica que assegure ao futuro-professor de histórica do ensino fundamental, elementos necessários para sua prática docente.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratórios de multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____(org). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: contexto

CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil: leitura crítico- compreensiva artigo a artigo. Rio de Janeiro: vozes, 1998.

Bibliografia Complementar:

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Diretrizes curriculares nacionais: Secretaria de educação Fundamental.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História ensinada. 6ª ed. São Paulo: papiros, 2001.

_____. Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados. São Paulo: papiros, 2003.

KARNAL, Leandro (org). História da sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

História do Brasil Republicano II / Carga horária: 60h + 30h (Prática Pedagógica)

Ementa: Aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais no Brasil pós-1945. Inserção do Brasil nos mecanismos de dependência do capitalismo monopolista após a Segunda Guerra Mundial. O papel do Brasil no contexto da Guerra Fria. A aceleração do desenvolvimento industrial e da urbanização. O sistema político-partidário. A emergência dos trabalhadores como atores políticos e a vida sindical. Os militares e a política. Cultura e participação política. A crise dos anos 1960 e o golpe de 1964. O regime ditatorial, sua dinâmica econômica e política. Brasil: redemocratização e pós-constituição de 1988.

Competências:

- Prover subsídios que possibilitem identificar os principais debates historiográficos sobre o Brasil pós- 1945;
- Constituir pressupostos fundamentais para a apreensão da história cultural, social, econômica e política da República brasileira pós-1945.
- Viabilizar a discussão e a compreensão dos seguintes processos históricos: limites da Democracia Liberal; Rupturas Políticas; Populismo e Autoritarismo; Novos Movimentos Sociais no campo e na cidade; Movimentos culturais;
- Compreender a dinâmica do golpe militar e institucional no Brasil;
- Discutir os processos históricos ocorridos no Brasil no período de 1945 ao tempo presente;

Cenários de aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula e laboratório de multimídia com acesso a internet.

Bibliografia básica

ALVES, M. H. M. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

AYERBE, L. F. Estados Unidos e América Latina. A construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, J. M. de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: ___. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, pp. 102-117.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura à democracia, Revista Sociologia e Política, Curitiba, n. 25, mov. 2005, pp.83-106.

DREIFUSS, R. A. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

MELO, M. A. B. C., "Interesses, Atores, e a Construção da Agenda Social do estado no Brasil" in ANPOCS, Ciências Sociais Hoje, São Paulo, Vértice, 1991.

SINGER, André. O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Social. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, V. 11, n. 2, out. 1999.

Tópico Especial em História IV/ Carga horária 50h

Ementa: Disciplina que aborda temática transversal presente no campo dos saberes históricos correspondentes aos componentes curriculares de: História e Conteúdo; História: teorias e metodologias.

Competências:

- Compreender temáticas diversas no campo da história e historiografia internacional, nacional, local e regional;
- Compreender como a teoria e metodologia da história pode abranger diversas dimensões da vida humana no tempo presente e explicá-las a partir de fontes e problemáticas históricas;
- Desenvolver uma visão crítico-reflexiva sobre diversas expressões da questão social como violência, meio-ambiente, questão de gênero, movimentos sociais em diversos contextos sociais, políticos, culturais, antropológicos, arqueológicos e econômicos numa perspectiva histórica;
- Compreender conceitos e categorias diversas ao campo de estudo e a linhas de pesquisa em História;

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da história. Bauru/SP:EDUSC, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da História.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993

Bibliografia Complementar

DOSSE, François. A História em Migalhas. **Dos Annales à Nova História**. Campinas: Unicamp, 1992.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.

RICOUER, Paul. **História e Verdade**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1968

CAMPOS, Pedro Moacyr. **Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX**. In: GLÉNISSON, Jean. Iniciação aos estudos históricos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, p. 250-293

WEINSTEIN, Barbara. História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. História vol. 22 no.2 Franca, 2003.

Disciplinas do 8º Semestre - 8º BLOCO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III (200hs)

Ementa: Estudo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira-LDB e Programas Curriculares Nacionais - PCN para a área de História, Análises dos programas relativos ao ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª Séries); planejamento e regência de classe nestas séries e acompanhamento dos discentes nas Unidades Escolares conveniadas pela DAP para a aplicação da disciplina em discussão.

Competências:

- Vivenciar e compreender algumas etapas da prática docente no ensino de história a partir da experiência no Estágio Curricular Supervisionado em sala de aula;
- Trabalhar, discutir e distinguir o uso de diferentes recursos e aportes metodológicos na prática do ensino e da pesquisa em história em sala de aula no Ensino Médio;
- Acompanhamento do professor orientador da disciplina as escolas, onde os discentes estão desenvolvendo a prática pedagógica.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula, as escolas conveniadas pelo DAP para aplicação da disciplina em discussão e laboratórios de multimídia com acesso a internet

Bibliografia Básica:

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96.

BALDIN, Nelma. A História dentro e fora da escola. Florianópolis: UFSC, 1989.

BARREIRO, Irai de Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

Bibliografia Complementar:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. 2. BITTENCOURT, Circe (org). O saber histórico na sala de aula. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História. Campinas: Papirus, 2003.

HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geysa Dongley. O ensino de história e seu currículo: teoria e método. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

KARNAL, Leandro. História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

Trabalho de Conclusão de Curso II / Carga horária: 60 h

Ementa: Produção e apresentação (defesa) do texto monográfico e/ou do artigo científico.

Competências:

- Orientação sobre os prazos, os procedimentos de depósito e da defesa do TCC.
- Discutir os estudos e pesquisas em andamento;
- Orientar sobre a escrita final e a defesa do TCC;
- Realizar a escrita do TCC.

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários da sala de aula, locais de pesquisa eleitos pelos discentes para a realização de seu trabalho de pesquisa e laboratórios de multimídia com acesso a internet.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. Um leque que Respira: a questão do objeto em História. In: CASTELO BRANCO, Guilherme; PORTOCARRERO, Vera (org). Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

CERTEAU, Michel. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DUBY, Georges. A História Continua. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Bibliografia Complementar:

ECO, Humberto. Como se Faz uma Tese. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. São Paulo: contexto, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.

TAKESHY, Tashizawa; MENDES, Gildásio. Como Fazer Monografia na Prática. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Tópico Especial em História V / Carga horária 60h

Ementa: Disciplina que aborda temática transversal presente no campo dos saberes históricos correspondentes aos componentes curriculares de: História e Conteúdo; História: teorias e metodologias.

Competências:

- Compreender temáticas diversas no campo da história e historiografia internacional, nacional, local e regional;
- Compreender como a teoria e metodologia da história pode abranger diversas dimensões da vida humana no tempo presente e explicá-las a partir de fontes e problemáticas históricas;
- Desenvolver uma visão crítico-reflexiva sobre diversas expressões da questão social como violência, meio-ambiente, questão de gênero, movimentos sociais em diversos contextos sociais, políticos, culturais, antropológicos, arqueológicos e econômicos numa perspectiva histórica;
- Compreender conceitos e categorias diversas ao campo de estudo e a linhas de pesquisa em História;

Cenários de Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da história. Bauru/SP:EDUSC, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da História.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993

Bibliografia Complementar

DOSSE, François. A História em Migalhas. **Dos Annales à Nova História.** Campinas: Unicamp, 1992. LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história.** São Paulo: Contexto, 2020.

RICOUER, Paul. **História e Verdade.** Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1968

CAMPOS, Pedro Moacyr. **Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX.** In: GLÉNISSON, Jean. Iniciação aos estudos históricos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, p. 250-293

WEINSTEIN, Barbara. História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. História vol. 22 no.2 Franca, 2003.

Tópicos Especiais em História

As disciplinas de Tópicos Especiais em História abordarão temáticas transversais no âmbito do conteúdo e da pesquisa em história de interesse dos professores e alunos do curso de licenciatura em História. Nesse sentido, como base na temática norteadora escolhida pelo Colegiado será elaborado o plano da disciplina de Tópico pelo professor (a) que assumir o encargo da disciplina no semestre de referência.

Segue as nomenclaturas de temáticas listadas que serão aprovadas a cada semestre como resultado de discussões prévias entre alunos e professores no colegiado do curso. Ressalta-se que tais nomenclaturas serão atualizadas e/ou adequadas pelo NDE e/ou Colegiado conforme necessidade prevista para o curso.

História e Gênero

História, Gênero e Imprensa

História Decolonial

História, Memória e Narrativa

História, Literatura e Sociedade

História e Cinema

História e Imagens

História e Música

História e Teatro

História da Psiquiatria e das Instituições psiquiátricas

História das Ciências

História da Saúde e das Doenças

História e Fontes orais

História e Fontes Escritas

História e Jornais impressos

História e Documentos digitais e eletrônicos

História e Tempo

História e Espaço

História das Ideias Políticas e Sociais

História e Políticas Públicas

História e Partidos Políticos

História Social e mundos do trabalho

História e Movimentos Sociais

História e Políticas de Ações Afirmativas

História e Cidade

História e Meio ambiente

História da Cidadania

História e Violências

História: Biografia, Memória e Criminalidade

História da Ásia

História do Nordeste

História Local de Campo Maior

História Indígena e Indigenismo

História e Cultura brasileiras

Introdução a Arqueologia

História e Religião

História, Arte, Contracultura e produção de subjetividades

História e Patrimônio Cultural material e imaterial

Tópicos Especiais em Educação

Como já descrito, os Tópicos Especiais em Educação abrangem duas disciplinas-temáticas com 60 horas cada e uma de 50 horas que abordarão conhecimentos e aprendizados complementares e correlatos a área 2 do curso e que correspondem as DISCIPLINAS DO NÚCLEO PEDAGÓGICO COMUM OPTATIVAS e/ou RECOMENDADAS previstas na RESOLUÇÃO CEPEX 008/2021 em anexo.

Tais disciplinas serão previamente discutidas, aprovadas e ofertadas pelo colegiado do curso para o primeiro, terceiro e quarto bloco podendo suas nomenclaturas atualizadas e/ou adequadas pelo NDE e/ou Colegiado conforme necessidade prevista para o curso.

Segue a lista das disciplinas:

Arte e educação

Fundamentos da educação especial

Fundamentos de estudos gênero e diversidade sexual na educação

Gestão educacional

Avaliação da aprendizagem

Educação ambiental

Arte e Educação/ Carga horária 50h

Ementa: A arte, seu significado e sua importância para a educação; as linguagens artísticas (Artes visuais, dança, música e teatro e artes integradas); Abordagem das linguagens nas seis dimensões do conhecimento previstos na BNCC; A arte como elemento integrador das demais disciplinas na escola.

Competências:

- Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas;
- Aproximar-se do conhecimento estético inserido num contexto sócio-histórico produzindo novas formas de ver e sentir o mundo, os outros e a si próprio.

Cenários da Aprendizagem: sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e

biblioteca da UESPI.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, Ana Mae. Tópicos utópicos. Belo Horizonte: C/ Arte, 2007.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. Por que Arte e Educação? Campinas/SP: Papirus, 2013.

ZAGONEL, Bernadete et al. (Orgs). Metodologia do ensino da arte. Curitiba: InterSaberes, 2013.

Bibliografia Complementar:

BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a arte. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

GRANERO, Vic Vieira. Como usar o teatro na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIRA, Marly (Org.). Arte, afeto e educação: a sensibilidade na ação. São Paulo: Mediação, 2010.

PEREIRA, Kaa Helena. Como usar artes visuais na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2009.

ROSA, Nereide Shilaro Santa & SCALÉA, Neusa Schilaro. Arte-educação para professores. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 2006.

Fundamentos da Educação Especial / 60h

Ementa: Educação especial: análise histórica, paradigmas e fundamentação legal; público alvo da Educação especial: características, formas de intervenção pedagógica e dimensões éticas; educação especial no sistema escolar: currículo, estratégias metodológicas e avaliação.

Competências:

- Apropriar-se dos conhecimentos teórico-práticos da Educação Especial Inclusiva no sistema regular de ensino;
- Planejar ações de ensino eficazes no atendimento das necessidades específicas do público alvo da Educação Especial na perspectiva inclusiva;
- Comprometer-se com as propostas educacionais inclusivas que favorecem a aprendizagem de todos os estudantes.

Cenários da Aprendizagem: sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Bibliografia Básica:

MATOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

ORRÚ, Sílvia Ester. O re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no

processo de ensinar e aprender. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ROYO, Maria Ángeles Lou; URQUÍZAR, Navidad López. (Coor.). Bases psicopedagógicas da educação especial. Trad. Ricardo Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (e suas alterações).

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015_05/lei/l13146.htm. Acesso em 05 ago. 2021.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília DF: SECADI, 2008.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educacionais especiais: Tradução Fátima Murad. 2.ed. 3. v. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; FONSECA, Káa de Abreu; REIS, Marcia Regina dos(Orgs.). Formação de professores e práticas educacionais inclusivas. Curitiba: CRV, 2018.

ROSADO, Rosa Maria Borges de Queiroz. Educação especial no Piauí 1968 a 1998: reflexões sobre sua história e memória. Teresina: Edufpi, 2016.

Fundamentos de estudos gênero e diversidade sexual na educação / Carga Horária 60h

Ementa: A construção e o desenvolvimento dos Estudos de Gênero como campo de conhecimento; teorias feministas contemporâneas com ênfase na interseccionalidade e decolonialidade e suas interfaces com temas relacionados a Educação: “sexualidades”, “corpo”, “poder” e “família”, infâncias, gênero e diversidade sexual na educação brasileira.

Competências:

- Conhecer os fundamentos dos estudos de gênero, seu desenvolvimento e suas implicações no campo da educação;
- Compreender, a partir da ótica das relações de poder, como gênero e diversidade sexual impactam na educação;
- Desenvolver práticas docentes críticas e reflexivas que rompam com preconceitos e discriminação.

Cenários da Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo

promovendo a participação efetiva das/os estudantes nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, dentre outras.

Bibliografia Básica:

BÁSICA: BELL, Hooks. Ensinando a transgredir: a educação como a prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org). Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes; 1997.

Bibliografia Complementar

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org). Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2020.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. (Tradução Renato Aguiar) Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LINS. Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. Diferentes nãodesiguais: A Questão De Gênero Na Escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

VIANNA, Claudia. Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: Breve história de lutas, danos e resistências. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

Fundamentos Antropológicos na Educação/Carga horária 60h

Ementa: Introdução à Antropologia: objeto de estudo, métodos e técnicas de pesquisa; conceitos básicos: cultura, etnocentrismo, relativismo cultural, diversidade; antropologia e educação: ritos, rituais e práticas escolares; etnografia e educação; corpo, gênero e diversidade sexual na escola.

Competências:

- Analisar os processos educativos a partir da abordagem antropológica, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas no tripé “conhecimento, prática e engajamento profissional”;
- Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos, solidários e dos Direitos Humanos

Cenários da Aprendizagem: Articulação entre a teoria e a prática de modo interativo, fundada na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado.

Bibliografia Básica:

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

LAPLATINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007.

CANAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana. (org.). Educar em Direitos Humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Bibliografia Complementar:

ABRAMOWICZ, Anete e SILVÉRIO, Valter Roberto. Educação como prática da diferença. Campinas-SP: Ed. Associados, 2006.

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1986.

GUSMÃO, Neusa Ma. Mendes de (org.) Diversidade, cultura e educação: Olhares cruzados. São Paulo; Biruta, 2003.

LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. Antropologia & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Temas & Educação, 10)

Gestão Educacional / Carga horária 50h

Ementa: As teorias que fundamentam a gestão/administração escolar e sua aplicação à educação; princípios legais, organizacionais, éticos da gestão escolar no Brasil; planejamento Estratégico Educacional: Projeto Político Pedagógico e Plano de Ação; a organização do trabalho escolar e competências do gestor educacional; relações interpessoais no trabalho da escola.

Competências: Entender o desenvolvimento da gestão na escola, seus atores e competências.

Cenários da Aprendizagem: sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Bibliografia Básica:

LIBÂNEO, J. C. et al. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. 10 ed. São Paulo, Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos, 4 ed. Petrópolis, RJ Vozes, 2008.

PARO, V.H. Administração Escolar: Introdução crítica. 17 ed. São Paulo: Cortez. 2012.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, J. B. (org). Gestão Democrática. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

CURY, Carlos R. J. Os Conselhos da educação e a gestão dos sistemas. In:

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. Campinas: Cortez, 2000

PARO, V. H. Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo: Ática. 1997

FERREIRA, Naura C. (Org.). Gestão Democrática da Educação; Atuais Tendências, Novos Desafios. São Paulo: Cortez, 2012.

Avaliação da Aprendizagem / Carga horária 50h

Ementa: A avaliação escolar no contexto do sistema educacional brasileiro; aspectos legais da avaliação da aprendizagem; concepções de avaliação; tipos, funções e elaboração de instrumentos de avaliação da aprendizagem; implicações da avaliação da aprendizagem no processo educativo.

Competências:

- Analisar os pressupostos epistemológicos, pedagógicos, sociológicos da avaliação e seus intervenientes no processo de ensino;
- Problematizar aspectos relativos à avaliação, evidenciando suas dimensões: ética, política e técnica.

Cenários da Aprendizagem: sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Bibliografia Básica:

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho.2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORETTO, Vasco Pedro. Prova: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas. RJ: DP & A, 2001.

Bibliografia Complementar:

DEMO, Pedro. Mitologias da avaliação. Campinas – SP: Autores Associados, 2010.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: Mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 20. ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2005.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: componentes do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

Educação Ambiental / Carga horária 60h

Ementa: Histórico da Educação Ambiental - EA; Principais objetivos e finalidades da EA; Organização política, educacional e social da EA no Brasil; Tendências e correntes da EA: ecopedagogia e cidadania planetária; Metodologias e práticas utilizadas em EA: exploração dos espaços urbanos.

Competências:

- Compreender a construção histórica da área de educação ambiental no contexto nacional e internacional;
- Aprofundar as questões históricas e diretivas da Educação Ambiental no Brasil;
- Compreender as diferentes concepções de educação ambiental e analisar sua própria concepção;
- Avaliar criticamente os principais instrumentos legais da Educação Ambiental no Brasil (Política Nacional de Educação ambiental; Programa Nacional de Educação Ambiental;
- Diretrizes curriculares Nacionais de Educação Ambiental);
- Realizar práticas e questionamentos atuais sobre o meio ambiente e o ambiente escolar, que possam ser reproduzidos nas escolas: conhecer possibilidades de trabalho interdisciplinar com a temática ambiental no ensino fundamental e médio.

Cenários da Aprendizagem: Para o desenvolvimento das competências desejadas a disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas, aulas de campo e uso de ferramentas digitais.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Documento homologado pela Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U., Brasília: MEC/SEB, dez. 2017.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2010.

DIAS, G. F. Dinâmicas e instrumentação para Educação Ambiental. São Paulo: Gaia, 2010.

Bibliografia complementar:

BAETA, Anna Maria Bianchini et al. Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. 5 ed. 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental/ ProNEA. 3.ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. Campinas, SP: Papirus, 1995.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et al. Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. 7 ed. Cortez Editora, 2012.

7 METODOLOGIA

A proposta metodológica definida, para o curso de Licenciatura em História da UESPI – Campo Maior, considera os seguintes parâmetros para o ensinar e o aprender:

- promoção da articulação entre a teoria e a prática;
- aproximação entre o conhecimento, o aluno, a realidade e o mundo do trabalho onde ele se insere;
- apropriação de competências duráveis sob a forma de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, hábitos e atitudes gerais e específicas alinhadas ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso;
- transposição do conhecimento para as variadas situações da vida e da prática profissional.

Levando em consideração estes pressupostos, as atividades acadêmicas do curso de Licenciatura em História são desenvolvidas com enfoque que se articula com os contextos profissional e social e privilegia a interdisciplinaridade.

A proposta metodológica de ensino está centrada nos princípios pedagógicos do fazer e aprender, determinando a utilização de estratégias, atividades e tecnologias da informação que permitam ao aluno mobilizar, articular e colocar em ação os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários

para o desempenho eficiente e eficaz das atividades requeridas pela natureza do trabalho.

7.1 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Supervisionado, com regulamento próprio, é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, com suas diferentes modalidades de operacionalização em obediência às especificidades do curso.

O Estágio é realizado em instituições conveniadas e está estruturado e operacionalizado de acordo com regulamentação própria através da LEI Nº 11788/2008 e a RESOLUÇÃO ESTÁGIO CEPEX Nº 004/2021 (em anexo). É exigida a supervisão das atividades e a elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à Coordenação do Curso, para a avaliação pertinente.

O estágio obrigatório é composto de conteúdos ministrados/acompanhados de forma prática, contido nas disciplinas Estágio I, II e III.

O estágio curricular supervisionado de ensino, que é o momento de formação em que os alunos efetivam, sob supervisão de profissionais experientes da escola e do curso de Licenciatura em História, o exercício da docência e as outras atividades ligadas ao ambiente escolar, tais como, diagnósticos escolar, participação nas reuniões de planejamento, projeto pedagógico da escola, observações de aulas, preparação de planos de ensino e planos de aula. Esta é a ocasião para desenvolver competências e habilidades exigidas na prática profissional, especialmente no que se refere à docência de História.

O Estágio Supervisionado I consiste na análise dos programas relativos às 6ª e 7ª séries do Ensino Fundamental e do planejamento e regência de classe nestas séries; o Estágio Supervisionado II abrangerá essas mesmas atividades, mas relativas às 8ª e 9ª séries do Ensino Fundamental; já Estágio Supervisionado III envolverá as mesmas atividades, referentes, porém, às 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio.

As atividades dessas disciplinas são distribuídas em dois momentos, o primeiro reservado para as discussões teórico-metodológicas e o segundo para a prática nas escolas, sendo assim distribuídas:

DISCIPLINAS	DISCUSSÃO TÉORICO- METODOLÓGICA	PRÁTICA
Estágio Supervisionado I	30 HORAS	70 HORAS
Estágio Supervisionado II	30 HORAS	70 HORAS
Estágio Supervisionado III	60 HORAS	140 HORAS

7.2 Atividades complementares

As atividades complementares do curso de Licenciatura em História valorizam conhecimentos básicos nos eixos das ciências sociais, humanas e econômicas, incentivando a realização da atividade extracurricular e científico- culturais na formação do profissional de História. Possui Regulamento próprio que prioriza a diversidade de atividade e as formas de aproveitamento conforme a RESOLUÇÃO CEPEX N° 002/2021 e a RESOLUÇÃO CNE/CES 002/19.

As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. A realização de atividades complementares não se confunde com a do Estágio Supervisionado ou com a do Trabalho de Conclusão de Curso.

As atividades complementares são realizadas mediante a programação de cursos, seminários e atividades de orientação a população, inserindo-se na realidade socioeducacional de Campo Maior e regiões circunvizinhas. Não obstante ser opcional, pois não há carga horária específica prevista neste PPC, o curso de Licenciatura em História da UESPI – Campo Maior, incentiva os discentes a realizarem e/ou participarem de cursos extracurriculares, seminários, apresentação de trabalhos, produção de artigos, monitorias, dentre outras previstas RESOLUÇÃO CEPEX N° 002/2021 (em anexo) e de acordo com o regime acadêmico.

7.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é realizado através da transmissão de conteúdos teóricos para orientação técnica sobre metodologia da pesquisa, a secundar a elaboração de projetos de pesquisa, bem como através de acompanhamento e orientação durante a elaboração, não apenas do projeto, como também do TCC.

A apresentação do trabalho monográfico, é regulamentado e institucionalizado conforme a RESOLUÇÃO CEPEX Nº 003/2021 (em anexo) e tem por objetivo o exercício pedagógico concentrado para que o aluno exiba suas habilidades e competências obtidas ao longo de sua formação, além da contribuição confiável e relevante á comunidade científica, com propostas alternativas, primando pelo ineditismo no questionamento e no avanço dos estudos da ciência humanas e sociais.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é realizado através da transmissão de conteúdos teóricos para orientação técnica sobre metodologia da pesquisa, seguindo reelaboração de projetos de pesquisa, bem como através de acompanhamento e orientação durante a elaboração, não apenas do projeto, como também do TCC. Neste Currículo o TCC está distribuído nos seguintes blocos: VI - I Métodos e Técnicas de Pesquisa em História 60h + 30h de Prática Pedagógica em Pesquisa; no Bloco VII: TCC I 60H; no Bloco VIII – TCC II 60h.

A disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa exigirá a participação de dois docentes, pois estes orientarão e acompanharão a elaboração do Projeto de Pesquisa e Levantamento das Fontes de uma turma inteira.

Já as disciplinas de TCC I e TCC II terão um professor (a) que coordenará a disciplina, administrando prazos, auxiliando na organização de bancas, mobilizando os (as) docentes para assumirem as orientações dos discentes. Para cada discente, terá um orientador (a). Os Trabalhos de Conclusão de Curso poderão ser do tipo monográficos ou artigos científicos. O TCC – artigo científico, além de ser objeto de defesa em banca examinadora, deverá ser submetido a alguma revista científica indexada em coautoria orientando-orientador.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso de Licenciatura em História, estabelece ainda regras complementares de operacionalização do TCC, visando o disciplinamento de prazos de elaboração e entrega dos trabalhos destinados.

O Trabalho de Conclusão de Curso é componente curricular obrigatório no curso e é desenvolvido sob a orientação de professor efetivo, temporário e/ou convidado sem ônus para a instituição, alinhado às linhas de pesquisas institucionais. O professor (a) convidado (a) deverá ser aprovado pelo Colegiado do Curso e assinar Termo de Compromisso com as regras da UESPI e os procedimentos adotados pelo Colegiado, confirmando ainda, seu caráter voluntário.

7.5 Atividades de Curricularização da Extensão

As atividades de curricularização de extensão, correspondem a 320h e serão realizadas a partir do bloco I até o bloco VIII, com oferta de projetos e programas de extensão, prestação de serviços, oficinas e eventos, semestralmente, possibilitando ao aluno chegar ao bloco VIII com a carga horária cumprida.

A Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, e cita:

Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação.

Art. 15 As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

Parágrafo único. As atividades de extensão devem ser sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

Art. 16 As atividades de extensão devem ser também adequadamente registradas na documentação dos estudantes como forma de seu reconhecimento formativo.

As atividades curriculares de extensão, serão realizadas seguindo a resolução da IES pertinente a esta atividade curricular conforme a RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7/2018 e RESOLUÇÃO CEPEX Nº 034/2020 (em anexo).

7.5 Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) pretende realizar o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática educativa como pilar da formação de licenciados (as) em história. Com base na Resolução CNE/CES 002/19 a Prática deve ser uma ação integradora dos componentes curriculares, durante o curso, a fim de produzir conhecimento com base na experiência educativa prática teoricamente orientada. A carga horária total das Práticas Pedagógicas compreenderá 400 horas que serão distribuídas nas seguintes disciplinas:

Disciplina	Carga horaria		
	Teórica	Prática	Total
História Antiga	60h	30h	90h
Introdução aos Estudos Históricos	60h	30h	90h
História Medieval	60h	30h	90h
História Moderna	60h	30h	90h
História da América Portuguesa	60h	30h	90h
História da América II	60h	30h	90h
História Contemporânea I	60h	30h	90h
História do Brasil Monárquico	60h	30h	90h
História do Piauí I	60h	30h	90h
Ensino de História e Tecnologias educacionais	60h	10h	70h
História e Cultura Afrobrasileira e Indígena	60h	30h	90h
História do Brasil Republicano I	60h	30h	90h
História do Brasil Republicano II	60h	30h	90h
Métodos e Técnicas em Pesquisa em História	60h	30h	90h
Carga horária total das Práticas Componentes Curriculares	400h		

A Prática como Componente Curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos como parte da formação para a docência, ultrapassando o espaço da sala de aula e da universidade. Neste sentido, a proposta de prática pode compreender experiências educativas práticas teoricamente orientadas em diferentes espaços,

sejam eles escolares ou não escolares, e em diferentes situações, sejam elas de educação formal, informal ou não formal, bem como de pesquisa.

A PCC pode ser desenvolvida, a título de sugestão, através de atividades como: transposição didática de conteúdos das disciplinas; simulações de aulas expositivas; elaboração de material didático conforme os conteúdos; uso didático de fontes históricas diversas; realização de diagnósticos; visitas técnicas; pesquisas bibliográficas; elaboração, aplicação e análise de roteiros de entrevistas ou questionários; relatos de experiências; observação in loco; produção de textos didáticos; levantamento e análise de dados de natureza diversa; comunicação dos resultados de ações intervenientes no processo ensino aprendizagem.

Segue o quadro com os eixos temáticos e/ou produtos sugeridos como referências de cada prática:

Disciplina	Eixos temáticos norteadores e/ou produtos das práticas
História Antiga	Transposição didática de conteúdo via exposição oral com slides;
Introdução aos Estudos Históricos	Oficina de Leitura historiográfica e análise de fontes históricas em sala de aula;
História Medieval	Documentos não escritos na sala de aula: cinema e audiovisual
História Moderna	Simulação do Tribunal da Inquisição;
História da América Portuguesa	Organização de aula de campo;
História da América II	Transposição didática de conteúdo via diversas linguagens (música, teatro, mídia impressa, literatura, oralidade, iconografia, internet, entre outras)
História Contemporânea I	Elaboração de material didático;
História do Brasil Monárquico	O ensino de História e a lei 10.639/2003.
História do Piauí I	Organização de aula de campo e/ou elaboração de material didático;
Ensino de História e Tecnologias educacionais	Transposição didática via usos de ambiente virtual – internet;
História e Cultura Afro brasileira e Indígena	Elaboração e execução de atividade de ensino em escola pública;
História do Brasil Republicano I	Transposição didática de conteúdo via diversas linguagens (música, teatro, mídia impressa, literatura, oralidade, iconografia, internet, entre outras)
História do Brasil Republicano II	
Métodos e Técnicas em Pesquisa em História	Levantamento de fontes históricas conforme projeto de pesquisa;

8 INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O ensino, pesquisa e extensão forma um tripé obrigatório nas universidades e são indissociáveis através do artigo 207 da Constituição de 1998 (BRASIL, 1998). Tal tríade se constitui uma política institucional de nossa Universidade a qual contempla o papel solidário, social, econômico e cultural para com a sociedade.

8.1 Política de Ensino no âmbito do curso

Tomando por referência a política de ensino constante no PDI da UESPI e a política educacional brasileira, o curso de Licenciatura em História elege como prioritária a formação profissional decorrente das demandas sociais regionais e das necessidades do mercado de trabalho.

Dessa articulação, resulta a percepção de que as dimensões social, ética, cultural, tecnológica e profissional, propiciam o desenvolvimento do ensino no âmbito do curso privilegiando o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, imprimindo um significado universal às competências desenvolvidas, pressupondo:

- a análise dos impactos sociais, políticos e culturais na conformação e continuidade das diferentes espécies de vida em função das condições em que se dá a ocupação dos espaços físicos, levando à compreensão da complexa relação homem-meio ambiente;
- a aplicação das inovações tecnológicas, entendendo-as no contexto dos processos de produção e de desenvolvimento da vida social e do conhecimento;
- a atenção para os interesses sociais, sobretudo, no que diz respeito à constituição da vida cidadã, através do acompanhamento das contínuas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais regionais e globais.

Desses pressupostos resulta claro que a estruturação e o desenvolvimento do ensino no curso elege como eixo curricular a consolidação da formação técnico-profissional, voltando-se o ensino para:

- o desenvolvimento de competências - valores, conhecimentos, habilidades e atitudes - essenciais à melhoria da qualidade de vida da população;
- a integração e flexibilização de tarefas e funções, a capacidade de solucionar problemas, a autonomia, a iniciativa e a criatividade como requisitos fundamentais no novo contexto social e de produção;
- a constituição do *ser* pessoa, cidadão e profissional.

Sob a ótica da organização didática do curso de Licenciatura em História, prioriza-se: a) a articulação teoria/prática ao longo do curso, constituindo a possibilidade do fazer e aprender; b) a interdisciplinaridade promovendo um constante diálogo entre as várias áreas do conhecimento e permitido estabelecer relações, identificar contradições e compreender a realidade nas perspectivas de uma nova divisão social e técnica do trabalho; c) a diversificação e flexibilidade do currículo, das atividades acadêmicas e de oferta, articuladas a autonomia e medidas por um processo de avaliação e de atendimento as diferenças; d) a formação integrada à realidade, trazendo para o aluno a educação continuada como expressão da permanente atitude de curiosidade diante dos fatos e fenômenos.

8.2 Política de Extensão no âmbito do curso

A UESPI mantém atividades de extensão, indissociadas do ensino e iniciação à pesquisa, mediante a oferta de cursos e serviços, bem como difusão de conhecimentos. São consideradas atividades de extensão:

- I- eventos culturais, técnicos e científicos;
- II - cursos de extensão;
- III - projetos de atendimento à comunidade;
- IV - assessorias e consultorias; e
- V - publicações de interesse acadêmico e cultural.

À Pró-Reitora de Extensão cabe manter, por meio das Coordenadorias de Cursos, o registro de dados e informações sobre as atividades de extensão.

A política de extensão no âmbito do curso de Licenciatura em História é considerada por meio de ações voltadas para a sociedade, compreendendo um número diversificado de atividades que possibilitem ao aluno ampliar o processo educativo para ações que vão além dos muros da Universidade, estimulando o estudante a ser agente na produção do conhecimento.

As atividades de extensão envolvem serviços prestados à comunidade, estabelecendo uma relação de troca e uma forma de comunicação entre a faculdade e a sociedade. São atividades que ocorrem integrada às atividades de ensino e de pesquisa. A extensão esta vinculada a desenvolver possibilidades de integração entre os conteúdos das disciplinas e atividades extraclasse.

8.3 Política de Pesquisa e Iniciação Científica

A UESPI compreende que o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão deva se realizar de forma articulada, a fim de produzir e divulgar o conhecimento através da produção científico-acadêmica nos campos técnico, científico e artístico-cultural, posicionando-se também como orientação e suporte às atividades de ensino e de extensão.

A UESPI elegeu como princípio para a implementação da pesquisa o estreitamento das relações da comunidade acadêmica com os processos da

investigação científica, objetivando buscar respostas aos problemas da realidade na perspectiva da transformação social. Essa compreensão é necessária para a construção do conhecimento no âmbito dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UESPI.

A construção do conhecimento valorizado pelas pesquisas desenvolvidas nos cursos de graduação da IES é garantida pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos da UESPI, tendo como diretriz a iniciação científica o mais precocemente possível, quando os alunos iniciam a aproximação com os conhecimentos sobre a pesquisa, culminando, quando previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC que, preferencialmente, devem ser vinculados às linhas de pesquisa institucionais.

Os alunos da UESPI são formados para pensar além das suas vidas cotidianas, considerando que o conhecimento científico proporciona um embasamento para refletir sobre as bases sociais, políticas e econômicas da sociedade, influenciando em suas decisões e auxiliando na construção de sua identidade profissional.

A UESPI define suas linhas de pesquisa (revistas periodicamente) que, institucionalmente, direcionam e orientam os projetos/trabalhos de pesquisa, assim como toda a produção científica, incluindo os trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso de graduação que, em geral, devem inserir-se, preferencialmente, nessas linhas de pesquisa.

A formatação da Pesquisa Institucional, com projetos propostos por professores pesquisadores integrantes dos grupos de pesquisa da UESPI, se dá através de sua aprovação pelo colegiado de curso e financiamento pela Instituição, em conformidade com o Edital da Pesquisa.

As ações de pesquisa são divulgadas através do referido edital anual, o qual regulamenta as etapas da concorrência, tais como inscrição e análise de projetos. O acompanhamento das ações realizadas ao longo dos projetos é feito por meio de relatórios parciais e finais entregues à PROP. O Comitê Interno de pesquisa, formado por docentes do quadro efetivo, mestres e doutores de diversas áreas, é responsável pela seleção de projetos e bolsistas, feita de acordo com as normas publicadas em edital.

Os projetos de pesquisa desenvolvidos na UESPI são apresentados à Diretoria, através das Coordenadorias de Curso, para análise de viabilidade e da

relevância do tema, oportunidade em que é levada em consideração a integração com as linhas de pesquisa definidas pela Instituição como prioritárias, denominadas Linhas de Pesquisa Institucionais.

Neste contexto a Coordenação de Pesquisa da UESPI objetiva coordenar, supervisionar, desenvolver e consubstanciar ações constantes no plano de atividades de pesquisa da UESPI e do Estado do Piauí, com vistas a melhorar sua operacionalização; propiciar a docentes e discentes condições para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, oferecendo subsídios técnicos e orientação na elaboração de projetos; articulação com órgãos nacionais e estrangeiros de pesquisa e fomento, objetivando o intercâmbio de recursos humanos e materiais para implantação de Programa e projetos; manter cadastro de instituições científicas financiadoras e divulgar as pesquisas desenvolvidas por docentes, técnicos e discentes da UESPI.

A UESPI, através de sua Coordenação de Pesquisa, visa ainda:

- Estimular a produção do conhecimento científico, cultural e a inovação tecnológica;
- Fortalecer os grupos de pesquisa e estimular a formação de novos grupos;
- Contribuir com o desenvolvimento regional, nacional e internacional, estimulado ainda a pesquisa básica;
- Ampliar a captação de recursos buscando o financiamento e subsídio para pesquisa;
- Fortalecer a relação entre a UESPI e as agências de fomento para ampliar o desenvolvimento da pesquisa;
- Estimular a formação de parcerias público-privadas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa;
- Acompanhar e qualificar os projetos através da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;

Para tanto, destacam-se as ações:

- Estimular a capacitação de docentes pesquisadores.

- Promover condições para o desenvolvimento de pesquisas acadêmico-científicas nas diferentes áreas do conhecimento humano.
- Aprimorar e desenvolver os Programas de Iniciação Científica, buscando fomento interno e externo para pagamento de bolsas.
- Estimular grupos de pesquisa emergentes.
- Incentivar a formação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT).
- Estimular a interação entre pesquisadores de áreas de conhecimento afins para que desenvolvam Programa e iniciativas de pesquisas multidisciplinares.
- Criar, estruturar e manter laboratórios multiusuários, permitindo a interação entre pesquisadores de áreas afins.
- Estimular a participação dos docentes em intercâmbios de outras universidades e em Programa de pós-doutoramento.
- Estimular e aprimorar mecanismos de apoio à pesquisa científica.
- Estimular a publicação de pesquisas em publicações nacionais e estrangeiras.
- Incentivar a coordenação e participação em projetos temáticos e multidisciplinares.
- Incentivar a participação de pesquisadores em projetos que visem a captação de recursos para o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da UESPI.
- Construção de apoio direto através de editais de fomento à pesquisa.

Para fomentar o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da UESPI, são desenvolvidas as seguintes ações:

- Negociações para ampliação dos Programas de capacitação científica e tecnológica, que atualmente remota aos Programas vinculados CNPq sendo eles: o PIBIC/ CNPq, que oferta 53 bolsas anuais; PIBIC/ CNPq/ ações afirmativas, com 10 bolsas, e PIBIC/ UESPI, que oferta 100 bolsas anuais.
- Realização anual do Simpósio de Produção Científica da UESPI e Seminário de Iniciação Científica, evento registrado no calendário acadêmico da instituição e que conta com a participação de todas as áreas de pesquisa da

Instituição e permite que ocorra intensa divulgação das pesquisas que são realizadas pelos docentes e discentes. Os trabalhos apresentados no Simpósio resultam em uma publicação digital na forma de livro de resumos (Anais).

- Oferta aos professores de incentivos como: bolsas de estudos para programas de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento; auxílio financeiro e operacional para participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares científicos, educacionais e culturais; cursos de treinamento e atualização profissional; e divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente;

- Articulação de parcerias de cooperação interinstitucional, considerando a necessidade de pesquisa e publicação, a qualificação de pessoal e o intercâmbio científico-cultural, através: do intercâmbio de pesquisadores e de professores; da organização de cursos, conferências, seminários e outras atividades de caráter acadêmico e científico; do intercâmbio de informação e de publicações pertinentes para os objetivos estabelecidos;

- Implementação e execução do Plano de Capacitação Docente, na busca de promover a qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão da UESPI, por meio de cursos de pós-graduação, de treinamento e de atualização profissional, oportunizando aos seus professores e pessoal técnico-administrativo condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A gestão e organização das pesquisas desenvolvidas são realizadas a partir: do planejamento institucional anual de trabalho; dos editais de pesquisa e de iniciação científica; de critérios e rotinas para os trâmites relacionados à formação, cadastro e certificação dos grupos de pesquisa; e dos seminários mobilizadores e organizadores de todo o processo.

A UESPI, define suas linhas de pesquisa que, institucionalmente, direcionam e orientam os projetos/trabalhos de pesquisa, assim como toda a produção científica, incluindo os trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso de graduação que, em geral, devem inserir-se, preferencialmente, nessas linhas de pesquisa. As linhas de pesquisas estabelecidas pelo colegiado do Curso de Licenciatura em História para o curso, são as seguintes:

- História, Psiquiatria e Violência;

- ☐ História, Arte, Contracultura e produção de subjetividades;
- ☐ História, Cultura, literatura e intelectuais;
- ☐ História, Imprensa e Literatura;
- ☐ História, Escravidão e Tráfico escravo.
- ☐ História, Política e movimentos sociais;
- ☐ História, Biografia, Memória e Criminalidade;
- ☐ História, Gênero e Imprensa

9 POLÍTICA DE APOIO AO DISCENTE

9.1 Programa de Acompanhamento Discente

O Programa de Acompanhamento ao Estudante do curso de Licenciatura em História tem como seu principal objetivo desenvolver e promover o protagonismo dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem para uma educação de qualidade e para sua formação enquanto sujeito de sua própria história na universidade.

Na busca pela execução deste objetivo principal, traçamos outros objetivos a fim de subsidiar a sua efetivação, tais como:

- Promover atividades de acolhimento/recepção proporcionando uma integração entre alunos ingressantes e veteranos, para conhecer a estrutura organizacional bem como as peculiaridades e propostas do curso de graduação;
- Divulgar e orientar quanto ao acesso às bolsas de pesquisa, bolsa permanência, bolsa instalação e bolsas de desenvolvimento acadêmico, contempladas pela política de assistência estudantil desenvolvida pela PREX;
- Divulgar e orientar quanto ao acesso às bolsas de monitoria, pesquisa, auxílio moradia, dentre outras bolsas de desenvolvimento acadêmico, contempladas pela política de assistência estudantil desenvolvida pela PREX;

- Mapear dificuldades e necessidades encontradas pelos discentes e lançar subsídios à reflexão para soluções articuladas na instituição;
- Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, atuando junto aos docentes e discentes, com vistas a contribuir com a melhoria do ensino e formação acadêmica;
- Orientar e planejar ações junto da PREX para atender as solicitações dos discentes e/ou de suas representações visando construir um plano de atendimento especializado aos estudantes com necessidades educacionais especiais;
- Realizar levantamento de dados de forma sistemática das turmas com maior número de alunos com desempenho insatisfatório; disciplinas onde se evidencia maior número de alunos com desempenho insatisfatório; disciplinas que mais reprovam e onde há maior número de evasões;
- Acompanhar e analisar os fatores que a tem ocasionado no curso evasão e/ou retenção visando garantir a permanência dos estudantes na Universidade, propondo ações e estratégias pedagógicas que facilitem e fortaleçam o processo de ensino-aprendizagem.

9.2 Monitoria de ensino

A Monitoria na execução de um projeto elaborado pelo professor responsável, envolvendo atividades de caráter pedagógico a serem desenvolvidas pelo monitor com estudantes de determinada disciplina, visando à valorização da participação do aluno em atividades teórico - práticas, ao desenvolvimento de habilidades relacionada a atividades docentes, bem como à superação de dificuldades de aprendizado.

Dessa forma, a monitoria é um programa conforme RESOLUÇÃO CEPEX Nº 005/2020 em anexo, que contribui para a formação integrada do aluno nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação da UESPI tem como finalidade estimular a produção intelectual e científica, contribuindo para o despertar do interesse do aluno na atividade docente, através do aproveitamento do conteúdo obtido em sua formação acadêmica.

A monitoria não implica vínculo empregatício e será exercida sob a orientação de um professor, podendo ser remunerada ou de caráter voluntário, conforme disponibilidade de vagas.

São considerados objetivos da monitoria:

- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino;
- Promover a cooperação entre professores e alunos;
- Dinamizar as ações didático-pedagógicas, envolvendo os alunos na operacionalização das ações cotidianas relacionadas ao ensino-aprendizagem da UESPI;
- Estimular à iniciação à docência

9.3 Programa de Nivelamento

A UESPI implantará um Programa de Nivelamento apoiado nas ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs fomentadas pelo Núcleo de Educação a Distância – NEAD. Esse Programa tem previsão de implantação para a capacitação nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa.

A UESPI entende que um programa de nivelamento deve ser comprometido com a realidade social, deve compreender as relações entre o nivelamento dos conceitos básicos para que o discente possa ter um bom desempenho acadêmico e deve levar em consideração o atual processo de ensino-aprendizagem vislumbrado em nosso país, a fim de educação superior de qualidade.

Assim, consideramos fundamental uma revisão dos esquemas tradicionais implementados ao ensino, em detrimento da formação de profissionais com competência técnica e politicamente comprometida com os problemas sociais. Essa reorientação metodológica também se faz necessária diante do atual contexto histórico social, econômico e cultural brasileiro.

A partir dessa postura reflexiva, buscaram-se oportunidades para que o ensino se redirecione, desvinculando-se de uma perspectiva tradicional, orientando-se para uma prática interdisciplinar na formação de uma comunidade engajada na solução de suas dificuldades de aprendizagem.

Salientamos que não basta agregar o nivelamento às ações de ensino dos cursos de graduação da UESPI: é necessária a sedimentação do processo de nivelamento como articulador entre o ensino, a extensão e a comunidade acadêmica.

9.4 Regime de Atendimento Domiciliar

De acordo com o Regimento Geral da UESPI, o Regime de Atendimento Domiciliar poderá ser concedido ao aluno, regularmente matriculado, sendo caracterizado pela execução, pelo discente, em seu domicílio, de atividades prescritas e orientadas. A partir da consolidação do Núcleo de Educação a Distância da UESPI, esse atendimento deverá ocorrer preferencialmente no AVA-MOODLE UESPI.

9.5 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPPS)

Para mediação de situações conflitantes entre alunos e professores, alunos e alunos, a UESPI mantém o NAPPS articulado com as coordenações de curso e com as Direções de *Campi* da IES. No CCS o NAPPS está estruturado de forma a atender os Campus Poeta Torquato Neto e Clóvis Moura. É constituído por uma secretária, uma Psicóloga e uma Psicopedagoga.

9.6 Ouvidoria

A UESPI mantém em funcionamento permanente a Ouvidoria *online*. O aluno possui a funcionalidade de acessar a ouvidoria pelo aluno *online* e sugerir, criticar, elogiar, enfim opinar sobre as questões pertinentes possuindo, assim, mais uma forma de apoio dentro da IES.

9.7 Auxílio Moradia e Alimentação

A Política de Assistência Estudantil na UESPI, contribui para redução da evasão e incentivo à permanência de alunos nos cursos de graduação, disponibilizando auxílio financeiro por meio de programas específicos, atendendo em especial os nossos estudantes mais carentes. Os principais programas implantados na UESPI são:

- **Bolsa-Trabalho:** oferece aos discentes, a oportunidade de complementação de recursos financeiros para permanência na UESPI, possibilita experiência profissional e contribui para o desenvolvimento do senso de responsabilidade e ética no serviço público.
- **Auxílio-Moradia:** complementação financeira para suprir despesas com moradia aos discentes que residem em município diferente daqueles em que estão matriculados
- **Auxílio-transporte:** possibilita aos discentes selecionados que residem em outro município ou localidade (zona rural), aquisição de complementação financeira para custear despesas com deslocamento diário até a cidade em que estão regularmente matriculados.
- **Auxílio-Alimentação:** tem como objetivo prover uma refeição diária durante todo o Período Letivo ao discente que comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além disso, a UESPI mantém convênios com diversas instituições e empresas públicas e privadas, possibilitando a realização de estágios extracurriculares, como forma de melhorar a formação acadêmica de nossos estudantes e contribuir com sua inserção no mercado de trabalho.

10 CORPO DOCENTE E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

10.1 Professores: disciplinas, titulação e regime de trabalho

Relaciona-se no Quadro 1, em ordem alfabética, o corpo docente efetivo do Curso de Licenciatura em História – Campus Heróis do Jenipapo da UESPI, com as respectivas titulações, responsabilidades por disciplinas, regime de trabalho.

Quadro 1: corpo docente do curso de Licenciatura em História - CPM

Nome do Docente/CPF	Formação	Titulação	Reg de Trabalho	Disciplinas
Edmundo Ximenes Rodrigues Neto/77972007349	História	Doutor	DE	Mét. Técnicas de Pesq. em História 75h; Monografia III 60h;
Mara Lígia Fernandes Costa/00093403356	História	Doutora	DE	História Moderna 90h; História Contemporânea I 60h;
Iraneide Soares da Silva/81255772468	História	Doutora	DE	História da América 90h; Teoria da

				História II 60h
Ernani José Brandão Junior/72385820153	História	Mestre	TI – 40h	Estágio Sup. III 200h
Fábio Nadson Bezerra. Mascarenhas/75098040353	História	Mestre	DE	Mét. Técnicas de Pesq. em História 75h; Estágio Sup. I 100h;
Felipe da Cunha Lopes/66001285349	História	Mestre	DE	Afastado para Doutorado;
Reinaldo dos Santos Barroso Junior/64116328391	História	Mestre	TI – 40h	Afastado para Doutorado;
Francisco Chagas O. Atanásio/92059643368	História	Doutor	DE	Historiografia do Piauí 45h; Monografia II60h;
Vanessa Soares NegreirosFarias/93816863353	História	Mestre	DE	Afastada para o Doutorado;

10.2 Política de Apoio ao Docente

10.2.1 Plano de Carreira Docente

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Superior da UESPI, aprovado pela Lei Complementar Nº 124/2009, disciplina o ingresso, a progressão funcional, a política de qualificação e remuneração da carreira docente, os direitos, deveres e obrigações dos docentes, estando devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do dia 01 de Julho de 2009.

A contratação do pessoal docente é feita mediante Concurso Público a partir da comprovação de necessidade pela UESPI e autorizada pelo Governo do Estado do Piauí, respeitada a legislação vigente, sendo seu enquadramento funcional realizado conforme previsto na referida Lei.

De acordo com a Resolução CEPEX Nº 006/2015, o pessoal docente da UESPI está sujeito à prestação de serviços semanais, dentro dos seguintes regimes:

- I. TP 20 - Tempo Parcial 20H - docentes contratados com vinte horas semanais de trabalho, na UESPI, nelas reservado o tempo de 10 horas semanais destinadas a regência de sala de aula, sendo as demais 10h destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos;
- II. TI 40 - Tempo Integral 40H - docentes contratados com quarenta horas semanais de trabalho na UESPI, nelas reservado o tempo de 12 horas semanais destinadas a regência de sala de aula e mais 12 horas

destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos. As demais 16 horas serão utilizadas para trabalhos administrativos, de pesquisa e de extensão.

III.DE - Regime de Dedicção Exclusiva 40H – docentes contratados com quarenta horas semanais de trabalho exclusivo na UESPI, nelas reservado o tempo de 16 horas semanais destinadas a regência de sala de aula e mais 16 horas destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos. As demais 8 horas serão utilizadas para trabalhos administrativos, de pesquisa e de extensão.

10.2.2 Plano de capacitação docente

O Plano de Capacitação Docente da UESPI busca promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão dos cursos da IES, por meio de:

- cursos de pós-graduação, de treinamento e de atualização profissional;
- oficinas de capacitação docente;
- cursos de extensão.

São oferecidos aos professores, dentre outros, incentivos como:

- afastamento para cursar pós-graduação;
- auxílio financeiro e operacional para participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares científicos, educacionais e culturais;
- cursos de treinamento e atualização profissional;
- divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente.

10.2.3 Política de acompanhamento do docente

O Núcleo Docente Estruturante - NDE de cada curso acompanha os docentes na operacionalização do PPC do curso. Neste sentido, o Coordenador do curso (Presidente do NDE) articula-se com todos os professores, incentivando-

os e apoiando-os em todas as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, promove a criação de um ambiente acadêmica favorável à consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso e do PPC e incentivando a utilização de práticas pedagógicas inovadoras.

11 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

11.1 Coordenação de Curso

- Nome da Coordenadora: Mara Lígia Fernandes Costa
- Titulação: Doutora
- Tempo de experiência profissional no ensino superior: 13 anos
- Tempo de experiência profissional relevante na área profissional do curso: 15 anos

11.2 Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso de Licenciatura em História, órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, no âmbito do curso de graduação, é constituído dos seguintes membros:

- Coordenador de Curso;
- Professores que ministram disciplinas no Curso;

Um (1) representante do corpo discente do curso, escolhido pelos alunos do curso, com mandato de um (1) ano, admitida uma recondução por igual período e cumpridas as exigências do Parágrafo único do Art. 7º deste Regimento.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente, quando convocado pelo Diretor Acadêmico ou pelo Coordenador de Curso ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos membros que o constituem.

11.3 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), em atenção à Resolução CONAES Nº. 001/2010, é composto por:

Quadro 2: NDE do curso de Licenciatura Plena em História em 2023

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Edmundo Ximenes Rodrigues Neto	Doutor	DE
Ernani José Brandão Junior	Mestre	TI – 40h
Fábio Nadson B. Mascarenhas	Mestre	DE
Mara Lígia Fernandes Costa	Doutora	DE
Iraneide Soares da Silva	Doutora	DE

12 ESTRUTURA DA UESPI PARA A OFERTA DO CURSO

12.1 Infraestrutura física e de recursos materiais

A infraestrutura física destinada ao curso de licenciatura em História, inclui coordenação, secretaria acadêmica, espaços, equipamentos instalados e infraestrutura de informática.

12.1.1 Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica do campus Heróis do Jenipapo, possui metragem total de 83,20m², boa iluminação e acústica, ar-condicionado, wi-fi e é diariamente higienizada por equipe terceirizada de limpeza. O ambiente é adequadamente mobiliado e equipado, com data show, telefone, armários e mesas individuais por coordenadores de curso. Cada mesa contém cadeira acolchoada e computador individual conectado em rede a impressoras a laser. A coordenação conta com assistentes acadêmicos que dão suporte, fazem a recepção dos discentes/visitantes, preparam a agenda de atendimento dos coordenadores e auxiliam na organização de documentos relacionados aos cursos.

A secretaria possui espaços destinados à Direção do Campus, serviços de atendimento a comunidade interna e externa no âmbito dos registros acadêmicos, expedição e arquivamento de documentos e serviços de reprografia e protocolo. O ambiente possui boa iluminação e acústica. O Setor apresenta arquivo fixo para acondicionamento dos documentos acadêmicos. A Sala da Coordenação dos Cursos Superiores e de Registros Acadêmicos encontram-se no mesmo pavilhão, facilitando a comunicação e a interação dos servidores, bem como o bom andamento das atividades.

12.1.2 Biblioteca

O acervo bibliográfico atual da UESPI atende plenamente às exigências definidas pelo MEC. A biblioteca dispõe de 4.538 exemplares, com 4.499 livros, 10 dicionários, 07 atlas, 04 catálogos, 12 manuais, 06 guias. Desse total, 468 exemplares são da área de História. A biblioteca possui um bibliotecário responsável, três auxiliares de biblioteca e 1 estagiário para o suporte pessoal ao

seu funcionamento. O horário de funcionamento é das 08h às 22h de segunda a sexta-feira, e aos sábados das 08h às 12h e das 14h às 17h, sendo aberta a comunidade.

O acervo é renovado a cada semestre de acordo com o colegiado de cada curso solicitado pelos coordenadores e professores. O ambiente é climatizado e possui acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

No tocante à hemeroteca, a UESPI mantém assinatura de periódicos de informação geral nacional, além de coleções de publicações especializadas. O acervo é integrado, também, por vídeos educacionais, culturais e científicos.

A biblioteca disponibiliza ainda aos alunos e professores um acervo de software apropriado às disciplinas específicas dos cursos oferecidos. Desta forma, para atender o curso de Licenciatura em História, o acervo inicial da biblioteca será constituído pelos seguintes materiais:

- livros indicados como bibliografia básica e complementar das disciplinas dos dois primeiros anos do curso de História;
- obras de referência, periódicos nacionais e internacionais impressos e digitais;
- DVDs e softwares de História e áreas afins
- revistas de atualidades e jornais de circulação estadual e nacional.

O acervo inicial de periódicos para o Curso de História, com assinatura em formato impresso e on-line de revistas nacionais e internacionais

A biblioteca da UESPI dispõe de área total de 164,81m², distribuída em:

- Área do acervo bibliográfico com acesso livre aos alunos;
- Balcão com 02 (dois) terminais de consulta ao acervo;
- Balcão com 01 (um) terminais de auto empréstimo;
- 06 (seis) mesas para estudo coletivo.

O ambiente é climatizado, com boa iluminação natural e artificial. O acervo está informatizado – acervo, empréstimo e aquisição –, e está disponível para seus usuários com as seguintes facilidades:

- Acervo eletrônico (DVD – CD/ROM);
- Controle de movimentação de acervo (empréstimo/consultas/cobrança) com relatórios estatísticos;
- Integração com a área acadêmico-administrativa, possibilitando o efetivo controle na cobrança de livros não devolvidos;

A biblioteca conta atualmente com os seguintes equipamentos:

- 02 (dois) microcomputadores funcionando como servidor e conectado à Internet;
- 02 (dois) terminais para consulta local do acervo;
- Ambiente totalmente coberto pelo sistema Wi-Fi, gratuito ao aluno.

Para garantir um acervo atualizado e condizente com a demanda de seus cursos, a UESPI se utiliza de três formas de aquisição de material bibliográfico: compra, permuta e doação. Uma verba específica no orçamento da UESPI, com previsão de 2% dos recursos semestrais, é destinada para aquisição de livros, obras de referência, softwares, materiais audiovisuais e assinatura permanente de periódicos dos cursos.

Para as disciplinas que integram cada curso são adquiridos oito títulos, sendo três de natureza básica e cinco de natureza complementar, na proporção de um exemplar para cada grupo de nove alunos.

A indicação dos livros é de responsabilidade dos professores das disciplinas e sua aquisição se dá no semestre que antecede a oferta da disciplina, com exceção do acervo bibliográfico dos quatro primeiros semestres, que por recomendação da SESu/MEC/INEP são adquiridos antes do recebimento da comissão verificadora das condições institucionais existentes para funcionamento do curso, por ser item/indicador da avaliação.

No procedimento de permuta, a biblioteca está integrada a programas de intercâmbio existentes entre bibliotecas e instituições de pesquisa, no âmbito local, regional, nacional e internacional.

No que se refere às doações, a biblioteca investe em campanhas de incentivo de doação de material bibliográfico e audiovisual por professores, alunos, profissionais e instituições da comunidade

12.1.3 Salas de aula

As salas de aula são bem dimensionadas, climatizadas, de boa iluminação e acústica. Existe ainda uma área com bebedouros. Todas as salas de aula possuem mesa e cadeira acolchoada para o docente, e carteiras individuais para os discentes, quadro branco para pincel e equipamento multimídia de projeção. A higienização é realizada diariamente por equipe terceirizada de limpeza. O ambiente atende a todas as condições de salubridade.

12.1.4 Espaços

O curso de Licenciatura em História possui uma sala destinada aos grupos de estudos ligados as linhas de pesquisa do curso. A sala dos professores, espaço este onde o colegiado do curso se reuni periodicamente, as salas de aula e uma sala destinado a receber futuramente as instalações do laboratório de História com material para serem digitalizados.

13 PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

O planejamento econômico-financeiro dos cursos da UESPI inclui a previsão das receitas e despesas dos diversos cursos credenciados na instituição, sendo realizado com base nas especificações indicadas nas planilhas de custos constantes do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que estabelece os objetivos e as metas da UESPI pelo período de cinco anos, considerando a Missão, a Visão e os Valores da instituição.

Os recursos financeiros são previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA do Governo do Estado do Piauí e, cabe a Pró-reitoria de Planejamento e Finanças – PROPLAN trabalhar incessantemente no sentido de viabilizar a previsão e principalmente a execução orçamentária e financeira da UESPI. Para isso, é desenvolvida uma gestão junto ao Governo do Estado e demais órgãos administrativos e financeiros. Além disso, são realizadas captações de recursos

junto aos órgãos do Governo Federal, especialmente no Ministério da Educação – MEC.

As despesas de pessoal são estimadas com base nos salários de docentes e de técnico-administrativos da instituição. A remuneração dos professores é definida, conforme o Plano de Carreira Docente, com base na titulação e o regime de trabalho.

Os docentes também podem ser remunerados através do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, implementado na UESPI a partir de 2010, fomentando a oferta de Cursos de Educação Superior para os professores em exercício na rede pública de Educação Básica no Estado do Piauí. Essa ação possibilita que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

A UESPI também oferta cursos na modalidade à distância, financiados com recursos do governo federal destinados a programas e projetos de ampliação e interiorização do ensino superior público no Brasil na modalidade à distância.

A Universidade Estadual do Piauí conta com convênios com o governo federal em alguns programas específicos como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAEST) com recursos destinados a promover apoios à permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial viabilizando a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes de forma a contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de evasão. Esse programa oferece assistência à alimentação e transporte.

A Universidade Estadual do Piauí oferta o PIBID, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, tem por objetivo estimular a carreira docente nos cursos de licenciatura, através da Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários – PREX e parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

14 REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

A representação estudantil é valorizada na UESPI como forma de melhorar a dialogicidade entre a comunidade estudantil e a administração da IES. Só poderão exercer a representação estudantil alunos regularmente matriculados na UESPI. Esse exercício se materializa nos Centros Acadêmicos - CA que se constituem em espaços de discussão, análise e reivindicações. Esses espaços são incentivados e ofertados pela UESPI na forma de salas com a infra-estrutura mínima necessária ao funcionamento do CA.

O exercício de qualquer função de representação estudantil ou dela decorrente não eximirá o aluno do cumprimento de seus deveres acadêmicos para integralização do curso.

15 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento de egressos na UESPI é feito através da avaliação institucional, bem como por meio de questionários aplicados aos empregadores, quando estes opinam sobre o papel social dos Cursos, o perfil técnico-científico, político e ético do egresso.

A Instituição oferta cursos de pós-graduação e formação continuada e garante aos egressos situações diferenciadas de acesso e permanência, assim como garante o seu acesso à Biblioteca e à participação em palestras e eventos técnico-científicos.

Está sendo, ainda, articulado um Projeto de Extensão Permanente que cria o Fórum Anual de Egressos da UESPI denominado “Filhos da UESPI: onde estão? O que fazem?”.

16 AVALIAÇÃO

16.1 Avaliação de aprendizagem

A avaliação de aprendizagem escolar está regulamentada pela resolução CEPEX N°. 012/2011 e pela Subseção VII do Regimento Geral da UESPI. É feita por disciplina e resguarda a autonomia docente.

A frequência às aulas e demais atividades escolares, é permitida apenas aos matriculados, naquele curso e disciplina, é obrigatória, sendo vedado, em qualquer circunstância, o abono de faltas, exceto nos casos previstos em lei.

Independentemente dos demais resultados obtidos é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência a, no mínimo, 75% das aulas e demais atividades programadas para cada disciplina.

A verificação da presença com conseqüente registro da frequência é obrigatória, de responsabilidade do professor, e deve ser realizada no início de cada aula.

O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos no conjunto de avaliações de cada disciplina.

Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares sob a forma de provas escritas, testes e demais trabalhos, bem como julgar-lhes os resultados. As provas escritas visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e, de acordo com o Art. 66 do Regimento da IES deverão:

- ser em número de duas para as disciplinas com carga horaria inferior a 60H;
- ser, nas disciplinas com carga horaria igual ou superior a 60H, em número de 3 avaliações.

O exame final realizado após o período letivo regular, isto é, após o cumprimento dos dias letivos semestrais estabelecidos pela legislação em vigor, visa à avaliação da capacidade do domínio do conjunto da disciplina e deverá abranger todo o assunto ministrado pelo professor da disciplina ao longo do período letivo.

A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez).

Ressalvado o disposto na lei, atribui-se nota 0 (zero) ao aluno que deixar de submeter-se à verificação prevista, na data fixada, bem como ao que nela

utilizar-se de meio fraudulento detectado, seja quando da realização da ação irregular, seja através da sua comprovação a posterior.

Ao aluno que deixar de comparecer à verificação regular na data fixada, pode ser concedida oportunidade de realizar uma Segunda Chamada da avaliação, através de solicitação do interessado, estritamente de acordo com normatização interna, e válida a partir do início das aulas imediatamente subsequente à sua edição.

É permitida a revisão de provas, desde que solicitada pelo interessado, de acordo com os prazos e a forma estabelecida em normatização específica, elaborada pelo CEPEX.

O aluno reprovado por não ter alcançado, seja a frequência, seja a média final de curso mínima exigida, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento, estabelecidas neste Regimento.

É promovido ao período letivo seguinte o aluno que não for reprovado em menos de três disciplinas do período letivo cursado. O aluno promovido em regime de dependência, ou seja aquele que for reprovado em pelo menos uma e no máximo duas disciplinas de um período letivo, deverá matricular-se obrigatoriamente nas disciplinas em que foi reprovado, e também, obrigatoriamente, nas disciplinas do período para o qual foi promovido, condicionando-se à matrícula nas disciplinas do novo período à compatibilidade de horários, aplicando-se a todas as disciplinas as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidos nos artigos anteriores.

Para fins de aprovação na disciplina, observa-se-á o disposto nos Artigos 1º. e 2º. da Resolução CEPEX Nº 012/2011 que definem o registro das avaliações em escala de 0 (zero) a 10 (dez), com os seguintes resultados:

- De 0 a 3,9 – aluno reprovado;
- De 4 a 6,9 – aluno de exame final;
- De a 7,0 a 10,0 - aluno aprovado por média.

A UESPI adotará formas alternativas de avaliação que favoreçam o desenvolvimento inter e multidisciplinar. A UESPI, ainda, verificará a cada semestre o rendimento do aluno durante o processo, ou seja, no transcorrer do semestre ou no momento em que o assunto está sendo lecionado não de forma isolada, mas conjunta, ou seja, as avaliações abrangem o conjunto de conhecimentos que está sendo e/ou foi ministrado.

16.2 Avaliação institucional

A Comissão Própria de Avaliação - CPA da Universidade Estadual do Piauí-UESPI está instituída de acordo com o inciso I, parágrafo 2º do art. 7º da Portaria MEC nº 2.051/2004, validada institucionalmente pela Portaria UESPI Nº 0243/2020 sendo composta pelos seguintes membros:

- 1. Representantes docentes:** Maria Rosário de Fátima Ferreira Batista – Presidente, Elenita Maria Dias de Sousa Aguiar - Vice-presidente, Irene Bezerra Batista, Edileusa Maria Lucena Sampaio, Ana Cristina Meneses de Sousa e Maria de Fátima Veras Araújo.
- 2. Representantes dos servidores Técnico – Administrativos:** Aline de Carvalho Amorim e Cassandra Maria Martins Veloso de Carvalho.
- 3. Representantes dos discentes:** Daniela Ferreira Pereira e Aline de Lima Santos.
- 4. Representantes da Sociedade Civil Organizada:** Almerinda Alves daSilva (CUT) e Josivaldo de Sousa Martins (SINTE).

A UESPI optou pela avaliação institucional anual, processo que permite a tomada de decisão no ajuste de ações visando a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Avaliação Institucional está incorporada ao cotidiano da Instituição, de maneira a criar uma cultura de avaliação. Todos os que fazem a UESPI colaboram ativamente com as atividades de avaliação, de maneira a tornar o processo participativo, coletivo, autônomo, livre de ameaças, crítico e transformador dos sujeitos envolvidos e da Instituição.

Dessa forma, todos participam do processo de Avaliação Institucional, dando sua opinião sobre aspectos positivos, negativos, problemas e apontando soluções, de modo a promover um crescente compromisso dos sujeitos envolvidos com o Projeto Institucional da UESPI.

Seus objetivos voltam-se basicamente para:

- promover a permanente melhoria das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão no âmbito da UESPI.
- aperfeiçoar o projeto político-pedagógico da UESPI.
- propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas da pesquisa, ensino, extensão e da gestão.
- fazer um diagnóstico permanente das atividades curriculares e extra-curriculares, a fim de verificar de que maneira elas atendem as necessidades do mercado de trabalho.
- propor mudanças do projeto pedagógico ouvindo os alunos, professores e funcionários técnico-administrativos e estimulando-os a participarem ativamente do processo.

16.3 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História do Campus Heróis do Jenipapoé avaliado pelo Conselho Estadual de Educação – CEE (PI) nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, conforme instrumentos e indicadores do CEE. As avaliações implicam em ajustes do PPC com o intuito de melhorar sua aplicabilidade.

No âmbito da UESPI, o PPC é avaliado e atualizado pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE), desde a sua elaboração até a execução do ciclo completo de formação do profissional, tanto com a análise dos indicadores - avaliação de disciplina, professores, recursos, metodologias, estrutura física, dentre outros – quanto ao produto – desempenho, alcance do perfil pretendido – incluindo também a participação nos processos de auto-avaliação institucional, conforme diretrizes da IES.

16.4 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

A Coordenação do Curso de Licenciatura em História do Campus Heróis do Jenipapo da UESPI se articula com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) para promover as ações decorrentes da auto-avaliação institucional, baseadas no relatório anual da CPA. Além disso, os relatórios gerados pelas Comissões de verificação *in loco* (avaliação externa) são contemplados com uma análise geral para a criação de ações de saneamento das deficiências apontadas. O desempenho dos alunos no ENADE é balizador de uma série de ações que envolvem:

- Oficinas com coordenadores e NDE dos cursos para atender solicitações de ajustes realizadas pelo Conselho Estadual de Educação – CEE (PI).
- Capacitação discente para a compreensão do ENADE realizada pela PREG junto aos cursos que farão ENADE;
- Oficina de capacitação docente para a elaboração de itens no padrão BNI/ENADE realizada pela PREG uma vez por ano.

Dessa forma as ações desenvolvidas como resultado dos processos de avaliação, estão incorporadas ao cotidiano do curso (CPC, ENADE, Avaliação externa e autoavaliação) de uma forma integrada e articulada com a Coordenação de curso, Diretoria e CPA.

16.5 Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs

O curso de Licenciatura em História do Campus Heróis do Jenipapo da UESPI entende as TICs como uma importante ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a UESPI disponibiliza a utilização de Projetores Multimídias para o desenvolvimento de aulas teórico-práticas, computadores com acesso a internet (laboratório de informática e biblioteca), dentre outros.

A UESPI possui, ainda, um Ambiente Virtual de Aprendizagem, baseado no MOODLE, formatado para o desenvolvimento de atividades didáticas dos seus cursos reconhecidos (Portaria 4.059/2004). Para os cursos que ainda não possui

portaria de reconhecimento, as atividades de ensino-aprendizagem nesse ambiente, serão implementadas apenas após o reconhecimento do curso.

A operacionalização das TICs no âmbito dos cursos é feita pelo Núcleo de Educação a Distância – NEAD da UESPI a partir de demandas oriundas das coordenações de curso. O NEAD realiza oficinas periódicas de capacitação docente e discente para as TICs na forma de dois projetos permanentes de Extensão.

16.5.1 Oferta de disciplinas em Educação à Distância (EaD)

O presente Projeto Político do Curso de Licenciatura em História não ofertará disciplinas na modalidade EaD, sendo, portanto, estritamente presencial.

ANEXOS

Metodologia Científica - 60h	Metodologia da Pesquisa Histórica - 60h	Metodologia da Pesquisa Histórica - 60h	Metodologia Científica - 60h	Metodologia Científica - 60h	Metodologia Científica - 60h	Metodologia Científica - 60h
Ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena - 90h	Ensino de História afro-brasileira e indígena - 90h	História da Cultura afro-brasileira e indígena - 90h	Ensino de História afro-brasileira e indígena - 90h	Ensino de História afro-brasileira e indígena - 90h	História e cultura africana, afro-brasileira e indígena - 90h	História e Cultura Afrobrasileira e Indígena - 90h
Educação e TIC's - 90h	Educação e TIC's - 90h	Educação e TIC's - 90h	Ensino de H. e tecnologias educacionais - 90h	Educação e TIC's - 90h	Educação e TIC's - 90h	Educação e TIC's - 90h
História. Educação Brasileira - 60h	História. Educação Brasileira - 60h	História da Educação - 60h	História da Educação - 60h	História da Educação Brasileira - 60h	História da Educação Brasileira - 60h	História da Educação - 60h
LIBRAS - 60h	LIBRAS - 60h	LIBRAS - 60h	LIBRAS - 60h	LIBRAS - 60h	LIBRAS - 60h	LIBRAS - 60h
Optativa em Educação - 60h	Tópicos Especiais em Educação I - 60h	Tópico Especial em Educação I - 60h	Tópicos em educação - 60h	Tópicos Especiais em Educação I - 60h	Tópicos Especiais em Educação I - 60h	Tópicos Especiais em Educação I - 60h

Estágio Supervisionado Obrigatório - 400h	Estágio Supervisionado Obrigatório - 400h	Estágio Supervisionado Obrigatório - 400h	Estágio Supervisionado Obrigatório - 400h	Estágio Supervisionado Obrigatório - 400h	Estágio Supervisionado Obrigatório - 400h	Estágio Supervisionado Obrigatório - 400h
História Contemporânea I - 90h	História Contemporânea I - 90h	História Contemporânea I - 90h	História Contemporânea I - 90h	História Contemporânea I - 90h	História Contemporânea I - 90h	História Contemporânea I - 90h
História Contemporânea II - 60h	História Contemporânea II - 60h	História Contemporânea II - 60h	História Contemporânea II - 60h	História Contemporânea II - 60h	História Contemporânea II - 60h	História Contemporânea II - 60h
História do Brasil I - 90h	História da América Portuguesa - 90h	História da América Portuguesa - 90h	História da América Portuguesa - 90h	História do Brasil I - 90h	História do Brasil Colonial - 90h	História da América Portuguesa - 90h
História do Tempo Presente - 90h	História do Brasil Republicano II - 90h	História do Brasil Republicano II - 90h	História do Brasil Republicano II - 90h	História do Brasil IV - 90h	História do Brasil Republicano II - 90h	História do Brasil contemporâneo - 90h

História da África - 60h	História da África - 60h	História da África - 60h	História da África - 60h	História da África - 60h	História da África - 60h	História e Historiografia da África - 60h
História da América I - 60h	História da América I - 60h	História da América I - 60h	História da América I - 60h	História da América I - 60h	História da América I - 60h	História da América I - 60h
História da América II - 90h	História da América II - 90h	História da América II - 90h	História da América II - 90h	História da América II - 90h	História da América II - 90h	História da América II - 90h
História do Piauí - 90h	História do Piauí I - 90h	História do Piauí I - 90h	História do Piauí I - 90h	História do Piauí I - 90h	História e Historiografia do Piauí I - 90h	História e historiografia do Piauí I - 90h
Teoria e Metodologia da História I - 90 h	Introdução aos Estudos Históricos - 90h	Introdução aos Estudos Históricos - 90h	Introdução aos Estudos Históricos - 90h	Introdução aos Estudos Históricos - 90h	Introdução aos Estudos Históricos - 90h	Introdução aos Estudos Históricos - 90h
Teoria e Metodologia da História II - 60h	Teorias e Metodologias da História I - 60 h	Teorias e Metodologias da História I - 60h	Teorias e Metodologias da História - 60h	Teorias e Metodologias da História I - 60h	Teoria e Metodologia da História I - 60h	Teoria e Metodologia da História I - 60 h

Teoria e Metodologia da História III - 60h	Teorias e Metodologias da História II - 60h	Teorias e Metodologias da História II - 60h	Teorias e Metodologias II - 60h	Teorias e Metodologias da História II - 60h	Teoria e Metodologia da História II - 60h	Teoria e Metodologia da História II - 60 h
TCC I - 60h	TCC I - 60h	TCC I - 60h	TCC I - 60h	TCC I - 60h	TCC I - 60h	TCC I - 60h
TCC II - 60h	TCC II - 60 h	TCC II - 60 h	TCC II - 60h	TCC II - 60 H	TCC II - 60h	TCC II - 60 h
ACE's - 320h	ACE's - 320h	ACE's - 320h	ACE's - 320h	ACE's - 320h	ACE's - 320h	ACE's - 320h

Carga Horária Total:	3.520 horas	100%
Carga Horária Equivalente:	2.490 horas	70,7%



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
Rua João Cabral, 2231 Norte - Bairro Pirajá, Teresina/PI, CEP 64002-150
Telefone: - <https://www.uespi.br>

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO CEPEX 003/2021

Teresina (PI), 10 de fevereiro de 2021.

Aprova o Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

O MAGNÍFICO REITOR E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089-000250/2021-50;

Considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX em Reunião Ordinária do dia 04 de fevereiro de 2021,

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar as normas do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC que vem a ser um componente curricular obrigatório formado por um grupo de disciplinas, envolvendo desde a produção do projeto de pesquisa até a conclusão do TCC; e que tem por objetivo o desenvolvimento de um trabalho acadêmico e científico realizado pelo discente, individualmente ou em dupla, apresentado na forma de Monografia, Artigo ou Relatório Técnico-Científico.

§ 1º - Cada curso de graduação definirá, no Projeto Pedagógico do Curso - PPC, as modalidades de TCC, conforme a natureza e o perfil do profissional que se pretende formar.

§ 2º - A elaboração do TCC implica rigor metodológico e científico, organização e contribuição para a ciência e para a sociedade.

§ 3º - Em qualquer das modalidades de TCC, mencionadas no *caput* deste artigo, a estrutura formal deve seguir os critérios estabelecidos no Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UESPI, disponibilizado pela Biblioteca Central desta Instituição de Ensino Superior, as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e/ou as diretrizes especificadas nos PPC dos Cursos.

Art. 2º - Cada curso de graduação oferecerá um grupo de pelo menos duas disciplinas obrigatórias de orientação de TCC previstas no PPC. A primeira, objetiva fornecer instrumental teórico-metodológico para elaboração do Projeto de Pesquisa, ofertada até o antepenúltimo período de cada curso.

A segunda, voltada à conclusão da redação do TCC, sua apresentação diante da Banca Examinadora e entrega da versão final do TCC, ofertada até o último período do curso.

§ 1º - Para o curso de graduação em Medicina, o grupo de disciplinas alusivas a este componente curricular deve ser cursado antes do ingresso do discente no Internato.

DOS OBJETIVOS

Art. 3º - São objetivos do TCC:

I - Sistematizar e interpretar conhecimentos adquiridos ao longo do curso;

II - Familiarizar, ou ampliar a familiaridade, do discente com a metodologia de pesquisa, seus procedimentos básicos, técnicas e normas de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;

III - Despertar ou aprofundar o interesse do discente pela pesquisa estimulando o espírito investigativo e a construção do conhecimento de forma individual e coletiva;

IV - Desenvolver habilidades de análise, interpretação, compreensão de fatos e fenômenos, de expressão oral e escrita que possibilitem a fundamentação de ideias e propostas;

V - Desenvolver a capacidade de aplicação de forma integrada dos conhecimentos durante a execução do trabalho científico;

VI - Propiciar a inter-relação de conteúdos das disciplinas estudadas com experiências cotidianas, dentro ou fora da instituição, contribuindo para que o discente perceba-se como protagonista de uma intervenção social positiva.

DO PLANEJAMENTO DO TCC

Art. 4º - Para a realização do TCC devem ser observadas as seguintes etapas:

I - Elaboração e avaliação de um projeto de pesquisa, com definições sobre a orientação e/ou co-orientação;

II - Execução com desenvolvimento e construção da pesquisa;

III - Redação, apresentação a uma Banca Examinadora e entrega da versão final do trabalho.

Art. 5º - A etapa de elaboração e avaliação do projeto de pesquisa é definida em conformidade com a organização curricular de cada curso que deverá prever o bloco do curso em que essa etapa será realizada.

§ 1º - Caso o projeto de pesquisa envolva seres humanos direta ou indiretamente conforme versa a Resolução CONEP Nº 466/2012 e Nº 510/2016 o(a) aluno(a) e seu(sua) orientador(a) deverão buscar as condições para sua execução, mediante autorização do Comitê de Ética em Pesquisa.

§ 2º - Caso o projeto de pesquisa envolva animais direta ou indiretamente conforme versa a Lei Nº 11.794/2008 o(a) aluno(a) e seu(sua) orientador(a) deverão buscar as condições para sua execução, mediante a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa no Uso de Animais.

§ 3º - O projeto de pesquisa aprovado na disciplina específica de cada curso deve ser enviado imediatamente ao Comitê de Ética correspondente, conforme explicitado nos §1º e §2º deste artigo.

Art. 6º - A etapa de elaboração e avaliação do projeto de pesquisa acontecerá até o antepenúltimo bloco do curso e as etapas referentes ao desenvolvimento, construção e defesa do TCC ocorrerão nos dois últimos blocos do curso, com sua defesa até o último bloco, sob a supervisão do(a) Professor(a) Titular da disciplina de TCC, do(a) Professor(a) orientador(a) do trabalho e co-orientador(a) quando houver e a Banca Examinadora.

§ 1º - As etapas descritas neste artigo deverão seguir cronograma específico no curso de Medicina em função da demanda curricular relativa ao Internato.

§ 2º - As etapas descritas nos incisos I e III do artigo 4º serão realizadas sob o acompanhamento do(a) Professor(a) orientador(a) de TCC e do(a) Professor(a) titular das disciplinas deste componente curricular.

§ 3º - A etapa descrita no inciso II do artigo 4º será realizada sob o acompanhamento do(a) Professor(a) orientador(a) de TCC.

§ 4º - O Núcleo Docente Estruturante do curso poderá estabelecer formas de controle e registro da orientação ao TCC, nas etapas de que trata o artigo 4º, devendo estar presente no PPC de cada Curso.

DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO TCC

Art. 7º - A estrutura funcional do TCC compreende:

I - Colegiado de curso;

II - Coordenador(a) de curso;

III - Professor(a)(es) titulares dos componentes curriculares do TCC;

IV - Professor(a) orientador(a) e

V - Professor(a) co-orientador(a), quando houver.

VI - Discente

§ 1º - Os orientadores de TCC deverão ser professores(as) do quadro da UESPI, com titulação mínima de especialização, podendo o colegiado de curso aprovar nomes de professores(as) de outras IES e/ou pesquisadores(as) vinculados a Grupos e/ou Centros de Pesquisa.

§ 2º - Cada orientador(a) deverá, no máximo, orientar cinco trabalhos simultaneamente, com distribuição igualitária entre os docentes em regime de 40h ou Dedicção Exclusiva, uma vez que a Resolução CEPEX 039/2017 prevê disponibilidade de carga horária docente para orientação de pesquisas. Somente em casos especiais e conforme Projeto Pedagógico de cada Curso poderá exceder este número, desde que seja imprescindível e aprovado pelo colegiado de curso.

§ 3º - Conforme prevê a Resolução CEPEX 039/2017, no seu Quadro 2, Item 8, para efeitos de encargos docentes, cada trabalho de orientação de TCC corresponde a uma hora de atividade complementar.

Art. 8º - Compete ao Colegiado de Curso:

I - Orientar suas decisões cumprindo e fazendo cumprir as normas específicas desta Resolução;

II - Proceder o levantamento das linhas e/ou temáticas de pesquisa dos docentes com vagas disponíveis para o TCC e aprová-las para a comunicação ao corpo discente na disciplina pertinente à produção do projeto de pesquisa;

III - Aprovar as normas do TCC presente no PPC observando as disposições desta Resolução;

IV - Apreciar e aprovar o cronograma de atividades de desenvolvimento dos componentes curriculares do TCC, elaborado pelo(a) professor(es)(as) titulares das disciplinas, em conformidade com o Calendário Acadêmico da IES;

V - Aprovar a relação dos professores(as) e/ou pesquisadores(as) orientadores(as) externos à IES;

Art. 9º - Compete ao Coordenador de Curso:

I - Informar ao colegiado de curso e aos docentes titulares das disciplinas de TCC quais professores(as) estão aptos à orientação dos trabalhos de conclusão, no início de cada período letivo;

II - Tomar, em primeira instância, todas as decisões e medidas necessárias, cumprindo e fazendo cumprir, as normas específicas desta Resolução;

III - Convocar os(as) professores(as) orientadores(as) quando necessário para participarem de reuniões acerca do processo de desenvolvimento dos TCCs.

IV - Encaminhar para apreciação e decisão do Colegiado do Curso os casos especiais ou excepcionais quando houver;

V - Organizar sobre atos, procedimentos e processos acadêmicos, em grau de recurso para posterior apreciação ao Colegiado de Curso.

VI – Encaminhar as versões finais dos TCCs (digital e impressa) devidamente encadernados à Biblioteca Central da IES.

Art. 10º - São atribuições dos(as) Professores(as) Titulares das disciplinas do TCC:

I - Elaborar o cronograma das atividades de desenvolvimento do TCC

II - Informar e orientar os alunos sobre a sistemática normativa do TCC;

III - Executar e/ou supervisionar as decisões administrativas e medidas necessárias ao efetivo cumprimento desta Resolução e das deliberações do Colegiado de Curso;

IV - Sugerir ao Colegiado do Curso medidas que visem ao aprimoramento das atividades do TCC;

V - Auxiliar a Coordenação do Curso nas reuniões com os(as) professores(as) orientadores(as) durante o desenvolvimento das disciplinas de TCC com vista à melhoria do processo como um todo.

VI – Preparar as fichas de avaliação, atas e declarações necessárias à realização da Banca Examinadora. Receber de cada banca examinadora todas as fichas de avaliação e a Ata assinada pelos membros da banca, e entregar as declarações de participação aos membros da Banca.

VII – Entregar todas as atas e as versões finais dos TCCs conforme normas estabelecidas no PPC à Coordenação de Curso.

Art. 11º - São atribuições do(a) Professor(a) Orientador:

I - Participar das reuniões relacionadas ao TCC;

II - Orientar a elaboração do TCC em encontros periódicos, previamente agendados com o orientando;

III - Ler e acompanhar as versões preliminares e sugerir ao aluno refazer ou completar os itens que se fizerem necessários;

IV - Participar de bancas de apresentação de TCC para as quais estiver designado(a);

V - Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes ao TCC.

VI - Elaborar e organizar a composição das bancas examinadoras do TCC observando o regimento interno, quando houver.

Art. 12º – São atribuições do(a) aluno(a) no processo de elaboração do seu TCC:

I - Participar das reuniões convocadas pelo(a) professor(a) titular da disciplina ou pelo(a) seu Orientador(a) e/ou Co-orientador(a) (se houver) nos horários pré-estabelecidos;

II - Manter contatos periódicos com o(a) professor(a) orientador(a) para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;

III - Cumprir os prazos estabelecidos no cronograma da disciplina e aprovados em Colegiado para entrega de projetos e a versão final do TCC;

IV - Elaborar o projeto de pesquisa, etapas intermediárias e a versão final do TCC de acordo com orientações do(a) professor(a) orientador(a) e das normas estabelecidas no §3º, do art. 1º desta Resolução;

V - Submeter o TCC à avaliação prévia do(a) professor(a) orientador(a) visando obter deste as devidas correções e/ou sugestões em todas as etapas de sua elaboração;

VI - Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentação e/ou defesa da versão final do TCC, conforme a sistemática de apresentação definida pelo Curso;

VII – Entregar a versão final do TCC de acordo com as normas estabelecidas pelo Curso no prazo determinado pelo cronograma da disciplina de TCC.

DA BANCA EXAMINADORA E DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 13º- A apresentação do TCC será uma sessão pública, exceto aquelas que envolvem defesa de Patente.

Art. 14º - A banca examinadora será constituída pelo(a) Professor(a)-orientador(a) presidente da mesma e outros dois professores da UESPI e/ou externos à IES.

Art. 15º - O (a) professor(a) titular da disciplina de TCC somente marcará a apresentação do trabalho, após a aprovação do mesmo, pelo(a) Professor(a)-orientador(a).

Parágrafo único - A data, a hora e o local de apresentação do TCC serão definidos conforme a disponibilidade dos participantes da Banca.

Art. 16º - O discente deverá entregar o TCC em três vias (em meio digital ou impresso), ao(a) professor(a) orientador do TCC, para ser repassado aos demais membros da Banca Examinadora, no mínimo com 15 dias antes da data marcada para a apresentação do trabalho.

Art. 17º - O aluno disporá do tempo mínimo de 20 minutos e no máximo de 30 minutos para apresentação do TCC, após a apresentação, a Banca terá 60 minutos para arguições. Posteriormente, o aluno deverá responder aos questionamentos e/ou considerar as sugestões da Banca Examinadora.

Art. 18º - Os membros da banca examinadora devem atribuir nota de avaliação, de zero a dez, ao Trabalho de Conclusão de Curso, levando-se em consideração:

- I - Os aspectos relativos ao conteúdo, considerando a relevância da pesquisa;
- II - Seu aspecto redacional, considerando a linguagem, coerência e coesão textual;
- III - A capacidade de análise e síntese;
- IV - O atendimento às normas previstas no §3º, do art. 1º desta Resolução;
- V - A apresentação do aluno, nos aspectos de clareza, fluência e coerência com o trabalho escrito.

§ 1º - Será considerado aprovado, na apresentação e defesa do TCC diante da Banca Examinadora, o aluno que obtiver média aritmética, das notas atribuídas pelos membros da Banca, igual ou superior àquela estabelecida no Regimento Geral da UESPI.

§ 2º - Se no dia da apresentação do TCC, a Banca Examinadora considerar que o trabalho necessita de melhorias/correções para sua aprovação, poderá sugerir que o aluno o apresente posteriormente, em prazo de 30 dias;

§ 3º - É **facultada** a escrita da nota na ata de defesa, podendo constar apenas os termos aprovado ou não aprovado, devendo, neste caso, a ata ser acompanhada por Ficha de Avaliação dos membros da banca constando a nota dada ao trabalho.

Art. 19º - O aluno que não entregar o TCC no prazo estabelecido pelo cronograma da disciplina (versão para a avaliação da Banca e a versão final), ou não comparecer para sua apresentação e defesa oral na data marcada, está reprovado na disciplina relativa ao TCC.

Art. 20º - Até 15 dias, após apresentação, o aluno deverá realizar as correções sugeridas pela Banca Examinadora e entregar um exemplar no formato digital e um exemplar impresso ao professor titular da disciplina de TCC, sendo esta, uma exigência para a finalização da disciplina pelo aluno.

§ Único – Acompanhada de uma carta de anuência, assinada pelo orientador, atestando que as alterações indicadas pela banca foram realizadas e que está autorizando a entrega do TCC.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21º - Nos PPCs de cada Curso deverão constar os seguintes dados sobre o TCC:

I - Modalidades de TCC e seus objetivos;

II - Normas para elaboração do TCC;

III - Outras atribuições do professor Titular da disciplina de TCC, do Professor Orientador, da Banca Examinadora e do Orientando, além das previstas nesta Resolução;

IV- Critérios de avaliação, obedecendo ao que dispõe o Regimento Geral da UESPI.

Art. 22º - Os custos da elaboração e apresentação do TCC são de responsabilidade do discente.

Art. 23º - Os casos omissos desta Resolução serão resolvidos, em primeira instância, pelo Colegiado do Curso e, em segunda instância, pelo Conselho de Unidade ou Centro.

Art. 24º - A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, sempre que necessário, poderá expedir normas administrativas e instruções visando o desenvolvimento das atividades de TCC.

Art. 25º - O anexo A é parte integrante desta Resolução.

Art. 26º - Os casos omissos serão resolvidos pela PREG/UESPI.

Art. 27º - Esta Resolução revoga a Resolução CEPEX N° 014/2011.

Art. 28º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – SE, PUBLIQUE - SE E CUMPRA – SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA

Presidente do CEPEX

ANEXO A

ATA DE APRESENTAÇÃO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, às _____ horas, na sala número _____ do setor/Campus _____ - UESPI, na presença da banca examinadora, presidida pelo(a) professor(a) _____

_____ e composta pelos seguintes membros:

1) _____ e _____

2) _____, o aluno(a) _____

_____ apresentou o Trabalho de Conclusão do Curso de _ Graduação em _____ como elemento curricular indispensável à Colação de Grau, tendo como título: _____.

A Banca Examinadora reunida em sessão reservada deliberou e decidiu pelo resultado (Aprovado ou Reprovado) _____ ora formalmente divulgado ao aluno e aos demais participantes, e eu professor(a) _____ na qualidade de professor titular da disciplina de TCC lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos membros da Banca Examinadora e pelo(a) aluno(a) apresentador(a) do trabalho.

OBS. _____.

Assinaturas:

1 – Professor titular da disciplina de TCC

2 - Presidente da Banca Examinadora

3 - Membro da Banca

4 - Membro da Banca

5 - Aluno(a)



Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO ALBERTO DE SOUSA - Matr.0268431-4, Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**, em 10/02/2021, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1160753** e o código CRC **60BD4707**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00089.000250/2021-50

SEI nº 1160753



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
Rua João Cabral, 2231 Norte - Bairro Pirajá, Teresina/PI, CEP 64002-150
Telefone: - <https://www.uespi.br>

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO CEPEX 004/2021

Teresina (PI), 10 de fevereiro de 2021.

Regulamenta os Estágios dos cursos de Graduação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

O MAGNÍFICO REITOR E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de discentes;

Considerando o parágrafo único do Art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe “Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos discentes regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição”; e,

Considerando a necessidade de normatização e definição de diretrizes que oriente a efetivação dos Estágios para os cursos de Graduação da UESPI;

Considerando o processo nº 00089-000250/2021-50;

Considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX em Reunião Ordinária do dia 04 de fevereiro de 2021,

RESOLVE

Art. 1º Regular os Estágios realizados por discentes da UESPI, normatizar a sua execução, coordenação, acompanhamento e avaliação nos termos desta Resolução.

TÍTULO I

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO

Art. 2º Estágio é ato educativo escolar e profissional supervisionado, intencionalmente assumido pelas escolas, empresas e organizações parceiras, que visa à preparação para o trabalho produtivo de discentes que estejam regularmente matriculados nos Cursos de Graduação da UESPI.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos dos Estágios:

I - Viabilizar experiências profissionais diversificadas na(s) área(s) de abrangência do curso, por meio de atividades planejadas, orientadas e avaliadas, compreendidas como meios de aprimoramento da formação acadêmica e profissional.

II - Constituir ambiente propício de articulação teoria-prática na efetivação da formação de profissionais críticos, criativos, com postura ética e compromisso social.

CAPÍTULO III DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 4º O Estágio poderá ser **Obrigatório** ou **Não Obrigatório**, conforme determinação da modalidade e área de ensino, das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN estabelecidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPC.

§ 1º Estágio Obrigatório é aquele vinculado ao PPC, compõe componente curricular obrigatório da graduação, como requisito à sua integralização;

§ 2º Estágio Não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional formativa, com possibilidade de equivalência de horas para Atividades Acadêmicas, Científico-Culturais (AACC's);

§ 3º Para o Estágio Obrigatório, o estagiário poderá ou não receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada;

§ 4º Para o Estágio Não Obrigatório, o estagiário receberá bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, bem como o auxílio-transporte;

§ 5º Em qualquer modalidade de estágio é vedada a compensação de ausência através de atividades domiciliares, conforme §2º Art. 76, do Regimento Interno da UESPI, exceto em situações excepcionais de calamidade pública;

§ 6º As faltas do discente durante o período de Estágio são passíveis de justificativas e reposições, em caso de doenças infectocontagiosas, hospitalização, óbito de cônjuge, parentes próximos e por solicitação judicial;

§ 7º A jornada semanal e carga horária diária para o Estágio Obrigatório deve ser estabelecida pelo PPC. Para o Estágio Não Obrigatório, a jornada semanal deve ser de, no máximo 30 horas, e carga horária diária, no máximo de 6 horas.

§ 8º As atividades previstas no Estágio Obrigatório, componente curricular, permitem avaliar a experiência de estágio, de acordo com os objetivos fixados no PPC, atribuindo nota a ser lançada no diário da disciplina.

TÍTULO II**DAS CONDIÇÕES PARA DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO****CAPÍTULO IV****DO CAMPO DE ESTÁGIO E DA JORNADA DE ESTÁGIO**

Art. 5º Os Estágios serão realizados nas seguintes condições:

§ 1º O Estágio Obrigatório será realizado no município sede do Curso. Somente, quando a sede de funcionamento do Curso não comportar a demanda para a realização do Estágio, este poderá ocorrer em municípios circunvizinhos. Sob estas condições, o Colegiado do Curso analisará os critérios e as condições de orientação do estágio;

§ 2º O Estágio Não Obrigatório poderá ser realizado em qualquer município / Estado, desde que seja garantida a supervisão por parte da empresa conveniada.

Art. 6º O Estágio Obrigatório serão organizados da seguinte forma:

§ 1º Atividade de orientação individual, ocorre quando cada discente é supervisionado por seu professor orientador ao executar o estágio;

§ 2º Atividade de orientação coletiva, ocorre quando o professor orientador orienta um grupo de discentes em atividades de estágio.

Art. 7º O Estágio poderá ser ofertado por Instituições caracterizadas:

I - Por entidades jurídicas de direito privado;

II - Por órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - Por meio dos profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional;

IV - Pela UESPI.

Parágrafo único: Os Campos de Estágio deverão possuir infraestrutura de recursos humanos, tecnológicos e/ou material compatíveis com a demanda da atividade de Estágio, o que será informado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) e/ou à Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários (PREX) pelo interessado, no momento da solicitação de celebração de convênio.

Art. 8º A jornada das atividades e a vigência dos estágios devem estar previstas nos termos de compromissos, em conformidade com a Lei do Estágio n.º 11.788/2008 e os PPC's.

CAPÍTULO V**DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA**

Art. 9º Para a realização dos estágios os/as discentes deverão apresentar, no caso do Estágio Obrigatório, **ao professor da disciplina** e, no caso do Estágio Não-Obrigatório, **ao setor competente** os

seguintes documentos:

1. Ficha de inscrição preenchida (exclusivo para o Estágio Obrigatório);
2. Comprovante de matrícula (exclusivo para o Estágio Obrigatório);
3. Termo de Compromisso em três vias, assinado e carimbado pelo representante legal da empresa concedente, estagiário, professor da disciplina (Estágio Obrigatório), Direção dos *Campi* e/ou do responsável pela Divisão de Estágio Obrigatório/DAP/PREG (Estágio Obrigatório), Direção dos *Campi* e/ou do responsável pelo Departamento de Assuntos Estudantis e Comunitários/DAEC/PREX (Estágio Não Obrigatório);

§ 1º O descumprimento de quaisquer requisitos deste artigo ou de quaisquer obrigações contidas no Termo de Compromisso, caracteriza vínculo de emprego do discente com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 2º Observar a Vigência e/ ou Celebrar Termo de Convênio entre a UESPI e a parte concedente do estágio.

TÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO VI DAS COMPETÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 10º São competências da UESPI, através da PREG e/ou da PREX:

- I - Propor a política institucional de estágio e normatizar suas atividades;
- II - Celebrar Termo de Convênio com as partes concedentes, por iniciativa própria, por solicitação dos discentes e/ou agentes de integração e, zelar por seu cumprimento;
- III - Manter informada a comunidade universitária e os demais agentes de integração quanto aos convênios celebrados;
- IV - Celebrar Termo de Compromisso entre as partes envolvidas no estágio (discentes, professor, instituição concedente);
- V - Arquivar via original dos termos de convênios;
- VI - Providenciar a contratação de seguro de vida contra acidentes pessoais para os estagiários, quando se tratar de estágio obrigatório, e do não obrigatório quando a atividade for realizada nesta IES.

Art. 11º Compete à Coordenação do Curso de Graduação:

- I - Indicar professor/a orientador/a da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento, supervisão e avaliação das atividades do estagiário;
- II - Ter e dar ciência aos professores de estágio da documentação necessária;
- III - Intermediar a relação entre professor e supervisor de estágio, a PREG e a PREX, no sentido de facilitar a resolução de eventuais demandas, bem como aprimorar quaisquer aspectos relativos às atividades de estágio;

IV – Arquivar documentos dos estágios obrigatórios, para fins de consulta e comprovação nos processos de avaliação dos respectivos cursos.

Art. 12º Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar os discentes quanto aos procedimentos que envolvam a realização dos estágios;

II - Encaminhar os discentes com ofício e devidas documentações, assinadas pelo professor da disciplina no prazo máximo de 01 (um) mês do início das atividades do estágio;

III - Participar da elaboração do plano de atividades de estágio, de acordo com os objetivos expressos do PPC e com as especificidades da parte concedente;

IV - Acompanhar e avaliar de forma contínua a elaboração e o desenvolvimento das atividades realizadas durante o estágio, por meio de estratégias de interação (relatórios, relatos de experiência, projetos, trabalhos, registros de dados, etc.) definidas em conjunto com o coordenador do curso;

IV – Para o Estágio Obrigatório, enviar a Divisão de Estágio Supervisionado/DAP/PREG, via SEI ou presencial, nos prazos e condições previstas no calendário acadêmico, os Termos de Compromisso, para assinatura, e os mapas demonstrativos de acompanhamento de estágio, para garantir a concessão do seguro de vida. Nos *campi*, exceto Poeta Torquato Neto, a assinatura do Termo de Compromisso deve ser feita pelo Diretor(a) do *campus*;

V – Para o Estágio Não Obrigatório, cumprir a exigência da apresentação periódica, de relatório das atividades, em conformidade com o previsto no plano de trabalho;

Parágrafo único. O plano de atividades do/a estagiário/a deve ser elaborado em acordo com o/a discente, a UESPI e a parte concedente do estágio, sendo incorporado ao termo de compromisso.

VI – Orientar quanto às normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus discentes;

VII - Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, e das disposições deste Regulamento e da legislação vigente;

VIII - Para o Estágio Obrigatório, enviar a Coordenação do Curso, ao final da disciplina, os Termos de Compromisso devidamente assinados, o mapa demonstrativo de acompanhamento de estágio, os relatórios individuais do estágio e diário da disciplina.

CAPÍTULO VII

DAS OBRIGAÇÕES DA PARTE CONCEDENTE

Art. 13º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autarquias e fundações de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem ofertar estágio, observadas as seguintes obrigações:

I - Celebrar Termo de Convênio com a UESPI, zelando por seu cumprimento;

II - Celebrar Termo de Compromisso com o estagiário, a parte concedente do estágio, professor/supervisor/tutor e a UESPI;

§ 1º O Termo de Compromisso destinado à formalização dos estágios será fornecido, prioritariamente pela UESPI, e/ou pela parte concedente, mediante as seguintes informações:

1. dados do(a) estudante estagiário(a);

2. dados do(a) professor(a), supervisor, e/ou tutor(a) de estágio;
 3. menção de que o estágio não acarretará vínculo empregatício;
 4. jornada semanal e carga horária diária, conforme o PPC e/ou os termos dos convênios estabelecidos para cada Curso de Graduação;
 5. seguro contra acidentes pessoais, nos termos do art. 9º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008;
- III - participar da elaboração do plano de atividades de estágio, explicitando suas especificidades, condições e métodos de atuação;
- IV - Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao/a estagiário/a atividades de aprendizagem educacional, social, profissional e cultural;
- V - Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- VI – Definir o valor mensal da bolsa, e/ou a contraprestação de serviços, bem como o descanso anual quando tratar-se de Estágio Não Obrigatório;
- VII - Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso, quando tratar-se de Estágio Não Obrigatório, nos termos do art. 9º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008;
- Parágrafo único. No caso de Estágio Obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro será assumida pela UESPI, e alternativamente, pela empresa concedente.
- VIII - Por ocasião do desligamento do estagiário, encaminhar à UESPI termo de rescisão do estágio e relatório das atividades desenvolvidas com a avaliação de desempenho, quando tratar-se de Estágio Não Obrigatório;
- IX - Manter a disposição da fiscalização, documentos que comprovem a realização do estágio.

CAPÍTULO VIII

DOS PRAZOS

Art. 14º A data para abertura de novos convênios e para inscrição dos/as discentes será fixada no calendário acadêmico da UESPI.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15º Os casos omissos serão resolvidos pela PREG e/ou à PREX da UESPI.

Art. 16º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA**Presidente do CEPEX**

Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO ALBERTO DE SOUSA - Matr.0268431-4, Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**, em 10/02/2021, às 19:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1161481** e o código CRC **B69693A0**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00089.000250/2021-50

SEI nº 1161481



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
Rua João Cabral, 2231 Norte - Bairro Pirajá, Teresina/PI, CEP 64002-150
Telefone: - <https://www.uespi.br>

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO CEPEX Nº 034/2020

Teresina, 01 de dezembro de 2020.

Dispõe sobre a inserção das Atividades de Extensão na Matriz Curricular dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Piauí.

O Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual do Piauí, no uso de suas atribuições legais,

Considerando:

I - o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988;

II - a concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.364/96);

III - a meta 12 e a estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que assegura, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

IV - a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018;

V - o Regulamento dos Cursos de Graduação da UESPI;

Considerando o processo nº 00089.007545/2020-76;

Considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX, tomada em sua 198ª Reunião Extraordinária do dia 24/11/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar, no âmbito da UESPI, a inclusão das Atividades de Extensão como Componente Curricular obrigatório nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação – PPC.

Parágrafo Único. As atividades de extensão se vinculam à formação do corpo discente, conforme previsto nos Planos de Desenvolvimento Institucional - PDI e no Projeto Pedagógico Institucional - PPI da UESPI, e de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e nos demais documentos normativos desta IES.

Art. 2º As Atividades Curriculares de Extensão - ACE devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos de graduação, quais deverão fazer parte da matriz curricular e do histórico escolar do aluno e devem estar definidas no PPC de cada curso.

§ 1º Entende-se por carga horária curricular total dos cursos de graduação o somatório das horas correspondentes aos componentes a serem cursados, as atividades complementares, ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, ao estágio supervisionado obrigatório, sem prejuízo da observância das particularidades dos PPC de cada curso, os quais poderão prever outros elementos constituintes da carga horária total.

§ 2º Cada curso de graduação, quando da elaboração e aprovação dos encargos docentes do semestre seguinte, deverá, preferencialmente, oferecer uma Atividade Curricular de Extensão - ACE a cada semestre, conforme calendário acadêmico e resoluções que regulamentam as atividades de extensão desta IES.

§ 3º As Atividades Curriculares de Extensão - ACE deverão obrigatoriamente estar integradas à matriz curricular do Projeto Pedagógico e aprovadas no Colegiado do Curso de oferta.

§ 4º Para a oferta das Atividades Curriculares de Extensão – ACE, deverá ser criada, em cada Curso de Graduação, a Comissão de Curricularização da Extensão – CCEX, formada pelo total de componentes do Núcleo Docente Estruturante – NDE, ou no mínimo por 3 (três) integrantes desse Núcleo, eleitos por seus membros, para fins de coordenação e supervisão dessas atividades.

§ 5º No caso da inexistência do NDE, a referida Comissão, deverá ser formada por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 5 (cinco) integrantes, lotados na Unidade Universitária de cada Município onde funciona a Universidade Estadual do Piauí – UESPI, a partir de eleição em seus respectivos Cursos.

§ 6º A Comissão de Curricularização da Extensão terá as seguintes atribuições:

I - Supervisionar o encaminhamento à Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários – PRE, o cadastro das propostas de ACE e dos seus respectivos relatórios (semestrais e/ou finais), conforme calendário acadêmico e resoluções que regulamentam as atividades de extensão na UESPI;

II - Acompanhar e orientar a inscrição dos discentes do curso nas ACE, conforme calendário acadêmico e oferta no módulo SIGPREX;

III - Fazer levantamento semestral das demandas dos discentes para participação nas ACE e propor, junto com os docentes do curso, alternativas de atendimento às referidas demandas;

IV - Acompanhar o cumprimento e registro das ACE no histórico do discente, lançado em sistema próprio (SIGPREX) pelo Coordenador da Atividade de Extensão em forma de Atividade Cursada (AC) e Atividade Não Cursada (ANC).

V – Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelo estudante em concordância com o PPC;

VI - Promover reuniões com coordenadores das atividades de extensão e com docentes que ministrem componentes com carga horária de extensão.

VII- Aprovar previamente no Colegiado do Curso as ACE que serão ofertadas a cada semestre, em período hábil para a PREX implementá-las no sistema.

§ 7º O proponente da ação extensionista atuará como Coordenador da Atividade de Extensão e terá as seguintes atribuições:

I - Elaborar, coordenar, orientar e acompanhar as ações de extensão realizadas no âmbito do componente que ministra ou Unidade Curricular de Extensão;

II - Cadastrar, no SIGPREX, as atividades de extensão que estão sob sua orientação.

III – Solicitar à Pró-Reitoria de Extensão - PREX a abertura de processo seletivo para participação nas ações extensionistas sob sua orientação, o qual deverá ser feito mediante a publicação de edital específico;

IV - Lançar em sistema próprio (SIGPREX) o resultado obtido pelo discente nas ACE realizadas.

V - Participar de reuniões da Comissão de Curricularização para fomentar ações inerentes ao desenvolvimento das ACE propostas.

§ 8º A carga horária de trabalho atribuída à Comissão de Curricularização da Extensão e ao Coordenador de Atividade de Extensão obedecerá à Resolução própria desta IES que se refere aos encargos docentes.

§ 9º O Coordenador de Atividade de Extensão, em conjunto com a Comissão de Curricularização da Extensão, definirá a oferta de Atividades Curriculares de Extensão em Colegiado e a quantidade de discentes por semestre, caso a ACE seja ofertada na forma de Unidade Curricular Específica - UCE, podendo acolher discentes de outros cursos que se interessarem pela proposta.

§ 10º A Comissão de Curricularização da Extensão – CCEX deverá ser eleita a cada renovação do mandato do Núcleo Docente Estruturante – NDE.

§ 11º No caso das Comissões de Curricularização da Extensão – CCEX cujos membros sejam na sua totalidade externos ao Núcleo Docente Estruturante – NDE, estas deverão ser renovadas a cada ano pelos Colegiados de Cursos.

Art. 3º A realização das ACE é obrigatória para todos os discentes de cursos de graduação da UESPI, sendo condição para integralização da carga horária prevista no seu PPC.

Art. 4º As Atividades Curriculares de Extensão a serem aproveitadas para fins de integralização do currículo deverão:

I - Envolver diretamente comunidades externas à universidade como público;

II - Estar vinculadas à formação do discente;

III - Ser realizadas, preferencialmente, de modo presencial e na região de abrangência em que está inserida;

IV - Atender às características e especificidades de cada curso e abranger outras áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção de trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena e do campo.

CAPÍTULO I

DA CONCEPÇÃO, DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 5º Para os fins desta resolução, a extensão universitária é considerada expressão do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico, ambiental e político que promove a interação transformadora entre a UESPI e demais setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Parágrafo Único. São consideradas Atividades Curriculares de Extensão as ações desenvolvidas pelos discentes, vinculadas à sua formação e que envolvam diretamente as comunidades externas à UESPI, nos termos desta Resolução e conforme critérios estabelecidos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação.

Art. 6º São objetivos das Atividades Curriculares de Extensão:

I - Propor o diálogo da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - Atuar na formação integral dos discentes, o que inclui suas experiências e conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida e formação, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular, tornando-os profissionais éticos, críticos e cidadãos conscientes do seu papel na sociedade;

III - Contribuir na complementação educacional do discente mediante sua efetiva participação no desenvolvimento de ações extensionistas;

IV - Realizar o planejamento, a coordenação e o acompanhamento de ações extensionistas que possibilitem também o desenvolvimento profissional da comunidade acadêmica;

V - Articular ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico;

VI - Promover iniciativas que expressem o compromisso social das Instituições de Ensino Superior (IES) com as áreas de direitos humanos e justiça, saúde, educação, comunicação, cultura, direitos, meio ambiente, tecnologia e produção de trabalho, em consonância com as políticas em áreas prioritárias às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena e do campo;

VII - Promover a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

VIII - Incentivar a atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões sociais do Piauí e do Brasil, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

IX - Estimular a produção de conhecimentos voltados para o desenvolvimento social, sustentável, com a realidade local, piauiense e brasileira.

Art. 7º Considera-se Atividade Curricular de Extensão - ACE apta à sua execução aquela vinculada a Projeto(s) e/ou Programa(s) de Extensão cadastrado(s) e aprovado(s) na Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários - PREX, em conformidade com as linhas extensionistas e caracterizadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e respeitando sua vinculação às áreas temáticas, nas seguintes modalidades:

I - Programas - Conjunto articulado de projetos e outras Ações de Extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;

II - Projetos – Ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser vinculado ou não a programa envolvendo a participação dos discentes;

III - Cursos - Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação previamente definidos, e Oficinas – Ação que constitui um espaço de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, de confronto e troca de experiências;

IV - Eventos – Ação que implica a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com comunidade específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela UESPI;

V - Prestação de serviços – Conjunto de ações tais como consultorias, laudos técnicos e assessorias, vinculadas às áreas de atuação da UESPI, contratados por terceiros (comunidade, empresa, órgão público etc.) que dão respostas às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho, priorizando iniciativas voltadas para diminuição das desigualdades sociais e que não resultem na posse de um bem.

Parágrafo Único. As modalidades previstas acima incluem programas institucionais e, eventualmente, os de natureza governamental que atendam às políticas municipais, estaduais ou federais.

CAPÍTULO II

DA ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO CURRICULAR

Art. 8º Os Projetos Pedagógicos dos Cursos deverão definir na Matriz Curricular e no Fluxograma do curso as ACE que serão reconhecidas para fins de creditação, sendo consideradas como:

I - Parte integrante de componente da matriz curricular, que dedicará parte ou toda sua carga horária destinada à realização de ACE previstas em um ou mais Programas de Extensão;

II - Unidade Curricular Específica - UCE, constituída de ações em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e/ou prestação de serviços conforme o previsto no Art. 7º desta Resolução;

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS EM COMPONENTES

Art. 9º As Atividades Curriculares de Extensão - ACE propostas nos componentes da Matriz Curricular do curso deverão estar integradas e vinculadas a Projeto(s) e ou Programa(s) de Extensão convalidados pelos PPC dos Cursos, conforme Art. 7º.

Art. 10º O plano e o programa de ensino dos componentes que dediquem toda ou parte da sua carga horária ao desenvolvimento de atividades de extensão deverão detalhar tais atividades e cronograma, descrever a metodologia e as formas de avaliação, e, ainda, discriminar a carga horária correspondente.

§ 1º A incorporação de atividades de extensão como parte ou totalidade da carga horária de um componente não implica alteração na ementa do componente, apenas possibilita ao docente desenvolver seu conteúdo em forma de atividades de extensão.

§ 2º A carga horária alocada à Atividade Curricular de Extensão em componentes deverá ser correspondente a, no mínimo, 15 horas aula.

§ 3º O componente Estágio Supervisionado não poderá ser desenvolvido como Atividade Curricular de Extensão - ACE.

§ 4º No caso de Atividade Curricular de Extensão - ACE proposta nos componentes da Matriz Curricular do curso, todos os alunos matriculados nestes componentes estarão automaticamente cadastrados na ACE e deverão cumpri-la na sua totalidade.

CAPÍTULO IV

DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS COMO UNIDADE CURRICULAR ESPECÍFICA - UCE

Art. 11º As atividades de extensão desenvolvidas como Unidade Curricular Específica – UCE serão cadastradas na matriz curricular nas modalidades:

- I - Ações de Extensão I – Programas;
- II - Ações de Extensão II – Projetos;
- III - Ações de Extensão III – Cursos e/ou Oficinas;
- IV - Ações de Extensão IV – Eventos;
- V - Ações de Extensão V – Prestação de Serviços

§ 1º Unidade Curricular Específica - UCE são unidades curriculares ofertadas pelo Colegiado de Curso, a qualquer momento, desenvolvidas em prazo determinado por edital, do qual devem constar: número de vagas, período de duração e critérios de seleção.

§ 2º O PPC deverá especificar as características das ações de extensão desenvolvidas nas UCE visando desempenhar um papel formativo para os discentes, respeitados os conceitos e princípios estabelecidos por esta resolução, inclusive quanto à carga horária mínima de 10% (dez por cento) do total da carga horária do curso.

§ 3º O discente, matriculado em UCE, estará vinculado a um dado projeto/programa e será orientado pelo Coordenador de Atividade de Extensão, que será responsável por avaliar a participação do discente na UCE e validação do cumprimento da carga horária mínima exigida.

§ 4º O Curso de graduação pode firmar parceria com outro(s) curso(s) de graduação com propostas de projetos/programas que atendam as exigências e especificidades dos cursos envolvidos, podendo firmar parcerias com outras IES e/ou setores da sociedade nacionais e internacionais para elaboração de ACE, cabendo ao proponente atentar para as diretrizes do PPC do curso, o cadastro e a aprovação da proposta junto à PREX.

CAPÍTULO V

DA PARTICIPAÇÃO DO DISCENTE, COORDENAÇÃO E REGISTRO DA ACE

Art. 12º As Atividades Curriculares de Extensão - ACE deverão ser cumpridas, preferencialmente, até o penúltimo semestre do Curso de Graduação.

Art. 13º O registro no histórico escolar da carga horária da atividade de extensão poderá ocorrer durante o transcorrer do curso, resguardando, preferencialmente, o último período.

Art. 14º As atividades de extensão devem ser oferecidas ao discente, preferencialmente, no seu turno de estudo, podendo ser ofertadas também no contraturno e em qualquer dia da semana.

Art. 15º Os discentes poderão atuar em qualquer ACE ofertada pela UESPI, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados pelo Coordenador da Atividade de Extensão.

Art. 16º Os cursos de graduação oferecidos nas modalidades: i) Ensino a Distância – EAD; ii) Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR e iii) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, devem promover atividades de extensão para a participação de seus discentes.

§ 1º Dadas as especificidades referentes aos quadros docentes, as Atividades Curriculares de Extensão ofertadas pelos cursos do Núcleo de Educação à Distância (NEAD), pelo Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) poderão, em casos de excepcionalidade, ser coordenadas por professores vinculados aos seus respectivos cursos, sem prejuízo da observância das normas específicas de cada programa.

§ 2º Nos cursos de graduação na modalidade à distância, as ACE deverão ser realizadas em região compatível com o polo de apoio presencial em que o estudante esteja matriculado, seguindo, no que couber, as demais regulamentações válidas para atividades da EAD.

§ 3º Nos cursos de graduação do PARFOR e PRONERA, as ACE deverão ser realizadas em região compatível com a qual está sendo executado o curso, seguindo as demais regulamentações válidas para atividades do PARFOR e PRONERA.

Art. 17º A participação dos discentes nas Atividades Curriculares de Extensão dar-se-á na execução da atividade e, quando possível, no seu planejamento, sob a orientação do Coordenador da Atividade de Extensão, que deve ser lotado na instituição como professor efetivo ou temporário ou técnico-administrativo efetivo da UESPI, desde que, na composição da equipe, haja docentes responsáveis pela orientação dos discentes.

Art. 18º As ACE ofertadas na modalidade “Eventos”, conforme resoluções pertinentes, poderão ser ofertadas por entidades estudantis com representação comprovada, desde que cadastradas na PREX, sob a responsabilidade de um professor lotado em algum curso da Universidade e com anuência do seu Colegiado.

Art. 19º As Atividades Curriculares de Extensão para fins de integralização curricular, no âmbito da UESPI, deverão estar previstas no PPC do curso de graduação, cadastradas na PREX e seguirem as seguintes etapas:

- I - Previsão, de forma geral no PPC, da inserção das ACE e do regulamento destas;
- II - Elaboração das ACE pelo Coordenador da Atividade de Extensão;
- III - Cadastramento das ACE, pelo Coordenador da Atividade de Extensão, na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – PREX;
- IV - Oferta, pela PREX, das ACE cadastradas, via módulo de extensão no SIGPREX;
- V - Inscrição dos discentes nas ACE, via módulo de extensão no SIGPREX;
- VI - Seleção dos discentes pelo Coordenador da Atividade de Extensão;
- VII - Cadastro da equipe pelo Coordenador da Atividade de Extensão;
- VIII - Execução da ACE;
- IX - Envio do relatório (semestral e/ou final) contendo a lista de alunos que cumpriram a ACE, à PREX, via módulo de extensão no SIGPREX, pelo Coordenador da Atividade de Extensão;
- X - Homologação do relatório pela PREX;
- XI - Registro no sistema SIGPREX, pelo Coordenador da Atividade de Extensão, do resultado obtido pelo discente na ACE realizada;
- XII – Lançamento, pela PREG, da carga horária da ACE no histórico dos discentes.

§ 1º A oferta da ACE no módulo SIGPREX será semestral, obedecendo ao calendário acadêmico da UESPI, e aos regramentos da PREX para este fim, após liberação dos encargos docentes no sistema.

§ 2º Não há limites de períodos letivos em que o estudante poderá estar vinculado em atividades curriculares de extensão, devendo este cumprir, para fins de integralização curricular, a carga horária prevista no PPC do curso para esta atividade, preferencialmente, até o penúltimo período, como condição obrigatória para a conclusão do curso de graduação.

Art. 20º As atividades de extensão a serem integralizadas no currículo dos cursos deverão ser registradas no SIGPREX e lançadas no histórico obedecendo à nomenclatura contida no Art. 11 desta Resolução, seguidas das informações: nome e carga horária da atividade de extensão em que o aluno atuou e a integralização das horas das atividades de extensão exigidas em cada PPC.

Art. 21º O lançamento no histórico do aluno da ACE só deverá ocorrer após homologação do relatório semestral da atividade pela PREX.

Art. 22º Para fins de discutir e deliberar sobre matérias referentes às ACE, em especial aquelas que tratam sobre solicitação de cadastramento, homologação de relatórios, autoavaliação crítica continuada, será criado pela PREX, através de Portaria, o Comitê de Extensão.

Art. 23º Os cursos de graduação da UESPI deverão incluir as ACE em seus Projetos Pedagógicos de Curso até o prazo limite definido na Resolução CNE/MEC Nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

§ 1º Os cursos que estão em processo de reformulação do seu Projeto Pedagógico deverão incluir as ACE como componente curricular para aprovação do PPC.

§ 2º Os cursos que já tiveram seu PPC aprovado ou implementado com a inclusão das ACE deverão adequar-se ao disposto nesta Resolução.

Art. 24º O Colegiado de cada Curso, a partir de seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), fará as adaptações no PPC a partir das normas desta Resolução, definindo-as conforme a sua autonomia e amparados pelas orientações encaminhadas pelo Departamento de Assuntos Pedagógicos – DAP e enviando-as para as instâncias necessárias até a aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX.

Parágrafo Único. Os cursos somente poderão acrescentar horas para integralização dos 10% (dez por cento) das ACE caso estejam funcionando no limite mínimo de carga-horária estabelecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso.

Art. 25º Em havendo previsão no PPC, os discentes poderão requerer, junto à Comissão de Curricularização da Extensão, o aproveitamento das Atividades de Extensão desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior, desde que a solicitação de aproveitamento seja realizada via processo administrativo, até um ano antes da previsão para conclusão dos seus cursos de graduação.

Parágrafo Único. Para fins de aproveitamento, o processo de solicitação deverá estar instruído com o relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo Coordenador da Atividade de Extensão ou órgão responsável e com certificado ou declaração da atividade executada.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26º O processo de inserção da extensão nos currículos na UESPI ocorrerá conforme cronograma elaborado pela Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários e Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, ouvidas as Unidades Universitárias, dentro dos prazos estabelecidos na Resolução CNE/MEC Nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

Art. 27º Caberá à UESPI criar programas de apoio financeiro, explicitar os instrumentos e indicadores da autoavaliação continuada para as atividades e ações de extensão previstas nesta Resolução, nos termos do Art. 11 da Resolução CNE/MEC Nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

Art. 28º As ACE realizadas para fins de pesquisas com divulgação de dados que envolvem o uso de animais e o conhecimento de seres humanos devem ser submetidas à Comissão de Ética no Uso de Animais – CEUA/UESPI e ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UESPI, respectivamente.

Art. 29º Um mesmo curso em *Campi* e em regiões distintas, regidos pelo mesmo PPC, terão a liberdade para ofertar diferentes ACE, visto que podem surgir demandas específicas de cada região.

Art. 30º O Coordenador da Atividade de Extensão, os Colaboradores e os discentes executores das ACE, dentre outros envolvidos no projeto/programa executado no semestre farão jus a certificação junto à PREX.

Art. 31º Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê de Extensão, havendo possibilidade de recurso à Pró-Reitoria de Extensão, ao CEPEX, e, em última instância, ao CONSUN.

Art. 32º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

**NOUGA CARDOSO BATISTA
PRESIDENTE DO CEPEX**



Documento assinado eletronicamente por **NOUGA CARDOSO BATISTA - Matr.0103054-0, Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**, em 01/12/2020, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0919562** e o código CRC **725E3EA6**.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
Rua João Cabral, 2231 Norte - Bairro Pirajá, Teresina/PI, CEP 64002-150
Telefone: - <https://www.uespi.br>

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO CEPEX 008/2021

Teresina (PI), 09 de março de 2021.

Fixa normas que regulamentam a oferta do Núcleo Pedagógico Comum nos Cursos de Licenciatura da UESPI.

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual do Piauí - CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Processo N° 00089.000942/2021-06;

Considerando a Resolução CNE/CP N° 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação);

Considerando o Decreto nº 5.626, de 2005, que regulamenta a inclusão de Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior;

Considerando a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008 que alterou a Lei 9.394/1996 e incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo da História e cultura afro-brasileira e indígena”;

Considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em Reunião Extraordinária do dia 08 de março de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º - Definir a oferta obrigatória das Disciplinas do Núcleo Pedagógico Comum, com as seguintes nomenclaturas e cargas horárias: Psicologia da Educação - 60h, Sociologia da Educação - 60h, Filosofia da Educação - 60h, Política Educacional e Organização da Educação Básica - 60h, Didática - 60h, Metodologia do Ensino – 90h (específica de cada curso), totalizando 06 (seis) disciplinas com uma carga horária total de 390 horas.

§ 1º - As disciplinas do Núcleo Pedagógico Comum acima mencionadas deverão ser ministradas por docentes com formação e/ou pesquisa na área da disciplina e, na ausência deste por Pedagogos/as, exceto a disciplina Metodologia do Ensino que deverá ser ministrada por graduados/as dos respectivos cursos, podendo, em caso de necessidade, ser assumida por pedagogos/as.

§ 2º - As ementas, competências, cenários de aprendizagem, bibliografias e cargas horárias das disciplinas do Núcleo Pedagógico Comum listadas no caput do encontram-se no **Anexo I**, desta Resolução, podendo ser adequadas as especificidades de cada curso/campus.

Art. 2º - Definir a oferta Optativa das Disciplinas do Núcleo Pedagógico Comum com as seguintes nomenclaturas e cargas horárias: Arte e Educação - 30h, Fundamentos da Educação Especial – 60h, Psicopedagogia – 60h, Fundamentos de Estudos Gênero e Diversidade Sexual na Educação – 60h, Sociologia da Infância – 60h, História da Educação Brasileira - 60h, Gestão Educacional - 60 h, Fundamentos Antropológicos na Educação – 60h e Avaliação da Aprendizagem - 60 h totalizando 09 (nove) disciplinas com uma carga horária total de 510 horas.

§ 1º - As disciplinas do Núcleo Pedagógico Comum acima mencionadas deverão ser ministradas por docentes com formação e/ou pesquisa na área da disciplina e, na ausência deste por Pedagogos/as;

§ 2º - As ementas, competências, cenários de aprendizagem, bibliografias e cargas horárias das disciplinas do Núcleo Pedagógico Comum listadas no caput do artigo encontram-se no **Anexo II**, desta Resolução, podendo ser adequadas as especificidades de cada curso/campus.

Art. 3º - Recomenda-se a adequação nos Projetos Pedagógicos dos Cursos das disciplinas Língua Brasileira de Sinais – Libras (a ser ofertada nos blocos iniciais do Curso – blocos 1 a 3), Educação e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, Educação Ambiental e História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena que apresentam regulamentações específicas.

§ 1º - O [Decreto nº 5.626](#), de 2005, regulamenta a inclusão de Libras como disciplina curricular nos cursos superiores. Pelo art. 3º, Libras é componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior (todas as licenciaturas), e nos bacharelados em fonoaudiologia. Para os demais cursos de graduação Libras é disciplina optativa para os alunos, mas as IES devem, obrigatoriamente, incluir Libras nas matrizes curriculares, como componente opcional, e nos projetos pedagógicos dos bacharelados, dos cursos superiores de tecnologia e nos sequenciais de complementação de estudos e de formação específica.

§ 2º - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9394, art. 43, Inc. III), estabelecem que a formação de professores na educação superior tem por finalidade “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive” . A LDB/1996, DCN/2002, DCNQ/2002 e DCN/2015, consideram que as TIC passam a ser citadas para fazerem parte do currículo de formação de professores a partir da LDB/1996, sendo gradativamente implementadas por meio das DCN.

§ 3º - A Lei nº 9.795, de 1999, no art. 2º, determina que a Educação Ambiental “é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Cabe às instituições de ensino, em todos os níveis, promoverem “a Educação Ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem” (Art. 3º, inciso II).

§ 4º - Considerando a Resolução CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e a Lei 11.645/2008 que altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena”.

§ 5º - As ementas, competências, cenários de aprendizagem, bibliografias e cargas horárias das disciplinas listadas no caput do artigo encontram-se no **Anexo III**, desta Resolução, podendo ser adequadas as especificidades de cada curso/campus.

Art. 4º - Os casos omissos serão resolvidos pela PREG/UESPI.

Art. 5º - Fica revogada a Resolução CEPEX N° 055/2013.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA

Presidente do CEPEX

ANEXO I – DISCIPLINAS DO NÚCLEO PEDAGÓGICO COMUM OBRIGATÓRIAS

01. PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

Psicologia como ciência; A Psicologia da Educação na formação docente; Principais concepções teóricas sobre desenvolvimento e aprendizagem: implicações pedagógicas. Dificuldades de aprendizagem e contextos de ensino-aprendizagem.

Competências:

- Conhecer as contribuições da Psicologia no processo educacional durante as diferentes fases do desenvolvimento.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: Introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008.

BARONE, Leda Maria Codeço; MARTINS, Lílian Cássia Baichich; CASTANHO, Maria Irene Siqueira. Psicopedagogia: teorias da aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos. Fortaleza: Liber Livro, 2008.

COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Laura Monte Serrat. Psicopedagogia: um diálogo entre a Psicopedagogia e a educação. Curitiba. 1ª ed. Base de livros, 2017.

FÁVERO, Maria Helena. Psicologia e conhecimento: subsídios da psicologia do desenvolvimento para a análise do ensinar e aprender. Brasília: UNB, 2005.

TAILLE, Y DE LA; OLIVEIRA, M.K.; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky e Wallon – teorias psicogenéticas em discussão. 28ª. ed. São Paulo: Summus, 2019.

NUNES, Ana Ignez Belém; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. Psicologia do Desenvolvimento: teorias e temas contemporâneos. Fortaleza: Liber Livro, 2008.

02. SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO:

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

Contextualização histórica da sociologia; a sociologia e as diferentes abordagens teóricas, conceituais e metodológicas da educação: clássicos e contemporâneos. Escola, ensino, prática docente no mundo contemporâneo e no contexto brasileiro. A escola, os grupos, a família e a socialização. A pesquisa sociológica como estratégia de ensino. Temas contemporâneos em sociologia da Educação: juventudes, gênero e diversidade sexual, raça/etnia.

Competências:

Analisar processos educativos a partir das abordagens sociológicas de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas no tripé conhecimento, prática e engajamento profissional. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários e dos Direitos Humanos.

Cenários da Aprendizagem:

Articulação entre a teoria e a prática de modo interativo, fundada nos conhecimentos científicos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. A reprodução. Petrópolis: Vozes, 2008.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. 12ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

RODRIGUES, A. T. Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2007.

COMPLEMENTAR:

ABRAVOMOWICZ, Anete e GOMES, Nilma Lino. Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.

FERNANDES, Danielle; HELAL, Diogo (orgs.). As cores da desigualdade. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

MIRANDA, José da Cruz Bispo e Silva, Robson Carlos da. Entre o Derreter e o Enferrujar: os desafios da educação e da formação profissional. Fortaleza: Ed UECE, 2015.

OLIVEIRA, Marcia Adriana Lima de. Reflexões sobre sociologia aplicada à educação. Teresina: UAB/FUESPI/NEAD, 2012.

REGO, Teresa Cristina (Org.). Educação, escola e desigualdade. Petrópolis-RJ / São Paulo-SP: Vozes / Segmento, 2011. (Coleção Pedagogia Contemporânea, Vol. 1).

3. FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

A educação e a filosofia: gênese, conceitos, caracterizações; O educar e o filosofar; As relações entre Filosofia e Educação; Filosofia como fundamento e crítica da Educação; Elementos básicos constituintes das teorias filosóficas da educação: antropológico, axiológico e epistemológico; Contribuições das concepções de educação da filosofia antiga (Sócrates, Platão, Sofistas, Aristóteles) para a modernidade ocidental; Concepções de educação na filosofia moderna (Kant, Karl Marx); Concepções de educação na filosofia contemporânea: Teoria crítica da educação (Adorno, Horkheimer, Marcuse); Reconhecimento ético como educação dos afetos (Honneth, Charles Taylor); Ética das virtudes como pedagogia da resistência (MacIntyre); Educação na perspectiva de colonial (Paulo Freire, Catherine Walsh).

Competências:

Pesquisar o campo de estudo e definir a filosofia da educação e sua relação com os cursos de licenciaturas; Identificar as principais questões da filosofia da educação; Compreender as tendências filosóficas; Desenvolver uma visão crítico-reflexiva no contexto dos cursos de licenciaturas com base nas contribuições filosóficas da educação.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GALLO, Silvio. Subjetividade, Ideologia e Educação. 2ªed. Campinas: Alínea, 2019.

DALBOSCO, Cláudio A.; CASAGRANDA, Edison A.; MÜHL Eldon H. (Orgs). Filosofia e pedagogia: aspectos históricos e temáticos. Campinas: Autores Associados, 2008.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

COMPLEMENTAR:

ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AQUINO, Julio Groppa; REGO, Teresa Cristina (orgs). Deleuze pensa a educação: a docência e a filosofia da diferença. São Paulo: Editora Segmento, 2014.

ARANHA, Maria L. de Arruda. Filosofia da Educação. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MÉSZAROS, István. A Educação para além do Capital. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

PORTO, Leonardo Sartori. Filosofia da educação. Coleção Passo-a-passo. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

SEVERINO, A. J. Filosofia da Educação: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

04. POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

Estudo analítico das políticas educacionais no Brasil com destaque para: direito à educação; a política educacional no contexto das políticas públicas; organização dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais, os contextos e a legislação de ensino; o financiamento; a organização da educação básica e da educação superior na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº. 9.394/96) e na legislação complementar.

Competências:

- Conhecer e entender as políticas educacionais do Brasil.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (Orgs.). Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

BRZESZINSKI, Íria. LDB/1996: Uma década de perspectivas e perplexidades na formação de profissionais da educação. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2014.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 17. ed. Atualizada. Petrópolis. 24ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CÁSSIO, F. L. (org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

COMPLEMENTAR:

BRZEZINSKI, Íria. (Org.). LDB vinte anos depois: projetos educacionais em disputa. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

KRA WCZYK, Nora (Org.). Escola pública: tempos difíceis, mas não impossíveis. Campinas-SP: FE/UNICAMP; Uberlândia-MG: Navegando, 2018.

LIMA, Antonio Bosco de; PREVIT ALI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos (Orgs.). Em defesa das políticas públicas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli; RODRIGUES, Cibele Maria Lima (Orgs.). A política educacional em contexto de desigualdade: uma análise das redes públicas de ensino da região Nordeste. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2019.

SA VIANI, Dermeval. Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes. Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os obstáculos ao direito à educação básica. Educ. Soc., Set 2013, vol.34, n°.124, p.761-785. ISSN 0101-7330

OLIVEIRA, R. L. P.; ADRIÃO, T. Os 25 anos da Constituição de 1988. In: Leite, Yoshie; Militão, Silvio; Lima, Vanda. (Org.). Políticas Educacionais e qualidade da escola pública. 1ed. Curitiba: CRV, 2013, v. 1, p. 29-42.

OLIVEIRA, R.L. P. – Direito à educação. In: OLIVEIRA, R. & ADRIÃO, T. (orgs). Gestão, financiamento e direito à educação. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

SAVIANI, Demerval. A educação na Constituição Federal de 1988: Avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE. Recife: ANPAE, 2013 – V. 29, n.2 (maio/agosto – 2013).

5. DIDÁTICA

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

Fundamentos epistemológicos da Didática; - A importância da Didática na formação do/a professor/a; Formação e identidade docente; Tendências pedagógicas da prática escolar; O planejamento de ensino e a organização do processo ensino-aprendizagem.

Competências:

Compreender os fundamentos da Didática enquanto pressupostos básicos na formação do professor para o exercício da docência; Analisar criticamente o processo do planejamento de ensino e seus componentes didáticos.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. São Paulo: Ática, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1991. 4. ed. Campinas- SP: Papyrus, 2008.

VEIGA, I. P. A. A prática pedagógica do professor de didática. 11. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

COMPLEMENTAR:

BEHRENS, Marilda Aparecida et al. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Curitiba: Champagnat, 2003.

CANDAU, Vera Maria F. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Rumo a uma nova didática. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARLI E. D. A. de André; Maria Rita Neto S. Oliveira (orgs.). Alternativas do Ensino de Didática. Campinas: Papyrus, 1997.

PARRA, Nélío. Caminhos do ensino. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

SAN'TANNA, Ilza Martins. Didática: aprender e ensinar. São Paulo: Loyola.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Editora Vozes Limitada, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Técnicas de Ensino: por que não? Campinas: Papirus, 1991.

06. METODOLOGIA DO ENSINO

Carga Horária: 90 hs

Ementa:

Elementos necessários à organização do ensino, Planejamento e avaliação; Metodologias inovadoras; Metodologias específicas das disciplinas aplicadas.

Competências:

Instrumentalizar-se com metodologias de ensino que propiciem a aprendizagem dos alunos de forma mais efetiva; Inserir objetivos específicos da disciplina a ser ensinada.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula e o laboratório de informática do campus.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

LUDWIG, A.C.W. Fundamentos e prática de metodologia científica. Petrópolis: Editora Vozes. 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

COMPLEMENTAR:

FLICK, U. C. Introdução à pesquisa qualitativa. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

GAIO, R. Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARTINS, J. A. A. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2007.

RODRIGUES, A. J. Metodologia científica. São Paulo: Avercamp, 2006.

ANEXO II – DISCIPLINAS DO NÚCLEO PEDAGÓGICO COMUM OPTATIVAS

01. ARTE E EDUCAÇÃO

Carga Horária: 30 hs

Ementa:

A arte, seu significado e sua importância para a educação; As linguagens artísticas (Artes visuais, dança, música e teatro e artes integradas); Abordagem das linguagens nas seis dimensões do conhecimento previstos na BNCC; A arte como elemento integrador das demais disciplinas na escola.

Competências:

Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas; Aproximar-se do conhecimento estético inserido num contexto sócio-histórico produzindo novas formas de ver e sentir o mundo, os outros e a si próprio.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BARBOSA, Ana Mae. Tópicos utópicos. Belo Horizonte: C/ Arte, 2007.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. Por que Arte e Educação? Campinas/SP: Papyrus, 2013.

ZAGONEL, Bernadete et al. (Orgs). Metodologia do ensino da arte. Curitiba: InterSaberes, 2013.

COMPLEMENTAR:

BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a arte. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

GRANERO, Vic Vieira. Como usar o teatro na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIRA, Marl y (Org.). Arte, afeto e educação: a sensibilidade na Ação. São Paulo: Mediação, 2010.

PEREIRA, Katia Helena. Como usar artes visuais na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2009.

ROSA, Nereide Shilaro Santa & SCALÉA, Neusa Schilaro. Arte-educação para professores. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 2006.

02. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

Educação especial: análise histórica, paradigmas e fundamentação legal. Público alvo da Educação especial: características, formas de intervenção pedagógica e dimensões éticas. Educação Especial no sistema escolar: currículo, estratégias metodológicas e avaliação.

Competências:

Apropriar-se dos conhecimentos teórico-práticos da Educação Especial Inclusiva no sistema regular de ensino; Planejar ações de ensino eficazes no atendimento das necessidades específicas do público alvo da Educação Especial na perspectiva inclusiva; Comprometer-se com as propostas educacionais inclusivas que favorecem a aprendizagem de todos os estudantes.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

MATOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

ORRÚ, Sílvia Ester. O re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ROYO, Maria Ángeles Lou; URQUÍZAR, Natividad López. (Coor.). Bases psicopedagógicas da educação especial. Trad. Ricardo Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

COMPLEMENTAR:

BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília-DF: Casa Civil, 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Brasília-DF: Secretaria-Geral, 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília-DF: SECADI, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-5122014&Itemid=30192>. Acesso em: 05 jan. 2021.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Tradução Fátima Murad. 2. ed. 3. v. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; FONSECA, Kátia de Abreu; REIS, Marcia Regina dos (Orgs.). Formação de professores e práticas educacionais inclusivas. Curitiba: CRV, 2018.

ROSADO, Rosa Maria Borges de Queiroz. Educação especial no Piauí 1968 a 1998: reflexões sobre sua história e memória. Teresina: Edufpi, 2016.

03. PSICOPEDAGOGIA

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

Introdução à Psicopedagogia: História e Objeto de estudo; Dificuldades de Aprendizagem: tipos, causas e formas de intervenção; Avaliação Psicopedagógica e postura docente.

Competências:

Compreender alguns transtornos inerentes ao processo de aprendizagem bem como as formas adequadas de intervenção pedagógica.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BOSSA, Nadia A. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

GRASSI, Tânia Mara. Psicopedagogia: um olhar uma escuta. Curitiba: Ibplex, 2009.

OLIVEIRA, Maria Ângela Calderari. Psicopedagogia: a instituição educacional em foco. Curitiba: Ibplex, 2009.

COMPLEMENTAR:

CAIERÃO, Iara; KORTMANN, Glica Lucena. A prática psicopedagógica: processos e percursos do aprender (org.). Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

CARRERA, Gabriela (Org.). Transtornos de Aprendizagem a Autismo. Cultura S.A., 2014.

IARA, Cairão; KORTMANN, Gilca Lucena (Org.). A prática psicopedagógica: processos e percursos do aprender. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015

04. FUNDAMENTOS DE ESTUDOS GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

A construção e o desenvolvimento dos Estudos de Gênero como campo de conhecimento; Teorias feministas contemporâneas com ênfase na interseccionalidade e decolonialidade e suas interfaces com temas relacionados a Educação: “sexualidades”, “corpo”, “poder” e “família”; Infâncias, gênero e diversidade sexual na educação brasileira.

Competências:

Conhecer os fundamentos dos estudos de gênero, seu desenvolvimento e suas implicações no campo da educação; Compreender, a partir da ótica das relações de poder, como gênero e diversidade sexual impactam na educação; Desenvolver práticas docentes críticas e reflexivas que rompam com preconceitos e discriminação.

Cenários da Aprendizagem:

A disciplina será desenvolvida de modo interativo promovendo a participação efetiva das/os estudantes nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, dentre outras.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BELL, Hooks. Ensinando a transgredir: a educação como a prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org). Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes; 1997.

COMPLEMENTAR:

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org). Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2020.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. (Tradução Renato Aguiar) Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LINS. Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. Diferentes não desiguais: A Questão De Gênero Na Escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

VIANNA, Claudia. Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: Breve história de lutas, danos e resistências. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

05. SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

A interdisciplinaridade dos estudos da criança a partir da Sociologia da Infância; Delimitação histórico-conceitual de criança e de infância; Pesquisas com crianças; A criança como ator social e como sujeito de direitos; O papel da infância na construção da realidade social; Contrapontos entre a infância e sua universalização pelas ciências da educação; Aproximações entre a Sociologia da Infância e a Teoria Crítica.

Competências:

Sistematizar a origem e evolução dos estudos em Sociologia da Infância; Estabelecer distinção entre criança e infância em contraposição à universalização das fases do desenvolvimento da criança pela Psicologia da Educação; Conhecer a evolução do conceito da criança como ator social em contraposição à concepção de criança pré-social pela Sociologia da Educação; Compreender teorizações acerca do direito de voz da criança na sociedade e nas pesquisas etnográficas, bem como suas contribuições para a Antropologia da Educação; Apreender a diversidade cultural da infância em contraposição à uniformização das metodologias de ensino pela Pedagogia Escolar; Aplicar a reflexividade nos estudos em Sociologia da Infância e identificar suas aproximações com a Teoria Crítica e os seus contributos a uma Filosofia da Educação questionadora do sentido de educar para a emancipação e transformação social.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ARROIO, Miguel. Outros sujeitos. Outras pedagogias. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CORSARO, W. A. Sociologia da Infância. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias. (Org.). Por uma Cultura da Infância: metodologias de pesquisa com crianças. 3o ed. Campinas: Editora: Autores Associados, 2009.

COMPLEMENTAR:

ABRAMOWICZ, Anete Org.). Estudos da infância no Brasil: encontros e memórias. São Carlos. Edufscar, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. Infância e História: destruição da experiência e origem da história. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Editora 34, 2002.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Org.); MELO, Suely Amaral (Org.). Territórios da Infância: linguagens, tempos e relações para uma pedagogia para as crianças pequenas. Araraquara (SP): Junqueira & Marin, 2007.

MULLER, Fernanda. Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições. São Paulo: Cortez, 2010.

NASCIMENTO, Analise M. do: SOUSA, Karla R.R de. Por uma antropologia da infância: pesquisando o recreio. Cad. Pesqui. vol. 44, no 152, São Paulo, Abr./Jun., 2014.

06. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

Concepções e práticas da educação brasileira estabelecidas historicamente nos contextos colonial, imperial e republicano; A educação no Piauí. Perspectivas sobre a educação brasileira na contemporaneidade. Desenvolvimento do processo educacional brasileiro: as práticas educativas, as ações pedagógicas e a organização do ensino nos períodos colonial, monárquico e republicano. A educação brasileira na contemporaneidade; A pesquisa em história da educação brasileira.

Competências:

Conhecer e compreender o processo educacional brasileiro e piauiense, organizando-os nos períodos colonial, monárquico e republicano até o contexto da contemporaneidade; Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. Desenvolver a compreensão, a análise e a interpretação dos assuntos ligados à educação brasileira, desde os tempos coloniais, utilizando os conhecimentos históricos da educação, para construir uma visão crítica da situação da mesma na atual conjuntura; Reconhecer a educação e o ensino brasileiro enquanto acontecimentos contextualizados e característicos da época de que fazem parte. Compreender a organização, as tendências e as práticas da educação e do ensino brasileiro como resultantes característicos da construção histórica do Brasil.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da Pedagogia: geral e Brasil. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. A educação brasileira no contexto histórico. Campinas: Editora Alínea, 2011.

GUIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. História da educação brasileira. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena C. (Orgs.) História e memória da educação no Brasil. Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2006.

COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. História da instrução pública no Brasil (1500-1889). Tradução: Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 1989.

DI GIORGI, Cristiano. Escola nova. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

FÁVERO, Osmar (Org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. 2. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

FERRO, Maria do Amparo Borges. Pesquisa em história da educação no Brasil: antecedentes, elementos impulsionadores e tendência. In: CAVALCANTE, Maria Juraci (Org.). História da educação: instituições, protagonistas e práticas. Fortaleza: Editora UFC/LCR, 2005.

FREITAG, Barbara. Escola, estado & sociedade. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

GATTI JÚNIOR, Décio & PINTASSILGO, Joaquim (Orgs.). Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação. Uberlândia: EDUFU, 2007.

GONDRA, José Gonçalves (Org.). Pesquisa em história da educação no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LEAL, Maria Cristina & PIMENTEL, Marília Araujo Lima (Orgs.). História e memória da escola nova. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

07. FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

Introdução à Antropologia: objeto de estudo, métodos e técnicas de pesquisa. Conceitos básicos: cultura, etnocentrismo, relativismo cultural, diversidade. Antropologia e educação: ritos, rituais e práticas escolares; etnografia e educação; corpo, gênero e diversidade sexual na escola.

Competências:

Analisar os processos educativos a partir da abordagem antropológica, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas no tripé “conhecimento, prática e engajamento profissional”. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos, solidários e dos Direitos Humanos.

Cenários da Aprendizagem:

Articulação entre a teoria e a prática de modo interativo, fundada na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

LAPLATINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007 ISBN: 978-85-11-07030-9.

CANAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana. (org.). Educar em Direitos Humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COMPLEMENTAR:

ABRAMOWICZ, Anete e SILVÈRIO, Valter Roberto. Educação como prática da diferença. Campinas-SP: Ed. Associados, 2006.

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1986.

GUSMÃO, Neusa Ma. Mendes de (org.) Diversidade, cultura e educação: Olhares cruzados. São Paulo; Biruta, 2003.

LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. Antropologia & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Temas & Educação, 10)

08. GESTÃO EDUCACIONAL

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

As teorias que fundamentam a gestão/administração escolar e sua aplicação à educação; Princípios legais, organizacionais, éticos da gestão escolar no Brasil; Planejamento Estratégico Educacional: Projeto Político Pedagógico e Plano de Ação; A organização do trabalho escolar e competências do gestor educacional; Relações interpessoais no trabalho da escola.

Competências:

Entender o desenvolvimento da gestão na escola, seus atores e competências.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

LIBANELO, J. C. et al. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. 10 ed. São Paulo, Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos, 4 ed. Petrópolis, RJ Vozes, 2008.

PARO, V.H. Administração Escolar: Introdução crítica. 17 ed. São Paulo: Cortez. 2012.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo, Ática, 2016.

VEIGA, I.P.A.; FONSECA, M. (Org.). As Dimensões do projeto Político Pedagógico: Novos Desafios para a Escola. 18 ed. São Paulo, Papyrus, 2013.

COMPLEMENTAR:

BASTOS, J. B. (org). Gestão Democrática. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

CURY, Carlos R. J. Os Conselhos da educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. Campinas: Cortez, 2000.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 4. ed. São Paulo: Cortez Instituto/Paulo Freire, 2003 (Guia da Escola Cidadã, v.7).

PARO, V. H. Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo: Ática. 1997

FERREIRA, Naura C. (Org.). Gestão Democrática da Educação; Atuais Tendências, Novos Desafios. São Paulo: Cortez, 2012.

09. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

A avaliação escolar no contexto do sistema educacional brasileiro. Aspectos legais da avaliação da aprendizagem; Concepções de avaliação; Tipos, funções e elaboração de instrumentos de avaliação da aprendizagem; Implicações da avaliação da aprendizagem no processo educativo.

Competências:

Analisar os pressupostos epistemológicos, pedagógicos, sociológicos da avaliação e seus intervenientes no processo de ensino; Problematizar aspectos relativos à avaliação, evidenciando suas dimensões: ética, política e técnica.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORETTO, Vasco Pedro. Prova: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas. RJ: DP&A, 2001.

COMPLEMENTAR:

DEMO, Pedro. Mitologias da avaliação. Campinas – SP: Autores Associados, 2010.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: Mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 20. ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: componentes do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

ANEXO III – DISCIPLINAS RECOMENDADAS

01. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

Conceito de LIBRAS; Aquisição e profilaxia da surdez; Parâmetros da LIBRAS; História da educação de surdos; Identidade e cultura surda; Legislação específica para LIBRAS; Pedagogia Surda; VOCABULÁRIO BÁSICO DA LÍNGUA DE SINAIS: Datilologia, Números, Saudações, Pronomes, Advérbios, Calendário (dias da semana e meses do ano), Alimentos, Cores, Verbos básicos, Sinais relacionados à Educação: disciplinas escolares, espaços escolares, materiais escolares; Estados brasileiros. Sinais específicos de acordo com a Licenciatura do curso estudado.

ADITIVO EXCLUSIVO PARA PEDAGOGIA E LETRAS PORTUGUÊS: Aquisição da linguagem pela criança surda; Ensino de LIBRAS e de Língua Portuguesa para a criança surda; Aspectos linguísticos da LIBRAS: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica.

ADITIVO EXCLUSIVO PARA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA: Sistema de medidas, tempo cronológico, contextos do mais.

Competências:

Compreender o contexto linguístico, sociológico, histórico cultural da LIBRAS, por meio de debates e informações gerais; Conhecer o atual cenário de políticas públicas e programas para a população surda; Compreender as especificidades do indivíduo surdo (produção linguística do surdo); Desenvolver conhecimentos básicos e práticos no que se refere ao aprendizado da Língua Brasileira de Sinais Libras.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento de tais competências será utilizado a sala de aula, a biblioteca, o laboratório de informática e os espaços da Escola receptora do estagiário.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

ALMEIDA, WG., org. Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, 197 p. ISBN 978-85-7455-445-7. Available from SciELO Book. (disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457.pdf>)

ARANTES, V. A. (Org.). Educação de surdos: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

FELIPE, T. A. Libras em Contexto : Curso Básico : Livro do Estudante / Tanya A. Felipe. 8a. edição- Rio de Janeiro : WalPrint Gráfica e Editora, 2007. (disponível em: <https://docgo.net/libras-em-contexto-tanya-felipe-pdf>)

HONORA, Márcia. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LIMA, M.S.C. Surdez. Bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito. Campinas/SP: IEL/UNICAMP, 2004. 261 p. (Tese de Doutorado). (disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/dito_pretendido.pdf)

QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M. Estudos surdos I / Ronice Müller de Quadros (org.). – [Petrópolis, RJ]: Arara Azul, 2006. 324 p.: 21cm ISBN 85-89002-18-7 (disponível em: <https://www.editora-arara-azul.com.br/ParteA.pdf>)

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COMPLEMENTAR:

BRASIL. Legislação de Libras. Lei no 10.436., de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Legislação de Libras. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Legislação de Libras. Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011.

CAPOVILLA, Fernando C. (org.) Manual ilustrado de sinais e sistema de comunicação em rede para surdos. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

FREMAN, Roger D.; CARBIN, Clifton F.; BOESE, Robert J. Seu filho não escuta? Um guia para todos que lidam com crianças surdas. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

MEDEIROS, D. Políticas Públicas e Educação de Surdos: na territorialidade das negociações. Revista de Negociação do IDEAU, v. 10, n. 21, jan jul, 2015.

SKILIAR, Carlos. Atualidade da educação bilíngue para surdos. Rio Grande do Sul: Meditação, 2004.

02. EDUCAÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

Visão histórica, características e definições da Informática Educativa. Correntes Pedagógicas contemporâneas: *conectivista; *racional-tecnológica; *conhecimento em rede. Metodologias ativas. A Cultura Digital na perspectiva da BNCC. Taxonomia das Tecnologias Digitais na Educação. Curadoria de conteúdos educacionais digitais. Competências digitais docentes. Ciberética, ações de segurança eletrônica e política de combate aos vícios digitais.

Competências:

Proporcionar fundamentação histórico-teórico-prático das tecnologias aplicadas à Educação; conhecer e analisar as correntes pedagógicas contemporâneas; conhecer e experienciar as principais estratégias de metodologias ativas; analisar a BNCC na perspectiva da cultura digital; Conhecer e utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética no processo de ensino aprendizagem disseminando informações, produzindo conhecimento e resolvendo problemas; Conhecer a taxonomia das tecnologias digitais e suas aplicações em ambientes educacionais; Reconhecer as tecnologias digitais como recurso desencadeador de novas estratégias de aprendizagem, capaz de contribuir de forma significativa para o processo de construção do conhecimento e desenvolvimento da cultura digital. Conhecer práticas e atitudes direcionadas para o acompanhamento e desenvolvimento de uma cultura ciberética e de e-Segurança no contexto escolar, bem como de combate aos vícios digitais.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados a sala de aula (presencial e virtual), o laboratório de informática do campus, o modelo Bring Your Own Device – BYOD (Traga o Seu Próprio Dispositivo), em que cada aluno utiliza seu próprio dispositivo móvel. Primará pelas metodologias ativas e dialógicas, por meio de estratégias de Leitura e discussão de textos, experiência, exploração e elaboração de materiais multimídias, participação em debates, seminários, interação e apresentação de trabalhos, produzindo novas formas didáticas para melhor construção do conhecimento.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

GABRIEL, M. Educar: a (r)evolução digital na educação. São Paulo: Saraiva, 2013.

NOGUEIRA, R.N. Práticas pedagógicas e uso da tecnologia na escola. São Paulo: Editora Érica, 2014.

ZEDNIK, H. Taxonomia das tecnologias digitais na Educação: aporte à cultura digital na sala de aula. Sobral: Sertão Cult, 2020.

COMPLEMENTAR:

KLAMMER, C. R. Tecnologias da informação e comunicação. Curitiba/PR: Editora Appris, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc-20dezsitesite.pdf> >. Acesso em: mar. 2019.

CASTELLS, M. Sociedade em rede: do conhecimento à política. In: Sociedade em rede: do conhecimento à ação política (Org.), Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.

FAVA, Rui. Educação 3.0. 1ª. Edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

KLAMMER, C. R. Tecnologias da informação e comunicação. Curitiba/PR: Editora Appris, 2016.

LIBÂNEO, J. C. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko (Orgs.). Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. Campinas: Alínea, 2005. p. 19-63

SANTOS, C.A. As tecnologias digitais da informação e comunicação no trabalho docente. Curitiba/PR: Editora Appris, 2016.

SOUZA, R. P. Tecnologias digitais na educação. SciELO – EDUEPB, 2011.

BACICH, L. Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. Porto Alegre-RS: Editora Penso, 2015

BACICH, L.; MORARI, J. Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-Prática. Porto Alegre-RS: Editora Penso, 2017.

03. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

Histórico da Educação Ambiental - EA; Principais objetivos e finalidades da EA; Organização política, educacional e social da EA no Brasil; Tendências e correntes da EA: ecopedagogia e cidadania planetária; Metodologias e práticas utilizadas em EA: exploração dos espaços urbanos.

Competências:

Compreender a construção histórica da área de educação ambiental no contexto nacional e internacional; Aprofundar as questões históricas e diretas da Educação Ambiental no Brasil. Promover a reflexão sobre o papel do educador em Ciências Biológicas na educação ambiental voltados para valores humanísticos, conhecimentos, habilidade, atitudes e competências que contribuam na construção de sociedades sustentáveis; Compreender as diferentes concepções de educação ambiental e analisar sua própria concepção; Avaliar criticamente os principais instrumentos legais da Educação Ambiental no Brasil (Política Nacional de Educação ambiental; Programa Nacional de Educação Ambiental; Diretrizes curriculares Nacionais de Educação Ambiental); Realizar práticas e questionamentos atuais sobre o meio ambiente e o ambiente escolar, que possam ser reproduzidos nas escolas: conhecer possibilidades de trabalho interdisciplinar com a temática ambiental no ensino fundamental e médio.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas a disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas, aulas de campo e apresentação de seminários.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Documento homologado pela Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U., Brasília: MEC/SEB, dez. 2017.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2010.

DIAS, G. F. Dinâmicas e instrumentação para Educação Ambiental. São Paulo: Gaia, 2010.

COMPLEMENTAR:

BAETA, Anna Maria Bianchini et al. Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. 5 ed. 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental/ ProNEA. 3.ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. Campinas, SP: Papirus, 1995.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et al. Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. 7 ed. Cortez Editora, 2012.

04. HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Carga Horária: 60 hs

Ementa:

História dos índios (as) brasileiros (as) e piauiense; História da África e dos africanos; (África: pré-colonial - modo de vida africana e o domínio islâmico- e colonial); Aspectos da história e da cultura negra e indígena; Formação da população negra e indígena brasileira e piauiense; (processo de construção identitária indígena, negra e quilombola); A luta dos negros e dos povos indígenas brasileiros e piauienses; (negros, quilombolas e indígenas no contexto da sociedade capitalista brasileira); Contribuições da história e da cultura negra e indígena para as áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil e piauiense.

Competências:

Proporcionar aos alunos estudos e reflexões (a partir de diferentes abordagens sobre a África, os africanos, afrobrasileiros e indígenas e, suas lutas contra a escravização e as desigualdades na sociedade capitalista brasileira e piauiense) sobre os diferentes pontos de vista, gênero e temáticas das culturas africanas e indígenas e suas contribuições para os contextos mundial, brasileiro e piauiense.

Cenários da Aprendizagem:

Para o desenvolvimento das competências desejadas serão utilizados os cenários das salas de aula, auditório e biblioteca do campus, escolas e instituições sociais e /ou culturais públicas, comunidades quilombolas mapeadas na região territorial do Município.

Referências Bibliográficas:

BÁSICA:

FANON, Frantz. Colonialismo e alienação. Lisboa: Ulmeiro, 1976.

MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabenguele. Origens africanas do Brasil contemporâneo: Histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Ed. Global, 2009.

SANTOS, Ynaê Lopes do. História da África e do Brasil afrodescendente. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2017.

COSTA, João Paulo Peixoto. A farsa do extermínio: contribuições para uma nova história dos índios no Piauí. In: PINHEIRO, Áurea; GONÇALVES, Luís Jorge; CALADO, Manuel. (Org.). Patrimônio arqueológico e cultura indígena. 1ed.Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2011, v. 1, p. 139-161.

COMPLEMENTAR:

CARVALHO. Renôr F. de Carvalho. Resistência Indígena no Piauí Colonial – 1718/1774. Teresina: EDUFPI, 2008.

DONATO, Hernâni. Os povos indígenas no Brasil. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2015.

HALL, Stuart. Identidade cultural e pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva et. al. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

GOMES, Ana Beatriz Souza; CUNHA Jr., Henrique. Educação e afro-descendência no Brasil. Fortaleza: EDUFC, 2008.

LIMA, Solimar Oliveira. Historiografia da escravidão negra no Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

MOREIRA, Adilson. Racismo recreativo. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CUNHA, M. C. da (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

MONTEIRO, John M. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, João Pacheco. O Nascimento do Brasil e outros Ensaio: “pacificação”, regimetutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

SILVA, Mairton Celestino da. Índios, africanos e agentes coloniais na Capitania de São José do Piauí, 1720-1800. In: Revista Fronteiras & Debates. Macapá, v. 3, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras/article/view/3411> . Acesso em 21 de abril de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO ALBERTO DE SOUSA - Matr.0268431-4, Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**, em 09/03/2021, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1284168** e o código CRC **2031E360**.



GOVERNO DO ESTADO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX



RESOLUÇÃO CEPEX Nº 005/2020

Teresina, 07 de fevereiro de 2020.

Revoga a Resolução CEPEX Nº 015/2011 e fixa normas para o Programa de Monitoria na graduação, da Universidade Estadual do Piauí.

O Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual do Piauí, no uso de suas atribuições legais,

Considerando solicitação do Processo Nº 17951/19, da Diretoria do Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira e demais solicitações das Coordenações dos Cursos de Graduação,

Considerando o processo nº 00089.000472/2020-91

Considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em reunião extraordinária do dia 30 de janeiro de 2020,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o Programa de Monitoria da Universidade Estadual do Piauí- UESPI visando oportunizar aos discentes a ampliação da experiência acadêmica, no desenvolvimento de competência pedagógica de uma determinada disciplina.

Art. 2º - A atividade de monitoria será exercida por aluno regularmente matriculado nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Piauí, de acordo com as normas contidas nesta Resolução.

DOS OBJETIVOS

Art. 3º - O programa de monitoria objetiva:



GOVERNO DO ESTADO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX



- I - Oportunizar ao aluno desenvolver habilidades inerentes à carreira docente;
- II - Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos na disciplina em que está sendo monitor;
- III - Propiciar ao aluno experiências de co-participação no planejamento e organização das atividades docentes da disciplina objeto da monitoria;
- IV - Oferecer oportunidades de cooperação entre o corpo discente e docente, nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- V - Promover a melhoria do ensino de graduação, por meio de novas práticas e experiências pedagógicas assegurando uma formação profissional mais competente.

DAS MODALIDADES

Art. 4º - O programa de monitoria comportará duas modalidades:

- I - Monitoria remunerada;
- II - Monitoria não-remunerada.

Art. 5º - A Monitoria Remunerada é aquela em que o monitor recebe uma Bolsa de Monitoria, que será paga mediante a comprovação da frequência do monitor.

Parágrafo Primeiro - É vedado ao monitor acumular Bolsa de Monitoria com outras modalidades de Bolsa na UESPI ou órgãos conveniados, bem como sua permanência no programa por mais de 04 (quatro) semestres, devendo o aluno submeter-se, em cada período a novo processo de seleção, nos termos do Art. 12 desta Resolução.

Parágrafo Segundo – O aluno só poderá concorrer a vaga de Monitoria em uma mesma disciplina por 2(dois) semestres, exceto quando não houver candidato.



GOVERNO DO ESTADO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX



Art. 6º - A Monitoria não-remunerada é aquela em que o aluno exerce a atividade de monitor de forma voluntária, não recebendo remuneração a qualquer título e sem vínculo empregatício com a UESPI.

DAS VAGAS E CARGA HORÁRIA

Art. 7º - O número de vagas e o valor da Bolsa de Monitoria Remunerada serão fixados anualmente pelo Conselho Diretor - CONDIR, de acordo com a dotação orçamentária da UESPI.

Art. 8º - As vagas para o exercício da Monitoria não-remunerada serão propostas semestralmente pelas Coordenações de Curso e aprovadas pelo Conselho de Unidade, obedecendo aos seguintes critérios:

- I - Justificativa da solicitação;
- II Disponibilidade do docente para execução da atividade;
- III - Característica da disciplina.

Art. 9º - Os monitores devem começar exercer suas atividades no início do período letivo, perfazendo um total de 08 (oito) a 12 (doze) horas semanais, durante 04 (quatro) meses que correspondem ao semestre letivo.

Parágrafo único - O horário destinado às atividades de monitoria não poderá coincidir com horário de aulas do monitor, ou outra atividade acadêmica a que estiver obrigado como discente.

Art. 10 - Os participantes da Monitoria não- remunerada ficarão submetidos às mesmas exigências aplicadas à Monitoria remunerada, nos termos desta Resolução.

DOS REQUISITOS

Art. 11 - São requisitos para o ingresso na função de monitor:



GOVERNO DO ESTADO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX



- I. São requisitos para o ingresso na função de monitor:
- II. Aprovação em seleção na disciplina objeto da monitoria;
- III. Estar matriculado, a partir do 2º bloco, no curso de graduação da UESPI;
- IV. Ter cursado a disciplina para qual está se candidatando ou disciplina equivalente, com aproveitamento igual ou superior a 8,0 (oito);
- V. Não ter sido reprovado na disciplina objeto da monitoria;
- VI. Não está fazendo estágio não-obrigatório

DA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO NO PROGRAMA

Art. 12 - A inscrição para seleção da monitoria ocorrerá até o 5º (quinto) dia após o início do período letivo, conforme critérios estabelecidos em Edital a ser publicado no prazo de até 10 (dez) dias antes da data de inscrição, *constando*:

- a) Número de vagas para cada curso e disciplina;
- b) Período de validade da seleção;
- c) Critérios de seleção que consistirá :
 - I - da análise do Histórico Escolar do candidato;
 - II - da prova escrita e/ou prova prática

Art. 13 - Na seleção considerar-se-á a média aritmética das notas obtidas na prova escrita e/ou prática e a nota de aprovação da disciplina objeto da monitoria.

Art. 14 - Serão nomeados para monitoria, os candidatos aprovados na seleção no limite de vagas para cada disciplina pela ordem decrescente de classificação. Em caso de empate entre os candidatos aprovados, serão usados os seguintes critérios, por ordem:

- I. Maior nota de aprovação na disciplina objeto da monitoria;
- II. Candidato com maior Coeficiente de Rendimento escolar;



GOVERNO DO ESTADO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX



III. Candidato que esteja cursando o bloco mais adiantado.

Art. 15 - Os alunos classificados para atividade de monitoria deverão assinar Termo de Compromisso com a UESPI, até o 3º (terceiro) dia após o resultado da seleção na Unidade de Ensino onde estiver distribuída a disciplina.

§1º - A não assinatura, por parte do aluno, do Termo de Compromisso implicará na perda de direitos do exercício da monitoria;

§2º - Para as vagas decorrentes da não assinatura do Termo de Compromisso e as oriundas da desistência da atividade de monitoria pelo aluno, poderá ser indicado outro candidato obedecendo à ordem de classificação na mesma disciplina das vagas não ocupadas, desde que seja possível cumprir no mínimo 75% da carga horária da disciplina.

§3º - Para as disciplinas que não houver classificados será lançado automaticamente um Termo Aditivo ao Edital.

Art. 16 - O resultado da seleção deverá ser publicado pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação até o 5º (quinto) dia após a seleção.

DOS PARTICIPANTES E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 17 - Participam do Programa de Monitoria da UESPI:

- I. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação;
- II. Diretor de Unidades de Ensino;
- III. Coordenações de Curso;
- IV. Professor Orientador;
- V. Monitor.

Art. 18 - Compete à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação - PREG:

- I. Acompanhar o desenvolvimento do Programa de Monitoria;



GOVERNO DO ESTADO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX



- II. Organizar com os Diretores de Unidades de Ensino e Coordenações de Curso, evento para divulgação dos resultados dos planos e/ou projetos de monitoria, com a presença obrigatória dos professores orientadores e respectivos monitores;
- III. Autorizar a emissão de Portaria e Certificado/Declaração de participação no Programa de Monitoria.

§1º - Ao final do exercício da Monitoria, a PREG autorizará a emissão dos certificados ao monitor e ao professor orientador.

§2º - Para efeito de emissão de certificado a carga horária da atividade de monitoria corresponderá à carga horária da disciplina objeto da mesma.

Art. 19 - Compete ao Diretor de Unidades de Ensino:

- I. Divulgar Edital de Inscrição para Seleção de Monitoria, de acordo com o disposto no Art. 11, desta Resolução;

Art. 20 - Compete à Coordenação do Curso:

- I. Informar as disciplinas com os respectivos número de vagas para Monitoria, ouvindo o Colegiado de Curso;
- II. Acompanhar o Programa de Monitoria, desde a seleção, planejamento, execução e avaliação.

Art. 21 - Compete ao Professor Orientador:

- I. Participar da elaboração do plano de monitoria da Coordenação;
- II. Orientar e/ou assistir os monitores no desenvolvimento das atividades relacionadas à disciplina objeto da monitoria;
- III. Orientar o monitor na elaboração do relatório final da monitoria;
- IV. Participar de evento para divulgação dos resultados dos planos e/ou projetos de monitoria;
- V. Elaborar um plano de atividade em conjunto com seu (s) monitor (es);
- VI. Avaliar o desenvolvimento das atividades do monitor, quanto à participação, frequência e envolvimento nas atividades previstas.



GOVERNO DO ESTADO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX



Art. 22 - Compete ao Monitor:

- I. Auxiliar o professor na orientação dos alunos, nos trabalhos de campo, de laboratório, de biblioteca, sob a orientação e responsabilidade do professor orientador;
- II. Facilitar o relacionamento entre professores e alunos na execução dos planos de ensino da disciplina;
- III. Planejar as atividades de monitoria junto ao professor orientador;
- IV. Participar das reuniões promovidas pela Coordenação de Curso quando convocado, bem como de outros eventos relacionados aos cursos de graduação e ao Programa de Monitoria;

DAS VEDAÇÕES

Art. 23 - É vedado ao monitor:

- I. Ministras aulas, aplicar verificações de aprendizagens ou substituir o professor orientador;
- II. Assumir tarefas meramente burocráticas, que venham descaracterizar os objetivos do Programa de monitoria;
- III. Acumular monitoria no mesmo semestre.

DO DESLIGAMENTO DO PROGRAMA

Art. 24 - Ocorrerá a suspensão das atividades da monitoria nas seguintes situações:

- I. O não cumprimento do que estabelece esta Resolução, ou o Plano de Trabalho;
- II. Por iniciativa do aluno, mediante a assinatura do Termo de Desistência, com justificativa e comunicado ao Coordenador de Curso



GOVERNO DO ESTADO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX



e Diretor de Ensino da Unidade, que enviará imediatamente para o DAP/PREG.

- III. Por iniciativa do professor orientador, mediante justificativa ao Coordenador de Curso e Diretor de Ensino da Unidade, que enviará imediatamente para o DAP/PREG;
- IV. O não comparecimento do monitor a pelo menos 75% da carga horária semanal estabelecida;
- V. Trancamento e conclusão do curso.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25 - A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, sempre que necessário, poderá expedir normas administrativas e instruções, visando o desenvolvimento das atividades de monitoria.

Art. 26 - Esta Resolução entra em vigor na data de emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.


NOUGA CARDOSO BATISTA
Presidente do CEPEX



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
Rua João Cabral, 2231 Norte - Bairro Pirajá, Teresina/PI, CEP 64002-150
Telefone: - <https://www.uespi.br>

RESOLUÇÃO CEPEX 056/2023

TERESINA(PI), 20 DE JUNHO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.001361/2023-45;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX na 235ª Reunião Ordinária, em 15/06/2023,

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**, do *Campus* "Heróis do Jenipapo", em Campo Maior - PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do Anexo desta Resolução id. 6951547.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX



Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO ALBERTO DE SOUSA - Matr.0268431-4**, **Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**, em 21/06/2023, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8061584** e o código CRC **92D2115E**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00089.001361/2023-45

SEI nº 8061584

durante o horário de expediente do Órgão (7:30 às 13:30 horas), no endereço eletrônico <https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/>. Os interessados que optarem por recebê-los presencialmente deverão comparecer à sede da Contratante, mediante o pagamento da importância de R\$ 50,00 (cinquenta reais), referente à recomposição de custo efetivo de reprodução gráfica ou de mídia digital da documentação fornecida, a ser recolhida junto ao Banco do Brasil S/A, em favor do DER/PI, agência nº 3791-5, conta corrente nº 7336-9. Não serão aceitos comprovantes de depósitos bancários realizados através de envelopes de autoatendimento, bem como depósitos com data anterior à publicação do Edital.

Data de abertura das propostas: 27/07/2023 às 09:00h (nove horas), na Sala de Eventos, 1º andar do Edifício Sede do DER-PI.

Valor global estimado: R\$ 4.158.104,50 (Quatro milhões, cento e cinquenta e oito mil, cento e quatro reais e cinquenta centavos)

Dotação Orçamentária: 46.201.26.782.0008.1967

Fonte de Recursos: 1500000000

Natureza da Despesa: 44.90.51; **Subelemento:** 35

Teresina (PI), 21 de junho de 2023.

(assinado eletronicamente)

CLÓVIS PORTELA VELOSO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação - DER-PI

(assinado eletronicamente)

LEONARDO SOBRAL SANTOS

Diretor Geral do DER/PI

REF.12495

RESOLUÇÕES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI

RESOLUÇÃO CEPEX 048/2023

TERESINA(PI), 19 DE JUNHO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.026215/2022-41;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX na 235ª Reunião Ordinária, em 15/06/2023,

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, do Campus "Prof. Alexandre Alves de Oliveira" em Parnaíba - PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do Anexo desta Resolução id. 7876835.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI**RESOLUÇÃO CEPEX 049/2023****TERESINA(PI), 19 DE JUNHO DE 2023**

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.026147/2022-11;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX na 235ª Reunião Ordinária, em 15/06/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, do Campus "Dep. Jesualdo Cavalcante" em Corrente - PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do Anexo desta Resolução id. 7931340.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI**RESOLUÇÃO CEPEX 050/2023****TERESINA(PI), 19 DE JUNHO DE 2023**

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.025227/2022-59;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX na 235ª Reunião Ordinária, em 15/06/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, do Campus "Heróis do Jenipapo" em Campo Maior - PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do Anexo desta Resolução id. 7834247.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI

RESOLUÇÃO CEPEX 051/2023

TERESINA(PI), 19 DE JUNHO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.005522/2022-99;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX na 235ª Reunião Ordinária, em 15/06/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM JORNALISMO, do *Campus* "Barros Araújo" em Picos-PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do Anexo desta Resolução id. 7220355.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI

RESOLUÇÃO CEPEX 052/2023

TERESINA(PI), 19 DE JUNHO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.026287/2022-99;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX na 235ª Reunião Ordinária, em 15/06/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, do Centro de Ciências da Natureza - CCN, Campus "Poeta Torquato Neto", em Teresina - PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do Anexo desta Resolução id. 7531497

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI

RESOLUÇÃO CEPEX 053/2023

TERESINA(PI), 19 DE JUNHO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.026290/2022-11;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX na 235ª Reunião Ordinária, em 15/06/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, do Centro de Ciências da Natureza – CCN em Teresina - PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do Anexo desta Resolução id. 7929574.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI

RESOLUÇÃO CEPEX 054/2023

TERESINA(PI), 19 DE JUNHO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.003995/2023-32;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX na 235ª Reunião Ordinária, em 15/06/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (Lato Sensu) em GESTÃO HOTELEIRA, a ser ofertado na modalidade a distância, pelo Sistema Universidade Aberta do Piauí – UAPI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do Anexo desta Resolução id. 6954221.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI

RESOLUÇÃO CEPEX 055/2023

TERESINA(PI), 20 DE JUNHO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.001522/2023-09;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX na 235ª Reunião Ordinária, em 15/06/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA, d o *Campus* "Clóvis Moura", em Teresina - PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do Anexo desta Resolução id. 6707881.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI

RESOLUÇÃO CEPEX 056/2023

TERESINA(PI), 20 DE JUNHO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.001361/2023-45;
Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;
Considerando deliberação do CEPEX na 235ª Reunião Ordinária, em 15/06/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**, do *Campus* "Heróis do Jenipapo", em Campo Maior - PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do Anexo desta Resolução id. 6951547.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI

RESOLUÇÃO CEPEX 057/2023

TERESINA(PI), 20 DE JUNHO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.001638/2023-30;
Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;
Considerando deliberação do CEPEX na 235ª Reunião Ordinária, em 15/06/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**, do *Campus* "Prof. Alexandre Alves de Oliveira", em Parnaíba - PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do Anexo desta Resolução id. 6468587.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI

RESOLUÇÃO CEPEX 058/2023

TERESINA(PI), 20 DE JUNHO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.001536/2023-14;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX na 235ª Reunião Ordinária, em 15/06/2023,

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA, do *Campus* "Prof. Possidônio Queiroz", em Oeiras - PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do Anexo desta Resolução id. 6659113.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX

REF.12409

AVISO DE CANCELAMENTO

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR - SAF

AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

A Secretaria de Agricultura Familiar vem por meio deste tornar sem efeito a publicação do Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 032/2020, celebrado por esta Secretaria e a empresa FMA COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO FERRAGENS LTDA, disponibilizada no DOE PI 116, páginas 24 e 25, do dia 19 de junho de 2023, por ter sido publicado erroneamente, devendo, pois, ser absolutamente desconsiderada para todos os efeitos legais.

Teresina, 21 de junho de 2023.

Rejane Tavares da Silva
Secretária Estadual da Agricultura Familiar/SAF

REF.12419

TERMOS

INSTITUTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ - IAEPI

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ E O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA – PI, COM BASE NO ART. 6º, XXI, C/C ART.2º., XV, E §5º DO ART. 7º TODOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº.56, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2005.

O Estado do Piauí, por intermédio do INSTITUTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ – IAEPI, pessoa jurídica de direito público, com sede